



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CURSO DE GEOGRAFIA
LICENCIATURA
Projeto Pedagógico

DELMIRO GOUVEIA – ALAGOAS

04 DE MAIO DE 2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

CURSO DE GEOGRAFIA - LICENCIATURA
PROJETO PEDAGÓGICO

DELMIRO GOUVEIA – ALAGOAS

04 DE MAIO DE 2018

EQUIPE RESPONSÁVEL

COORDENADORA DO CURSO

FLÁVIA JORGE DE LIMA

VICE-COORDENADOR DO CURSO

FERNANDO PINTO COELHO

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE – NDE

FERNANDO PINTO COELHO

FLÁVIA JORGE DE LIMA

JOSÉ ALEGNORBERTO LEITE FECHINE

KLEBER COSTA DA SILVA

LUCAS GAMA LIMA

ROBERVAL FELIPPE PEREIRA DE LIMA

SUANA MEDEIROS SILVA

COLEGIADO DO CURSO

MEMBROS DOCENTES	FERNANDO PINTO COELHO
	FLÁVIA JORGE DE LIMA
	JOSÉ ALEGNORBERTO LEITE FECHINE
	LUCAS GAMA LIMA
	NOÉLIA RODRIGUES DOS SANTOS
MEMBRO DISCENTE	ANDERSON SILVA BATALHA
MEMBRO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO	SUELY LOURENÇO DA SILVA

COLABORADORAS/COLABORADOR

ÂNGELA FAGNA GOMES DE SOUZA

FRANCISCA MARIA TEIXEIRA VASCONCELOS

LEÔNIDAS DE SANTANA MARQUES

DADOS DA INSTITUIÇÃO

MANTENEDORA: Ministério da Educação (Mec)

MUNICÍPIO-SEDE: Brasília - Distrito Federal (DF)

CNPJ: 00.394.445/0188-17

DEPENDÊNCIA: Administrativa Federal

MANTIDA: Universidade Federal de Alagoas (UFAL)

REITOR(A): Maria Valéria Costa Correia

VICE-REITOR(A) José Vieira da Cruz

CÓDIGO: 577

MUNICÍPIO-SEDE: Maceió

ESTADO: Alagoas

REGIÃO: NORDESTE

ENDEREÇO DO CAMPUS SEDE Av. Lourival de Melo Mota, rodovia BR-104, km 14,
Campus A. C. Simões – Cidade Universitária, Maceió,
Alagoas. CEP: 57.072-970.

TELEFONE (82) 3214 1100

PORTAL ELETRÔNICO: www.ufal.edu.br

DADOS DO CURSO

NOME DO CURSO: Geografia Licenciatura

TÍTULO CONFERIDO: Licenciado em Geografia

CURSO: 1151167

HABILITAÇÃO: Licenciatura

CAMPUS Campus do Sertão

ENDEREÇO: Rodovia AL 145, Km 3, nº 3849 - Cidade Universitária. CEP:57480-000 - Delmiro Gouveia - AL

TELEFONE (82) 3214 1442

PORTAL ELETRÔNICO: <http://www.ufal.edu.br/sertao/graduacao/geografia>

FORMA DE INGRESSO Exame Nacional do Ensino Médio – Enem

ATOS LEGAIS:

PORTARIA DE AUTORIZAÇÃO: Parecer CNE/CES 204/2010. Publicado no DOU em 28 de abril de 2011.

PORTARIA DE RECONHECIMENTO: Portaria Nº 675, de 31 de outubro de 2016

TURNO DE FUNCIONAMENTO: Noturno

CARGA HORÁRIA TOTAL: 3548 horas

TEMPO DE INTEGRALIZAÇÃO NOTURNO Duração mínima: 09 (nove) períodos
Duração máxima: 13 (treze) períodos

VAGAS AUTORIZADAS: Noturno: 50 vagas

COORDENADORA Nome: Flávia Jorge de Lima
Formação acadêmica: Licenciada em Geografia
Titulação: Doutora em Geografia
Regime de trabalho: Dedicção exclusiva

CORPO DOCENTE DO CURSO DE GEOGRAFIA LICENCIATURA

	NOME	TÍTULO	C.H.
1	Adriana Deodato Costa	Ma.	DE
2	Ana Cristina Conceição Santos	Dra.	DE
3	Ângela Fagna Gomes de Souza	Dra.	DE
4	Carla Taciane Figueiredo	Dra.	DE
5	Cristiano das Neves Vilela	Me.	DE
6	Divania Cassia Costa da Silva	Ma	DE
7	Fernando Pinto Coelho	Dr.	DE
8	Flávia Jorge de Lima	Dra.	DE
9	Francisca Maria Teixeira Vasconcelos	Ma.	DE
10	Gercinaldo de Moura Medeiros	Me.	DE
11	Gutemberg da Silva Miranda	Me.	DE
12	Heder Cleber de Castro Rangel	Dr.	DE
13	José Alegn Roberto Leite Fachine	Dr.	DE
14	Jose Roberto da Silva	Dr.	DE
15	Kleber Costa da Silva	Me.	DE
16	Leônidas de Santana Marques	Me.	DE
17	Lucas Gama Lima	Dr.	DE
18	Maria Aparecida Silva	Dra.	DE
19	Maria Patricia Cabral da Silva	Ma.	DE
20	Monica Regina Nascimento dos Santos	Ma.	DE
21	Noélia Rodrigues dos Santos	Ma.	DE
22	Roberval Felipe Pereira de Lima	Dr.	DE
23	Rodrigo Pereira	Dr.	DE
24	Suana Medeiros Silva	Dra.	DE
25	Vagner Gomes Bijago	Me.	DE
26	Victor de Almeida Nobre Pires	Dr.	DE
27	Willian Lima Melo	Me.	DE

CORPO TÉCNICO

	NOME	FUNÇÃO	C.H.
	Rogério Brilhante Gonçalves	Técnico em assuntos educacionais	40h

XSUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	10
2 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	11
2.1 Contexto Institucional.....	11
2.2 Contexto Regional.....	12
2.3 Delmiro Gouveia e o Sertão de Alagoas.....	13
3 O CURSO DE GEOGRAFIA DO CAMPUS DO SERTÃO (UFAL).....	15
3.1 Histórico do curso.....	15
3.2 Curso de Geografia na Modalidade Licenciatura.....	16
3.3 Considerações sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Geografia – Licenciatura – do Campus do Sertão/UFAL.....	17
3.4 Objetivos do Curso.....	19
3.5 Justificativa do Curso de Geografia – Licenciatura.....	20
3.6 Competências e habilidades.....	21
3.7 Perfil do Egresso.....	22
3.8 Campo de atuação.....	22
3.9 Acessibilidade.....	23
3.10 Inclusão.....	24
3.11 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso.....	25
3.11.1 Âmbito da Pesquisa.....	26
3.11.2 Âmbito da Extensão.....	27
4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA.....	27
4.1 Educação Ambiental no Curso de Licenciatura em Geografia.....	29
4.2 Prática Pedagógica.....	31
4.3 Conteúdos Curriculares.....	32
4.4 Acessibilidade e transtorno do espectro autista.....	34
4.5 Educação em direitos humanos.....	35
4.6 Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena.....	36
4.7 Libras.....	36
4.8 Estágio Curricular Supervisionado.....	36
4.8.1 Estágio Curricular Obrigatório.....	38
4.8.2 Estágio Curricular Não Obrigatório.....	39
4.8.3 Integração com as redes de ensino.....	39
4.9 Atividades Teórico-Práticas Complementares/Atividades Acadêmicas	

Científico-Culturais.....	41
4.10 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).....	42
4.11 Âmbito da Curricularização da Extensão: do Programa de Extensão.....	43
4.11.2 Eventos.....	48
4.11.3 Projetos de extensão.....	49
4.11.3.1 Projeto I – Cartografia, Meio Ambiente e Educação: Interdisciplinaridade de Saberes na Formação Docente.....	49
4.11.3.2 Projeto II – Geografia Agrária e Regional.....	52
4.11.4 Formas de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Extensão.....	54
4.12 integralização do curso.....	55
4.13 Ordenamento Curricular.....	55
4.13.1 Pré-requisitos de disciplinas.....	58
5. EMENTAS E BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR.....	59
5.1 Disciplinas Obrigatórias de Conteúdo Específico.....	59
6 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC.....	99
7 AVALIAÇÃO NO CONTEXTO INSTITUCIONAL.....	100
7.1 Procedimentos de avaliação no processo de ensino-aprendizagem.....	100
7.2 Avaliação do Curso.....	103
7.3 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso.....	104
7.4 Colegiado do Curso.....	105
7.5 Núcleo Docente Estruturante (NDE).....	106
7.6 Políticas de Apoio aos Docentes e Técnicos.....	107
7.7 Políticas de Apoio aos Discentes.....	109
7.8 Infraestrutura.....	111
8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	112
ANEXOS.....	115
ANEXO 1 – Normatização do Estágio Supervisionado.....	115
ANEXO 2 - RESOLUÇÃO Nº 03/2014: Normas para aferição de até 200 (duzentas) horas obrigatórias de Atividades Acadêmico-CientíficoCulturais (AACC).....	123
ANEXO 3 – RESOLUÇÃO Nº 001/2013 (Revisada em 12 de junho de 2019): Regulamenta o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, e dá outras providências.....	130
APÊNDICES.....	135
Fluxograma do Curso de Geografia – Licenciatura.....	135

1 INTRODUÇÃO

Este Projeto Pedagógico de Curso (PPC) pretende esclarecer as concepções que direcionam a estrutura acadêmico-administrativa e pedagógica do Curso de Graduação em Geografia – Licenciatura – a ser oferecido pelo Campus do Sertão, Universidade Federal de Alagoas. Nesse sentido, apresentam-se as características do curso e do campo da Geografia, especialmente focadas na formação em licenciatura, as formas de ingresso, as habilidades, saberes, competências e atitudes, a matriz e o ordenamento curriculares, o papel da extensão, as normatizações sobre avaliações e o perfil do egresso.

O Curso de Geografia está vinculado ao percurso histórico de expansão da oferta do ensino superior no Brasil a partir do Projeto REUNI, e mantém as suas atividades desde 2010 com a oferta do ensino superior no Campus do Sertão em Delmiro Gouveia-AL.

O projeto inicial do Curso estruturava-se em três dimensões: formação geral, denominada de Tronco inicial; formação pedagógica, denominada de Tronco Intermediário; e formação específica do curso, denominada de Tronco Profissionalizante. Com a reformulação dos Projetos Pedagógicos dos Cursos do Campus do Sertão, verificou-se a necessidade de superar esse modelo fragmentado do conhecimento no processo formativo das e dos discentes, em especial do Curso de Licenciatura em Geografia. Assim, visando a interconexão de saberes, as três dimensões antes fragmentadas, passam a compor um conjunto indissociável de conhecimentos fundamentais à formação do professor e da professora de Geografia. No novo PPC, as disciplinas das três dimensões que compõem o curso - formação geral, pedagógica e específica da Geografia - foram pensadas e distribuídas conforme o princípio e o perfil do egresso desejado pelo curso de Licenciatura em Geografia, circunscrito no sertão alagoano.

Todo o processo de reestruturação foi realizado visando a promoção, compromisso e fortalecimento da pesquisa acadêmico-científica em Geografia e no desenvolvimento de ações de extensão no contexto regional do Sertão de Alagoas. Nesse sentido, este PPC que ora se apresenta, tem a finalidade de regulamentar as ações que conduzem o processo de ensino- aprendizagem e o funcionamento do Curso de Licenciatura em Geografia, a título de formar futuros professores orientados na produção do conhecimento.

2 CONTEXTUALIZAÇÃO

2.1 Contexto Institucional

A Universidade Federal de Alagoas - UFAL é Pessoa Jurídica de Direito Público – Federal, CNPJ: 24.464.109/0001-48, com sede à Avenida Lourival de Melo Mota, S/N, Campus A. C. Simões, no Município de Maceió, no Estado de Alagoas, CEP 57.072-970, além do Centro de Ciências Agrárias – CECA em Rio Largo, município da região metropolitana da Capital.

Foi criada pela Lei Federal nº 3.867, de 25 de janeiro de 1961, a partir do agrupamento das então Faculdades de Direito (1933), Medicina (1951), Filosofia (1952), Economia (1954), Engenharia (1955) e Odontologia (1957), como instituição federal de educação superior, de caráter pluridisciplinar de ensino, pesquisa e extensão, vinculada ao Ministério da Educação, mantida pela União, com autonomia assegurada pela Constituição Brasileira, pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei 9394/96 e por seus Estatuto e Regimento Geral.

Possui estrutura multicampi, com sede localizada no Campus A. Simões, em Maceió, onde são ofertados 102 cursos de graduação. O processo de interiorização, iniciado em 2006, expandiu sua atuação para o Agreste, com o Campus de Arapiraca e com Unidades Educacionais em Palmeira dos Índios, Penedo e Viçosa e a oferta de 23 cursos. Em 2010, chegou ao Sertão, instalando-se em Delmiro Gouveia com uma Unidade Educacional em Santana do Ipanema, com 08 cursos ofertados e todos presenciais.

Além dos cursos presenciais, há 11 ofertados na modalidade de Educação à Distância, através do sistema Universidade Aberta do Brasil - UAB. A pós-graduação contribui com 41 programas de Mestrado e 14 de Doutorado, além dos cursos de especialização nas mais diferentes áreas do conhecimento.

A pesquisa vem crescendo anualmente com a participação de linhas e grupos de pesquisa nas mais diferentes áreas do conhecimento. A extensão contribui com diversos programas e, também, é uma atividade em constante expansão.

O ingresso dos estudantes na UFAL se efetiva por meio de processo seletivo através do ENEM e da plataforma SISu/MEC (Sistema de Seleção Unificada).

2.2 Contexto Regional

Com uma extensão territorial de 27.767.661 km², o Estado de Alagoas é composto por 102 municípios distribuídos em 03 mesorregiões (Leste, Agreste e Sertão alagoano) e

13 microrregiões. De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, apresentava população residente 3.120.922 habitantes, sendo 73,64% em meio urbano.

A inserção espacial da UFAL leva em consideração as demandas apresentadas pela formação de profissionais em nível superior e a divisão do Estado em suas meso e microrregiões. Essa configuração espacial é contemplada com uma oferta acadêmica que respeita as características econômicas e sociais de cada localidade, estando as suas unidades instaladas em cidades polo consideradas fomentadoras do desenvolvimento local.

Com a interiorização, a UFAL realiza cobertura universitária significativa em relação à demanda representada pelos egressos do Ensino Médio em Alagoas, à exceção do seu litoral norte, cujo projeto de instalação do campus no município de Porto Calvo se encontra em tramitação na SESU//MEC.

O PIB per capita estadual era de R\$ 6.728,00, em 2009, sendo o setor de serviços o mais importante na composição do valor agregado da economia, com participação de 72%. Os restantes 28% estão distribuídos em atividades agrárias – tradicionalmente policultura no Agreste, pecuária no Sertão e cana-de-açúcar na Zona da Mata, além do turismo, aproveitando o grande potencial da natureza do litoral.

2.3 Delmiro Gouveia e o Sertão de Alagoas

O município de Delmiro Gouveia, situado no Alto Sertão Alagoano, que integra a Mesorregião do Sertão de Alagoas e o Perímetro do Semiárido, localiza-se num dos pontos mais extremos do estado, fazendo divisa com os municípios alagoanos de Água Branca, Olho D'água do Casado e Pariconha. Resultado de sua posição geográfica privilegiada é o único município que faz divisa com três estados da federação, a saber: Bahia, Pernambuco e Sergipe.

Criado há 64 anos, o município de Delmiro Gouveia possui, segundo o IBGE – Estimativa da População (2015), uma população residente de 51.349 pessoas, distribuídas numa área de 626,69km². É o décimo município mais populoso do estado e sua população absoluta apresentou um crescimento em mais de três mil pessoas desde o ano de 2010, ano de início do Campus do Sertão da UFAL. Por ser o município mais populoso da Mesorregião do Sertão de Alagoas e figurar como ponto de contato com outros estados, através das rodovias que cortam sua área, Delmiro Gouveia exerce uma centralidade em escala regional, dispondo de serviços médico-hospitalares, redes bancárias, centros de distribuição comercial de alguns produtos, um comércio relativamente diversificado e dezenas de escolas. Desde a chegada do Campus do Sertão, essa centralidade espacial

aumentou, haja vista que Delmiro Gouveia sedia os únicos cursos de graduação em universidade pública do Alto Sertão de Alagoas.

Antes da instalação do Campus do Sertão, os interessados em cursar uma graduação, em universidade pública, eram forçados a se deslocar a Paulo Afonso, na Bahia, ou transferirem residência para a capital do estado, Maceió. Desse modo, pode-se afirmar que esse mais novo Campus da UFAL tem cumprido um papel sumamente relevante para a democratização do acesso ao ensino superior no Alto Sertão de Alagoas. Ademais, por oferecer quatro cursos de Licenciatura, dentre eles, o curso de Geografia Licenciatura, contribui para a melhora do quadro educacional da região.

A oferta de cursos de Licenciatura se adéqua à realidade da região, pois se trata de um contexto marcado por uma crescente demanda educacional e por seus baixos indicadores de qualidade. A respeito desses baixos indicadores, segundo dados do Instituto de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira – INEP, o estado de Alagoas figura no antepenúltimo lugar do país (acima apenas de Sergipe), no ranking do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB (2015) das escolas públicas, com média 3,2 – quando avaliado os anos finais do Ensino Fundamental. A média do Alto Sertão de Alagoas é ligeiramente melhor (3,3), entretanto, ambas estão bem abaixo da média do Brasil (4,2). O índice de analfabetismo encontrado na região também é um indicador que deve ser ponderado. Há algum tempo o estado de Alagoas figura com uma das mais elevadas populações analfabetas, entre indivíduos maiores de 15 anos. Dados da Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílio (PNAD), divulgados em 2017, apenas confirmaram esse quadro adverso, apontando Alagoas como o estado do país com o maior percentual da população analfabeta (19,4%), de faixa etária superior a 15 anos, bem acima da média do Nordeste (14,8%) e do país (7,2%). Os municípios do Alto Sertão de Alagoas igualmente acompanham o quadro estadual. Relacionam-se, como casos mais emblemáticos, os municípios de Canapi, Inhapi e Mata Grande, que, respectivamente, possuem 53,3%; 48,7% e; 47% de analfabetos entre os indivíduos maiores de 15 anos.

Essa caracterização da realidade educacional é agravada quando associamos com outros dados, a exemplo da disponibilidade de emprego. Segundo o Caged/Ministério do Trabalho, foram fechados 8.255 postos de trabalho em todo o estado de Alagoas, no ano de 2017. O referido estudo abarca os municípios com mais de 30 mil habitantes, no qual podemos encontrar o município de Delmiro Gouveia. Este figura como o 2º município com mais postos de emprego fechados no estado, 594, ficando atrás, apenas, de Maceió, com 3.041 postos de emprego encerrados. Seguramente, o fim da secular Fábrica da Pedra, em

2016, contribuiu para o incremento desses dados. O desemprego apenas potencializa a situação de vulnerabilidade já presente no estado e, principalmente, nos municípios da Mesorregião do Sertão de Alagoas. Segundo o Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, divulgado pelo PNUD/ONU (2010), dentre os 10 municípios com os piores índices de desenvolvimento humano seis estão localizados no Sertão do estado, a saber, Inhapi, Olivença, Mata Grande, Canapi, Belo Monte e Senador Rui Palmeira.

Os dados acima revelam quão relevante é a existência de um curso de licenciatura em Geografia, este ofertado numa região com deficiências na escolarização de sua população, baixo índice de desenvolvimento humano e com elevado déficit de empregos. A formação de professores nessa importante área do conhecimento pode contribuir para a melhora desses índices ao formar licenciados, majoritariamente, oriundos da própria Mesorregião do Sertão de Alagoas, comprometidos com a superação desse quadro adverso, por meio de um desenvolvimento econômico, com respeito ambiental e justiça social. Diante disso, o curso de Geografia Licenciatura, sendo resultado direto do Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), através do qual foi implantado o Campus do Sertão da UFAL, se vincula ao desafio coletivo da elevação dos níveis de escolarização da população da Mesorregião do Sertão de Alagoas e vem ao encontro da Lei 13.005/2014 (Plano Nacional de Educação), sendo um importante instrumento para o alcance de suas metas.

3 O CURSO DE GEOGRAFIA DO CAMPUS DO SERTÃO (UFAL)

3.1 Histórico do curso

O Curso de Geografia do Campus do Sertão (UFAL) tem acumulado relevante papel na formação de profissionais de licenciatura e na articulação de diálogos acadêmicos, científicos e culturais desde a sua criação em 2010. O seu principal objetivo, a formação de licenciados em Geografia, tem sido cumprido enquanto resposta às demandas por docentes qualificados junto às escolas públicas e privadas da região. Pode-se acrescentar, ainda, a contribuição do curso na formação de profissionais que atendem também às demandas do poder público municipal e estadual, bem como na atenção ao debate sobre a questão ambiental e a educação em diversos setores da sociedade civil.

Ao longo dessa trajetória, foram criados e reconhecidos Núcleos, Grupos de Estudo e Pesquisa que colaboram com ações de reflexão e de pesquisa, de ensino e de extensão, bem como com atividades no formato de eventos acadêmico-científicos, divulgação

científica, conferências e cursos de curta duração. Os grupos e os resultados de reflexões e de investigações acrescentam conteúdos ao debate sobre produção do conhecimento geográfico e o papel da geografia na construção de um futuro sustentável para a região.

O curso de Geografia tem contato também, ao longo dos últimos anos, com projetos de pesquisa, de ensino e de extensão sob a coordenação de seus docentes e pesquisadores, com a ampliação de projetos de iniciação à pesquisa científica (a exemplo do PIBIC) e à docência (a exemplo do PIBID), com parcerias à participação de estudantes em estágios e cursos de graduação e de pós-graduação no Brasil e no exterior e com a publicação de artigos e livros sobre a realidade sertaneja em Alagoas.

3.2 Curso de Geografia na Modalidade Licenciatura

A realidade do Sertão alagoano, apesar da proximidade relativa com o rio São Francisco, constitui um contexto extremamente carente, apresentando os indicadores sociais e econômicos mais deprimentes do Estado. A Geografia, um dos cursos de Licenciatura oferecido neste Campus, além de considerar essas questões, visa, principalmente, as necessidades de formação de educadores das redes municipais e estaduais. Nesse sentido, a formação de professores para o ensino de Geografia propõe superar o desafio da carência qualitativa e quantitativa de professores que possam contribuir para a melhoria dos indicadores sociais.

Para isso, é imprescindível que o profissional licenciado em Geografia adquira um embasamento científico-didático e metodológico que lhe permita acompanhar o dinamismo que caracteriza o mundo contemporâneo, busque o conhecimento de forma continuada, tendo condições de articular a teoria com a prática, estabelecendo a interação entre a escola e a comunidade onde estão inseridos os alunos, contribuindo, assim, por meio da ciência, para a formação de cidadãos aptos para analisar e intervir, criticamente, na realidade em que vivem e atuam.

O processo de renovação teórico-metodológica da ciência geográfica, que teve início em meados do século XX, enseja possibilidades didáticas significativas e pertinentes ao atual período histórico, tido como o da globalização, ou técnico-científico-informacional, destacando-se, entre tais possibilidades, a visão interdisciplinar sob um enfoque socioambiental. Categorias e conceitos básicos em Geografia, como espaço, paisagem, território, redes, lugar, região e escala, são explorados através de uma abordagem que transcende a dimensão física e a interpretação política e econômica,

podendo ser complementada com a percepção e a experiência do aluno, considerando sua vivência como um componente dinâmico e crítico da produção do espaço.

A escola, considerando sua função social e política, deve vivenciar o momento histórico, a dinâmica da realidade socioeconômica. Nesse contexto, não se pode deixar de reconhecer a contribuição fundamental que a Geografia oferece por sua condição de ciência voltada ao estudo da produção do espaço geográfico, produto altamente dinâmico, resultante das diversificadas e complexas relações das sociedades humanas com a natureza, mediatizadas pelo trabalho e seus instrumentos e técnicas.

Considerando esses princípios e atendendo a RESOLUÇÃO CNE/CES 14, de 13 de Março de 2002, o Curso de Geografia – Licenciatura - tem como objetivo formar licenciados para atuar nos espaços formais da educação básica tanto da rede pública quanto privada, e espaços não formais como feiras de divulgação científica, associações comunitárias entre outros, de acordo com as atuais exigências pedagógicas. Além desses espaços, o licenciado poderá, de acordo com os Referenciais curriculares nacionais dos cursos de licenciatura (MEC, p. 68, 2010) “*elaborar e analisar materiais didáticos, como livros, textos, vídeos [...] entre outros. Realizar ainda pesquisas em Ensino de Geografia, coordenar e supervisionar equipes de trabalho.*” A atuação do licenciado deverá ser pautada pela ética e compromisso com o desenvolvimento do educando (MEC, 2010).

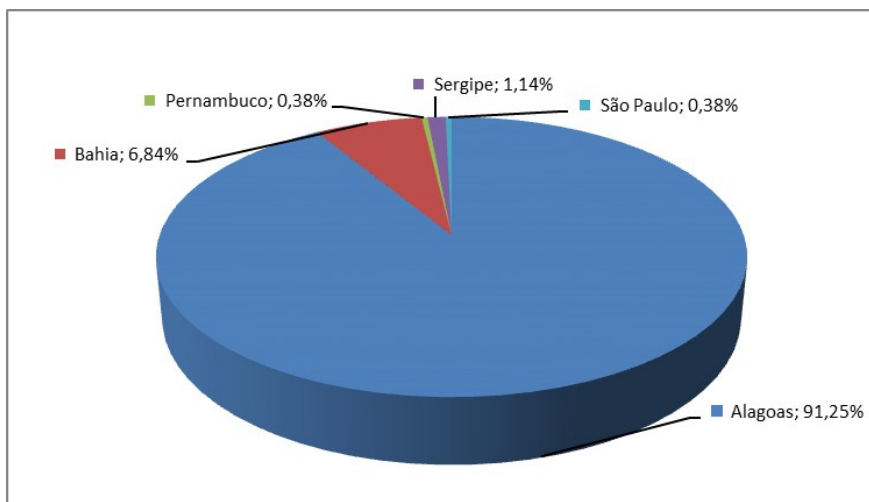
3.3 Considerações sobre o Projeto Pedagógico do Curso de Geografia –Licenciatura – do Campus do Sertão/UFAL

O município de Delmiro Gouveia, encravado no contexto climático do semiárido, tem sua história marcada pelas desigualdades socioeducacionais, cujos reflexos são diretamente sentidos na distribuição de renda e acesso a educação de qualidade. A chegada de um campus da Universidade Federal de Alagoas nesta região, abriu possibilidades para acesso de parte da população dos sertões de Alagoas, Sergipe, Pernambuco e Bahia terem a oportunidade de cursar alguns cursos de licenciatura, bem como de qualificação de profissionais para atuar na docência, formando licenciados em História, Letras, Pedagogia e GEOGRAFIA. Localizado em Delmiro Gouveia, o Campus do Sertão/UFAL está localizado numa área de entroncamento de quatro estados do Nordeste do Brasil. No caso específico do Alto Sertão Alagoano, o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica é abaixo da média do Brasil com 3,3 (IDEB, 2015).

Os dados referentes aos(as) alunos (as) matriculados (as) no Curso de Licenciatura em Geografia (Gráfico 1), percebe-se a importância do Campus do Sertão para o

desenvolvimento social, econômico, político, ambiental e, sobretudo, educacional do estado de Alagoas. Os dados revelam que 91,25% dos (as) alunos (as) que integram o Curso são de Alagoas, os demais oriundos dos estados a saber: 6,84% da Bahia, 0,38% de Pernambuco, 1,14% de Sergipe e 0,38 de São Paulo.

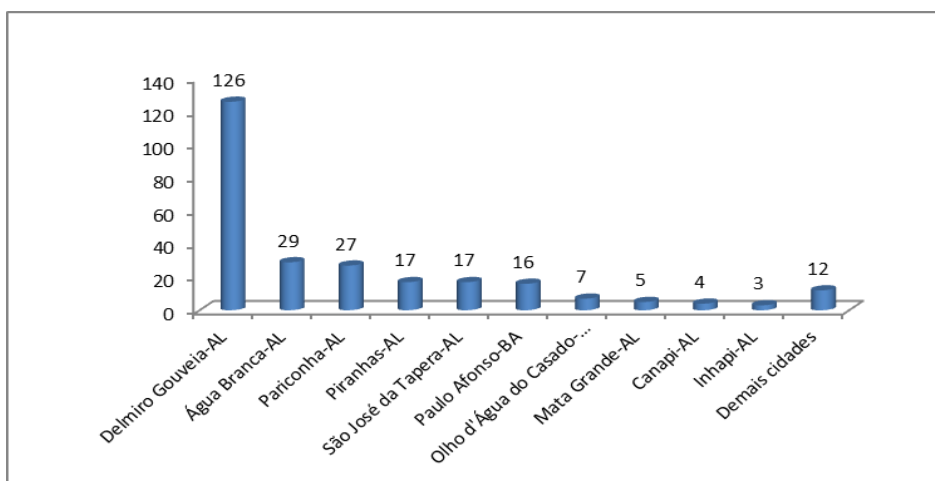
Gráfico 1 - Percentual de alunos de Geografia por estado de procedência



Fonte: Sieweb / NTI / CRCA Campus do Sertão/2018

Do total de alunos(as) advindos(as) de Alagoas (Gráfico 2), 126 são do município de Delmiro Gouveia, cujo dado revela claramente o papel do Campus do Sertão e do Curso de Licenciatura em Geografia na formação de professores qualificados para atuarem nos espaços formais e informais da educação. Neste sentido, destaca-se ainda os (as) alunos (as) oriundos de municípios vizinhos a Delmiro Gouveia como Água Branca, Pariconha e Piranhas que somam um total de 73 alunos (as).

Gráfico 2 – Quantidade de alunos de Geografia por cidade de procedência



Fonte: Sieweb / NTI / CRCA Campus do Sertão

Não há dúvidas sobre a contribuição do Curso de Licenciatura em Geografia do Campus do Sertão/UFAL na formação de professores nesta região. Desta forma, o Projeto Pedagógico do Curso foi construído coletivamente a partir da realidade da região do Alto Sertão de Alagoas cambiada pela necessidade de formar docentes capazes de, sob a ética, analisar e refletir criticamente sobre um espaço socialmente construído, diverso e plural.

Além disso, o PPC contempla as demandas de natureza teórica e metodológica como Introdução a Ciência Geográfica, Teoria e método e Metodologia do ensino de Geografia; as de natureza política, expressas, por exemplo, nas disciplinas de Geografia Política, Geografia Regional da América Latina, Geografia de Alagoas e Política e Organização da Educação no Brasil; as demandas de natureza econômica, a partir das disciplinas como Geografia Econômica, Geografia Urbana, Geografia Agrária, Regionalização do Espaço Mundial, Geografia do Brasil; as demandas de natureza social, como nas disciplinas Semiárido Brasileiro, Geografia da População, Fundamentos Sócio-filosóficos do Conhecimento, Sociologia Contemporânea e Gênero e Geografia; e as demandas de natureza ambiental, pelo viés das disciplinas Climatologia, Geomorfologia, Hidrografia, Geografia dos Solos, Geologia e Biogeografia. Nesse contexto, cabe enfatizar o papel das Atividades Curriculares de Extensão (ACEs), cujas ementas estão delineadas com base no princípio interdisciplinar do conhecimento, perpassando todas as dimensões formativas de natureza política, social, econômica e ambiental.

3.4 Objetivos do Curso

Em consonância com o PPI (Projeto Pedagógico Institucional) da Universidade Federal de Alagoas (2012), o curso de Geografia – Licenciatura busca uma aprendizagem que garanta os princípios da práxis acadêmica, nas dimensões do ensino, pesquisa e extensão. Neste sentido, a formação acadêmica do futuro licenciado em geografia procura transcender o tradicional espaço da sala de aula, promovendo ações que o aproximem da realidade local. O envolvimento dos discentes do curso de Licenciatura em Geografia em grupos de pesquisa, por exemplo, oportuniza trabalhar com problemas reais, tornando-os sujeitos da produção do conhecimento, assim como a participação em projetos de extensão possibilita uma relação interativa e coletiva dos processos de ensino e aprendizagem.

Desse modo, o curso de Geografia – Licenciatura – da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, tem como sugestão partindo da RESOLUÇÃO CNE/CES 14, de 13 de Março de 2002: 1) Formar licenciadas e licenciados para atuar na educação escolar formal – na rede pública e/ou privada de ensino, assim como em espaços de

educação não formal, que também contribuam com a formação educacional da sociedade;

- 2) Formar licenciados e licenciadas aptos a construir, repensar e elaborar políticas, programas e projetos educacionais, no âmbito das instituições e órgãos públicos de educação e ensino;
- 3) Formar profissionais cientes das suas capacidades e responsabilidades frente ao papel que a educação e a Geografia têm na produção de conhecimento e na construção de uma sociedade igualitária.
- 4) fornecer as ferramentas necessárias para a socialização do conhecimento geográfico, historicamente produzido, junto aos alunos (as) da educação básica, que os levem à compreensão, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96): a) da relação sociedade/natureza; b) do sistema político e seu caráter social e; c) dos objetivos e contradições das tecnologias;
- 5) dialogar com as estruturas socialmente construídas, refletindo sobre o papel do conhecimento geográfico na formação dos discentes da educação básica e dos sujeitos sociais envolvidos pelos espaços não formais de educação.

3.5 Justificativa do Curso de Geografia – Licenciatura

A Geografia possui um estatuto científico ancorado no estudo da produção do espaço geográfico, nesse sentido, pressupõe a análise da relação sociedade/natureza, onde o espaço é condição, processo e resultado.

Em um contexto de globalização ou mundialização, marcado pela celeridade das trocas de mercadorias e informações, (des)regulamentação das fronteiras, complexas relações interescares que estreitam e, concomitantemente, distanciam o local e o global, bem como, potencializam conflitos sociais, étnico-raciais e de gênero, se renova a imprescindibilidade da Geografia, como campo autônomo de investigação das Ciências Humanas que, como menciona as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Geografia (Parecer CNE/CES 492/2001), deve buscar caminhos teóricos e metodológicos com capacidade de interpretação e explicação de uma realidade tão dinâmica.

Em face do exposto, compreende-se que o curso de Geografia – Licenciatura – é fundamental para a formação de professores munidos de um arcabouço teórico-metodológico que lhes permita a decodificação da realidade espacial. Ademais, por se tratar de um curso de Licenciatura, também deverá fornecer as ferramentas necessárias para a socialização do conhecimento geográfico, historicamente produzido, junto aos alunos da educação básica, que os levem a compreensão, conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/96): a) da unidade sociedade/natureza; b) do sistema político e seu caráter social e; c) dos objetivos e contradições das tecnologias.

Não obstante a imprescindibilidade da formação específica, conforme tratado alhures, há, atualmente, no Brasil, um déficit de professores licenciados em Geografia, atuando nas redes municipais e estaduais de educação. Dados do Censo da Educação Básica (2016), divulgados pelo INEP, apontaram que apenas 52,5% das aulas de Geografia, ministradas nos anos finais do Ensino Fundamental, estão aos encargos de professores com Licenciatura ou Bacharelado (com complementação pedagógica) em Geografia, um percentual apenas superior às disciplinas de Artes e Língua Estrangeira, com 32,0% e 49,9%, respectivamente. No Ensino Médio, a situação é um pouco melhor, mas quase 30% das aulas de Geografia nesse nível de ensino são ministradas por professores sem formação específica de Licenciado ou Bacharelado (com complementação pedagógica). Assim, reafirma-se a importância da ciência geográfica, enquanto valiosa mediação para a interpretação da realidade espacial, e do curso de Geografia Licenciatura, enquanto locus de formação de profissionais com sólida formação teórico-prática e aptos ao exercício de mediação didático-pedagógica dos conteúdos da Geografia para a Educação Básica.

3.6 Competências e habilidades

O Curso de Geografia com habilitação em Licenciatura reafirma e integra ao seu Projeto Pedagógico as competências e habilidades básicas e específicas do profissional da área de Geografia, exarado no Parecer CNE/CES 492/2001, de 03/04/2001, que trata das Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso de Licenciatura em Geografia. Nesse sentido, entende-se que para o bom desempenho docente, o (a) professor(a) deve dominar os conteúdos científicos da área de conhecimento em que se propõe a atuar, associado ao disposto na Resolução CNE/CP 01, de 16 de fevereiro de 2002 – Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores para a Educação Básica, curso de licenciatura, de graduação plena. Dessa forma, amplia as competências e habilidades de caráter específico de sua área de formação agregando aquelas do conhecimento pedagógico.

Assim, de acordo com as Competências e Habilidades voltadas para a docência previstas no Parecer CNE/CES 492/2001, de 03 de abril de 2001, o Curso de Geografia – Licenciatura – proporcionará o desenvolvimento das seguintes habilidades:

1. Compreender a importância social da escola, vista como meio de aperfeiçoamento das práticas democráticas e de desenvolvimento econômico, social e ambiental, através da exploração das potencialidades dos alunos.

2. Assimilar os avanços tecnológicos que caracterizam as sociedades globalizadas, dando possibilidades aos seus alunos de explorar os conhecimentos científicos, desenvolvendo habilidades para contextualizá-los na perspectiva da formação da cidadania.
3. Dominar as categorias de análise em Geografia tais como espaço, território, paisagem, lugar, região, rede e as noções de escala, reconhecendo a importância desse conhecimento para a compreensão das implicações decorrentes das inter-relações das sociedades humanas e da cultura com a natureza.
4. Socializar os conteúdos do conhecimento geográfico através de recursos metodológicos e instrumentais adequados, contextualizando-os em perspectivas inter e multidisciplinar, caracterizando a Geografia como meio de reflexão sobre a sociedade.
5. Organizar o conhecimento acerca da produção do espaço geográfico, adequando-o aos alunos com necessidades educacionais especiais, particularmente aqueles com especificidades culturais diferenciadas.
6. Levar os alunos a se identificarem como elementos integrantes da produção do espaço geográfico, sendo também responsáveis pela melhoria das condições sociais e pela formação de uma consciência ambiental que mediatize a exploração dos recursos naturais pelas sociedades humanas.
7. Conhecer os fundamentos teórico-filosóficos, científicos e pedagógicos, adequando-os ao processo de ensino-aprendizagem em Geografia.
8. Planejar estratégias e mediações pedagógicas adequadas às atividades em cenários diversificados de aula, considerando o papel das mídias (ou das tecnologias da comunicação) nesse processo.

3.7 Perfil do Egresso

O(a) aluno(a) egresso(a) do Curso de Geografia - Licenciatura - deverá estar apto(a) para o exercício da docência na educação básica, em espaços formais e não formais, com solidez teórica e atuação consciente e crítica, pautada em uma formação científica e teórico-metodológica, calcada na concepção nuclear do curso, que lhe faculte condições para exercer influência efetiva nas atividades pedagógicas, colaborando na formação do(a) cidadã(o) e buscando conscientizá-lo(a) de seu protagonismo no alcance de uma sociedade socialmente mais justa e radicada na preservação do equilíbrio socioambiental do país e, particularmente, do estado de Alagoas.

3.8 Campo de atuação

O campo de atuação dos(as) alunos(as) junto ao mercado de trabalho se verifica, fundamentalmente, através da docência junto às redes de ensino de Educação Básica, tanto as públicas quanto as particulares, localizadas no contexto do estado de Alagoas e de regiões circunvizinhas. Amplia-se a contribuição do profissional formado em Geografia, no entanto, para o campo de apoio pedagógico e técnico junto ao poder público e à iniciativa privada na forma do planejamento e da gestão da educação e dos territórios. Destaca-se também a atuação nos espaços não formais de educação.

3.9 Acessibilidade

A UFAL atualmente possui um núcleo de estudos voltado para o entendimento das necessidades postas para o seu corpo social, no sentido de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado as pessoas com necessidades especiais em atenção à Política de Acessibilidade adotada pelo MEC e à legislação pertinente. O próprio dimensionamento dessas necessidades merece um cuidado especial, haja vista a forma atual de identificação dos alunos: a auto declaração.

Por outro lado, a UFAL tem investido na capacitação técnica de seus servidores para o estabelecimento de competências para diagnóstico, planejamento e execução de ações voltadas para essas necessidades. Ao esforço para o atendimento universal à acessibilidade arquitetônica, se junta, agora, o cuidado de fazer cumprir as demais dimensões exigidas pela Política de Acessibilidade, qual sejam a acessibilidade: pedagógica, metodológica, de informação e de comunicação.

A acessibilidade pedagógica e metodológica deve atentar para o art. 59 da Lei 9394/96, que afirma: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”.

Neste sentido, a Nota Técnica nº 24/2013/MEC/SECADI/DPEE, de 21 de março de 2013, orienta os sistemas de ensino no sentido de sua implantação. Em especial, recomenda que os “PPC’s contemplem orientações no sentido da adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os pequenos progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido”.

Para tal a UFAL assume o compromisso de prestar atendimento especializado aos alunos com deficiência auditiva, visual e cognitiva sempre que for diagnosticada sua necessidade. Procura-se, desta forma, não apenas facilitar o acesso, mas estar sensível às

demandas de caráter pedagógico e metodológico de forma a permitir sua permanência produtiva no desenvolvimento do curso.

Neste sentido o Núcleo de Atendimento Educacional – NAE – oferece o necessário apoio pedagógico de forma a atender ao corpo social da UFAL em suas demandas específicas de forma a promover a integração de todos ao ambiente acadêmico.

No curso de Geografia, o programa de assistência estudantil, por meio do Núcleo de Assistência ao Estudante (NAE), atende um total de 57 (cinquenta e sete) alunos (as) com bolsas e auxílios. O NAE, ainda, através da PROEST, conta com o Programa de Apoio e Acompanhamento Pedagógico ao Estudante (PAAPE), que tem como objetivo ampliar as condições de permanência e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico.

O PAAPE tem como finalidade agir, preventivamente, nas situações de retenção e evasão de estudantes matriculados(as) em cursos de graduação presencial e em situação de vulnerabilidade socioeconômica, priorizando ações para estudantes contemplados com apoio estudantil, nas diversas modalidades da política de assistência estudantil.

O Campus do Sertão possui uma equipe multiprofissional que busca identificar e acompanhar as situações pedagógicas, psicológicas, sociais e outras, que possam conduzir à situação de retenção ou evasão, que realiza as seguintes ações:

I. Acompanhamento de desempenho acadêmico, com levantamento de dados e análise referente à assiduidade e coeficiente de rendimento acadêmico do(a) estudante contemplado(a) com modalidades da assistência estudantil, a ser realizada a cada semestre letivo;

II. Desenvolvimento de ações de caráter preventivo, que incidam sobre as condições geradoras de retenção e evasão;

III. Orientações individuais e grupais, visando a identificação de problemas e intervenções nas situações que produziram dificuldades no desempenho acadêmico;

IV. Articulação com a PROGRAD, as Coordenações de Cursos e Projetos/Programas de Pesquisa e Extensão nesta área para atuação conjunta, visando o desenvolvimento de ações pedagógicas, que contribuam para o sucesso do desempenho acadêmico;

V. Realização de investigação sobre condições promotoras de melhorias no desempenho acadêmico;

VI. Promoção de debates sobre determinantes e condicionantes do desempenho acadêmico.

3.10 Inclusão

Desde 1999 a UFAL preocupa-se com a questão da inclusão, tendo aprovado em 2003 a Resolução 33 – CONSUNI, posteriormente modificada pelo Decreto 7.824, de 11 de outubro de 2012 que dispõe sobre a política de ingresso nas IFES. Ainda, a Resolução 54/2012 – CONSUNI institucionaliza a reserva de vagas e cotas no processo seletivo de ingresso nos cursos de graduação da UFAL.

Neste entendimento, em 2015, foram reservadas 40% (quarenta por cento) das vagas de cada curso e turno ofertados pela UFAL para os alunos egressos das escolas públicas de Ensino Médio. Destas, 50% (cinquenta por cento) das vagas foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou inferior a 1,5 salários mínimo (um salário mínimo e meio) bruto per capita e 50% (cinquenta por cento) foram destinadas aos candidatos oriundos de famílias com renda igual ou superior a 1,5 salários mínimo (um salário mínimo e meio) bruto per capita. Nos dois grupos que surgem depois de aplicada a divisão socioeconômica, serão reservadas vagas por curso e turno, na proporção igual à de Pretos, Pardos e Indígenas (PPI) do Estado de Alagoas, segundo o último censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2010, que corresponde a 67,22% (sessenta e sete vírgulas vinte e dois por cento). A UFAL destina 50% de suas vagas a alunos egressos de escolas das redes públicas.

3.11 Políticas Institucionais no Âmbito do Curso

O funcionamento do curso se estrutura baseado em alguns princípios filosóficos e técnicos metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da Universidade Federal de Alagoas – UFAL, previstos pelo Projeto Pedagógico Institucional – PPI, tais como: articulação entre teoria e prática; interdisciplinaridade; flexibilidade curricular e articulação entre ensino, pesquisa e extensão. O planejamento das atividades de ensino, pesquisa e extensão, dirigidas a formação do Licenciado em Geografia, deverá estar voltado para o desenvolvimento e aprendizagem de uma proposta integradora, partindo da observação, da vivência e interação da realidade da atividade profissional, estimulando a produção de novos conhecimentos, abarcando gradativamente outras dimensões. Desta forma, enfrentaremos o desafio de uma aprendizagem em permanente processo de construção, acompanhando as transformações sociais e culturais do nosso tempo. Essas ações são realizadas com a participação dos docentes e discentes como fomentadores das ações.

Nesse sentido, os docentes do Curso de Geografia desenvolvem não somente suas de ensino, mas também seus projetos de pesquisa e de extensão, visando à produção de conhecimento como base atividades do desenvolvimento científico e tecnológico, buscando caminhos para proporcionar uma educação formativa, inclusiva, libertadora e de qualidade para todos (as) envolvidos (as) no processo.

3.11.1 Âmbito da Pesquisa

Dado o caráter interdisciplinar que lhe inerente, a Universidade Federal de Alagoas promove a pesquisa nas mais diversas áreas de conhecimento, incentivando a formação de grupos e núcleos de estudo que atuam nas mais diversificadas linhas de pesquisa, considerando a classificação das áreas de conhecimento do CNPq.

No momento, o Curso de Geografia conta com vários Grupos de pesquisa/estudo/núcleo que agregam pesquisas sobre o estado de Alagoas, a saber:

Quadro 1 – Grupos de pesquisa/estudo/núcleo – Curso de Geografia Licenciatura

Nome/Área	Sigla	Linha de Pesquisa
Grupo de Estudos e Pesquisa em Análise Regional	GEPAR	Cultura, Territorialidades e Ambiente; Ensino e Formação de Professores de Geografia; Identidades e Socioespacialidades no Sertão Alagoano; Observatório de Estudos sobre a Luta por Terra e Território no Semiárido (OBELUTTE); Políticas Territoriais, Estado e Relações Capital/Trabalho no Brasil; Turismo e Cartografia Sociocultural do Sertão de Alagoas.
Grupo de pesquisa em Geomorfologia e evolução da paisagem em ambiente tropical	GEPAT	Geomorfologia do Quaternário e reconstrução paleoambiental; Geomorfologia do semiárido, dinâmica geomorfológica e análise dos processos superficiais; Mapeamento geomorfológico de detalhe das coberturas superficiais; e Micromorfologia de sedimentos colúvio-aluviais aplicada à reconstrução paleoambiental.
Grupo de pesquisa em Geoprocessamento e a Cartografia no Ensino de Geografia	GCEG	A cartografia como técnica de geoprocessamento e modelagem de dados; e a cartografia no ensino de Geografia.
Grupo de pesquisa sobre Gênero, Trabalho e Territórios	GENTTES	Relação capital-trabalho e Estado; Relações de gênero no campo-cidade; Bens comuns, conflitos, lutas e resistências por terra e território.
Grupo de Estudos Sociedade e Natureza	GESN	Teoria da Geografia e educação ambiental; Fenômeno urbano e imagens; e Lugar e identidade.
Grupo de estudos agrários e	GEAST	Territórios teóricos e paradigmáticos da Geografia e da

sócio-territoriais		geografia agrária; Desenvolvimento Territorial; Assentamentos rurais, conflito e resistência.
Núcleo de produção de energia do semiárido alagoano	NUPRES	Energia solar fotovoltaica, energia da biomassa e energias renováveis.

As pesquisas realizadas no curso de Geografia - Licenciatura estão ambientadas nos diferentes grupos ou núcleos de pesquisa vinculados ao *campus*. Os professores, individualmente ou em parceria, coordenam esses grupos que normalmente estão registrados no CNPq. A participação dos professores e alunos é por área de atuação, isto é, cada grupo/núcleo comporta professores nas suas respectivas áreas, inclusive com a participação de professores de outras unidades acadêmicas e de outras universidades.

Os alunos são selecionados para participar de pesquisa nas áreas de conhecimento do curso de acordo com uma demanda momentânea. Sempre que possível, as pesquisas contam com financiamento público, sendo uma política do *campus* oferecer estrutura física e recursos humanos como principais contrapartidas. Também é uma prática do *campus* motivar os professores a desenvolverem pesquisas com presença de alunos bolsistas ou voluntários vinculados ao Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica, dentre outras.

3.11.2 Âmbito da Extensão

A Curricularização da extensão da UFAL é a consolidação do compromisso institucional em promover aos estudantes de hoje e futuros profissionais de amanhã uma formação competente tecnicamente, mas também engajada e comprometida com a transformação social, no pleno exercício de que a extensão universitária é o caminho para a garantia do diálogo entre o espaço universitário e a sociedade. Desta forma, o Curso de Geografia do Sertão alagoano cumprirá o seu papel social formativo, sob a égide do tripé ensino, pesquisa e extensão. A extensão do curso estará garantida mediante o processo de Curricularização da extensão, conforme consta no ordenamento curricular e Programa detalhado neste Projeto Pedagógico do Curso.

4 ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO-PEDAGÓGICA

A UFAL ousou em definir, a partir de 2010, novos padrões e procedimentos institucionais, estrutura e projetos pedagógicos, como resposta aos novos desafios da contemporaneidade. Nesse contexto, os cursos a serem implantados por meio do programa

de expansão foram agrupados em Eixos Temáticos do Conhecimento: 1-Eixo das Agrárias; 2 - Eixo da Educação; 3 - Eixo de Gestão; 4 – Eixo das Humanidades; 5 – Eixo da Saúde; 6 – Eixo da Tecnologia. Essa estrutura desenhou-se por meio de conteúdos curriculares organizados ainda em Troncos do Conhecimento, com a oferta semestral de disciplinas, a saber: Tronco Inicial; Tronco Intermediário e o Tronco Profissionalizante.

A atualização dessa estrutura para a atual proposta de PPC, no entanto, leva em consideração maiores aproximações e diálogos entre os conteúdos dos antigos troncos Inicial, Intermediário e Profissionalizante, e sugere que as disciplinas coexistam e se articulem entre os nove semestres exigidos à graduação. Tal inovação leva em conta as experiências acumuladas ao longo dos anos e a valorização do caráter de saberes específicos da Geografia.

O Projeto Pedagógico do Curso de Geografia - Licenciatura, refletindo a conjuntura socioeconômica da contemporaneidade, tem como referências a *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB)*, nº 9394/96; as Diretrizes Curriculares baseadas na Resolução Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015 e Resolução Nº 59/2014-CONSUNI/UFAL, que instituiu a duração e a carga horária dos Cursos de Licenciatura de graduação plena e de formação de professores de Educação Básica em nível superior; o parecer CNE/CES 492/2001, aprovado em 03/04/2001, tratando das diretrizes Curriculares para o Curso de Geografia; e os *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)*, que ressaltam o papel da escola e seu compromisso com a formação do cidadão integral, entendendo-a como um processo que, no ensino, ultrapassa os aspectos cognitivos.

O Curso de Geografia – Licenciatura – será desenvolvido ao longo de nove períodos, durante quatro anos e meio, turno noturno, na Sede do Campus do Sertão, município de Delmiro Gouveia. Desde o início do curso, o (a) aluno (a) terá acesso às disciplinas de formação geral, específicas da educação e da Ciência Geográfica.

A integralização curricular dar-se-á com o cumprimento de uma carga horária mínima total de 3.540 horas, distribuídas conforme Quadro 2.

Quadro 2 – Distribuição dos componentes curriculares por carga horária

COMPONENTE CURRICULAR	CARGA HORÁRIA
Disciplinas Obrigatórias	2.350
Disciplinas Eletivas	90
Atividades Curriculares de Extensão (ACE)	400
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)	100
Estágios Supervisionados	400
Atividades Acadêmico-Científico-Culturais	200

(ACC)	
Total	3.540

No curso de Geografia Licenciatura os números mínimo e máximo de conclusão correspondem, respectivamente, a 09 semestres e 13 semestres.

Buscando atender as orientações contidas nos Referenciais Curriculares Nacionais que tratam da formação do licenciado em Geografia, o PPC trabalhará ao longo do curso temas como: Climatologia; Geografia da População; Geologia; Teoria e Método em Geografia; Cartografia; Geomorfologia; Geografia Agrária e Urbana; Biogeografia, Geografia Política; Geografia Regional – Brasil e Mundo; Geografia Econômica; Pedologia; Filosofia e Sociologia da Educação; Metodologia e Prática de ensino de Geografia; Tecnologias da informação e comunicação aplicadas ao ensino de Geografia; Psicologia da Educação; Legislação Educacional; Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS); Pluralidade Cultural; Meio Ambiente; Relações Ciência, Tecnologia e Sociedade (CTS).

Os temas transversais e a prática pedagógica estão distribuídos ao longo do curso, permeando todo o processo contínuo de formação dos discentes do Curso de Geografia - Licenciatura. Os temas transversais são contemplados por disciplinas como: Gênero e Geografia; Introdução às Tecnologias de Informação e Comunicação; Fundamentos Sócio-Filosóficos do Conhecimento; Libras; Geografia Regional da América Latina.

As disciplinas que compõem a carga horária referente à Prática Pedagógica como Componente Curricular – PRACC (432 horas) são: Geografia da População, Leitura e Análise de Documentos Cartográficos, Geografia Urbana, Hidrografia, Geomorfologia II, Geografia Regional, Regionalização do Espaço Mundial, Geografia dos Solos.

4.1 Educação Ambiental no Curso de Licenciatura em Geografia

Desde os anos de 1970, estamos envolvidos em transformações sem precedentes nas esferas econômica, política, sociocultural e ambiental. Essas transformações, configuradas pela reestruturação produtiva do processo capitalista, encerradas no pensamento neoliberal e do processo de globalização, desestruturam conquistas sociais importantes e tornam ainda mais evidentes quão frágeis são a economia, a política e a organização social da maioria dos estados nacionais do Planeta. Resgata-se de Carvalho (2002), a ideia de que toda educação é ambiental, pois se a Educação não vier acompanhada pela dimensão ambiental, “*perde sua essência e pouco pode contribuir para a continuidade da vida humana*” (p. 36).

Assim, a Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999, regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, dispõe especificamente sobre a Educação Ambiental (EA) e

instituiu a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA), como componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo. As DCNs de Educação Ambiental (Resolução CNE/CP Nº2/2012) destacam que “o papel transformador e emancipatório da Educação Ambiental se torna cada vez mais visível diante do atual contexto nacional e mundial em que a preocupação com as mudanças climáticas, a degradação da natureza, a redução da biodiversidade, os riscos socioambientais locais e globais, as necessidades planetárias evidenciam-se na prática social”.

A bibliografia que diz respeito aos estudos do meio ambiente voltada para uma educação inclusiva e abrangente, inserida no contexto do curso de licenciatura de Geografia, procura enfatizar os grandes problemas ambientais derivados da exploração desmedida dos recursos naturais provenientes de uma sociedade de consumo consolidada por um modelo capitalista inconsequente, que prioriza ações políticas que privilegiam o capital em detrimento das relações ambientais que preservam a vida dos ecossistemas e das sociedades contemporâneas. As Atividades Curriculares de Extensão possibilitarão as articulações entre teoria e prática, por meio de atividades diretamente ligadas à comunidade externa, firmando o diálogo contínuo com os sujeitos sociais do Alto Sertão de Alagoas.

Nota-se a necessidade de inserir no processo educativo do Curso de Licenciatura em Geografia as discussões de educação ambiental, na visão da interdisciplinaridade. O trabalho interdisciplinar de educação ambiental se caracteriza pela ampliação do espaço social e visa a disseminação crítica dos conhecimentos socioambientais, culturais e políticos, articulando-os à realidade local, nacional e global, com a formação cidadã e ética.

Busca-se superar a mera ideia de ecologizar o processo educativo, pois o trabalho de educação ambiental não se limita ao acúmulo de conceitos de ecologia ou ao trabalho com problemas ambientais, por isso, as disciplinas de Biogeografia; Geografia dos solos; Geomorfologia; ACE – Educação e meio ambiente; e Hidrografia. Estas disciplinas se articulam através do saber ambiental, relacionando os vários ambientes e vivências por meio das atividades práticas realizadas no decorrer do Curso de Licenciatura em Geografia.

Isso posto, destaca-se ainda que a UFAL possui um Núcleo de Educação Ambiental (NEA), ligado ao Centro de Educação, mas que está aberto a apoiar o trabalho de educação ambiental em diversos cursos. O NEA desenvolve atividades com o Coletivo Jovem,

cursos de formação para professores e estudantes sobre Educação Ambiental, curso de especialização em Educação Ambiental (2012).

4.2 Prática Pedagógica

O Projeto Pedagógico do Curso de Geografia – Licenciatura – desenvolve as atividades referentes à prática pedagógica obedecendo ao que determina a RESOLUÇÃO Nº 59/2014 – CONSUNI/UFAL, de 06 de outubro de 2014, que estabelece a carga horária de 400 (quatrocentas) horas destinadas à prática pedagógica ao longo do curso.

O objetivo das referidas práticas é enriquecer o ensino-aprendizado teórico ao longo do curso, com metodologias que fomentem vivências, experiências e fazeres relacionados aos conteúdos de cada disciplina. Tais vivências, experiências e fazeres podem ser materializados em atividades de produção e práticas diversas dentro e fora do espaço físico da universidade.

Assim, o PPC do Curso de Geografia – Licenciatura reserva, em vários semestres do curso, carga horária específica à Prática Pedagógica como Componente Curricular, que é distribuída nas seguintes disciplinas e períodos: 3º: Geografia da População; 4º: Leitura e Análise de Documentos Cartográficos; 5º: Geografia Urbana; 6º: Hidrografia e Geomorfologia II; 7º: Geografia Regional e Regionalização do Espaço Mundial; 8º: Geografia dos Solos.

Para a prática de disciplinas como Geografia dos Solos e Hidrografia, e as vinculadas ao saber cartográfico, será necessário, também, o uso de laboratório. No Campus do Sertão, essa prática será atendida nos seguintes laboratórios: Laboratório de informática, Laboratório de solos e Laboratório de Geologia. Cabe destacar que todos os laboratórios existentes no Campus, desde a sua concepção, são laboratórios interdisciplinares que devem ser usados pelos (as) docentes e discentes do curso de Geografia, de acordo com as necessidades de suas respectivas disciplinas.

Quadro 3 – Disciplinas de Prática Pedagógica como Componente Curricular – PRACC

PERÍODO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA
3º	PRACC – Geografia da População	54
4º	PRACC – Leitura e Análise de Documentos Cartográficos	54
5º	PRACC – Geografia Urbana	54
6º	PRACC – Hidrografia	54
	PRACC – Geomorfologia II	54

7º	PRACC – Geografia Regional	54
	PRACC – Regionalização do Espaço Mundial	54
8º	PRACC – Geografia dos Solos	54
TOTAL		432

4.3 Conteúdos Curriculares

Os conteúdos curriculares, constantes no PPC, promovem o efetivo desenvolvimento do perfil profissional do egresso, considerando a atualização da área, a adequação das cargas horárias (em horas-relógio), a adequação das referências bibliográficas e a acessibilidade metodológica. Além disso, promovem também a abordagem de conteúdos pertinentes às políticas de educação ambiental, de educação em direitos humanos e relações étnico-raciais, além do ensino da história e cultura afro-brasileira, africana e indígena.

Os referidos conteúdos estão organizados conforme as Diretrizes curriculares nacionais, a saber: a) Os conteúdos de formação geral distribuídos ao longo das disciplinas: Introdução às Tecnologias de Informação e Comunicação, Sociologia Contemporânea, Fundamentos das Ciências Sociais e Fundamentos Sócio-Filosóficos do Conhecimento; b) Os conteúdos de formação comum às licenciaturas, conforme a Resolução Nº 06/2018 - CONSUNI/UFAL, 19 de fevereiro de 2018, voltados para a preparação do docente do ponto de vista pedagógico, a saber: Metodologia do ensino de Geografia, Didática, Profissão docente, Política e Organização da Educação Básica no Brasil, Desenvolvimento e aprendizagem, Gestão da Educação e do Trabalho Escolar e Libras; c) Conteúdos específicos da Ciência Geográfica, dentre tais cita-se como exemplo: Teoria e método em Geografia, Introdução a Ciência Geográfica, Climatologia, Geomorfologia, Geografia Urbana, Pesquisa Educacional Geografia Regional, Geografia Política, Geografia Agrária, Geografia Econômica, Cartografia, Cartografia Temática e Hidrografia; d) As Dimensões Pedagógicas, que possuem carga horária relativa a quinta parte da carga horária total do curso, são contempladas pelas seguintes disciplinas: profissão docente, Política e Organização da Educação Básica no Brasil, Desenvolvimento e Aprendizagem, Didática, Gestão da Educação e do Trabalho Escolar, Pesquisa Educacional, Libras, Metodologia do Ensino de Geografia, Introdução às Tecnologias de Informação e Comunicação, Fundamentos Sócio-Filosóficos do Conhecimento, Sociologia Contemporânea.

Dentro desse conjunto destacam-se as 432 horas de práticas pedagógicas diluídas ao longo das disciplinas – já mencionadas anteriormente – e o Estágio supervisionado.

Todas as disciplinas do curso foram revisadas de acordo com as discussões mais recentes que tratam dos temas em questão, priorizando sempre o diálogo formativo, contínuo e dinâmico do profissional licenciado em Geografia.

A proposta metodológica do curso de Geografia – Licenciatura – se constitui através de diferentes momentos formativos, previstos na matriz curricular. A concepção do curso nasce das epistemologias que concebem a formação em Licenciatura em Geografia, direcionada a uma aprendizagem consciente, criativa, plena e crítica acerca das realidades local e global.

O curso de Geografia – Licenciatura – tem seu referencial metodológico orientado na busca de reflexões e de esclarecimentos dos sentidos e significados da vida social na atualidade, de visionamentos dos fatores físicos e culturais que impactam a organização e a dinâmica espaciais do presente e do futuro e do desenvolvimento teórico-metodológico da docência em sua realização prática. Nesse sentido, privilegiam-se a percepção, a análise e a resolução de situações-problema como estratégias didático-pedagógicas junto aos estudantes-professores envolvidos.

A metodologia na qual os planos de ensino do curso se baseiam, considera central a premissa da interdisciplinaridade, oportunizando então vivências de situações cotidianas que enxergam no contato com o referencial teórico e com a observância e o exercício da prática docente um norte de aprimoramento técnico, profissional e acadêmico. Acrescenta-se a isso as questões relativas à ética e à responsabilidade social que são relevantes no processo de desenvolvimento de projetos da área.

O planejamento e a avaliação do ensino-aprendizagem se apresentam como relevantes componentes do processo formativo dos envolvidos. E, nessa perspectiva, se orientam em diálogo com os diversos momentos explicitados no desenvolvimento curricular que integra os planos de disciplinas e de atividades extracurriculares, e tais direcionamentos se pretendem através da valorização do senso crítico e da criatividade, da ampliação de horizontes e de aprofundamento de leituras e de interpretações teórica e empírica, da geração da autonomia e a da conscientização acerca da cidadania, da ética e do papel da docência e da pesquisa na sociedade.

Isso, portanto, leva à utilização por parte dos docentes de atividades como:

a) Aulas teóricas: expositivas, dialogadas, esclarecedoras e coerentes com o conhecimento da realidade espacial.

b) Atividades práticas: esclarecedoras de técnicas de pesquisa e de ensino, bem como motivadoras à apreciação de sentidos e significados teóricos junto à realidade empírica.

c) Atividades extra-curriculares: estratégias didático-pedagógicas complementares à matriz de disciplinas presenciais, tais como a utilização de recursos das tecnologias da informação e comunicação (TICs), estudos dirigidos, estudos de caso, pesquisas bibliográficas, resolução de exercícios, produção textual, seminários, coleta e apreciação de dados e informações, dentre outras, conforme a proposta de cada disciplina.

4.4 Acessibilidade e transtorno do espectro autista

A UFAL possui um núcleo de estudos (Núcleo de Acessibilidade - NAC) voltado para o entendimento das necessidades postas para o seu corpo social, no sentido de promoção de acessibilidade e de atendimento diferenciado pessoas com necessidades especiais em atenção à Política de Acessibilidade adotada pelo MEC e à legislação pertinente.

Assim, o Núcleo de Acessibilidade foi criado em outubro de 2013 e desde então tem consolidado suas ações na Instituição, e, de acordo com a Lei 13.146/2015 visa “assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais da pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania”. Em 17 de fevereiro de 2017 foi inaugurada a sua nova sede, no Centro de Interesse Comunitário (CIC), com 3 salas, as quais são utilizadas para reuniões com estudantes, professores, coordenadores e familiares, bem como há a produção de materiais demandados por discentes com deficiência atendidos. Atualmente, o NAC conta com uma coordenação, um revisor em Braille, 12 bolsistas de apoio ao estudante com deficiência (selecionados por edital específico) e um psicólogo clínico.

O próprio dimensionamento dessas necessidades merece um cuidado especial, haja vista a forma atual de identificação dos alunos: a auto declaração. Assim, professores e estudantes com deficiência, precisam solicitar atendimento educacional especializado e, este ocorre continuamente e de acordo com as suas necessidades. O NAC ainda disponibiliza o empréstimo de equipamentos de acessibilidade, como livros e máquina para escrita em Braille, por exemplo. Os acompanhamentos são avaliados ao final de cada semestre por professores dos estudantes com deficiência e pelos próprios estudantes, com a finalidade de aperfeiçoar os serviços oferecidos.

Além deste acompanhamento, o NAC tem investido na formação da comunidade universitária com a proposição de projetos, cursos e oficinas (Tecnologia Assistiva – Deficiência Visual e Deficiência Física, Estratégias de Ensino do Surdo cego, Práticas Inclusivas na Educação Superior, Sextas Inclusivas, entre outros).

Por outro lado, a UFAL tem investido na capacitação técnica de seus servidores para o estabelecimento de competências para diagnóstico, planejamento e execução de ações voltadas para essas necessidades. Ao esforço para o atendimento universal à acessibilidade arquitetônica, se junta, agora, o cuidado de fazer cumprir as demais dimensões exigidas pela Política de Acessibilidade, qual sejam a acessibilidade: pedagógica, metodológica, de informação e de comunicação. A acessibilidade pedagógica e metodológica deve atentar para o art. 59 da Lei 9394/96, que afirma: “Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais: I - currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específicos, para atender às suas necessidades”. Neste sentido, a Nota Técnica nº 24 / 2013 / MEC / SECADI / DPEE, de 21 de março de 2013, orienta os sistemas de ensino no sentido de sua implantação. Em especial, recomenda que os “PPC contemplem orientações no sentido da adoção de parâmetros individualizados e flexíveis de avaliação pedagógica, valorizando os progressos de cada estudante em relação a si mesmo e ao grupo em que está inserido”.

Para tal atendimento a UFAL assume o compromisso de prestar atendimento especializado aos alunos com deficiência auditiva, visual, e cognitiva sempre que for diagnosticada sua necessidade. Procura-se, desta forma, não apenas facilitar o acesso, mas estar sensível às demandas de caráter pedagógico e metodológico de forma a permitir sua permanência produtiva no desenvolvimento do curso. À luz do Decreto Nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004 – Regulamenta a Lei n. 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e a Lei n. 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências.

4.5 Educação em direitos humanos

Conforme a Resolução CNE/CP nº 1, de 30 de maio de 2012, a Educação em Direitos Humanos se encontra presente na Geografia Licenciatura de maneira transversal, nas diferentes áreas do conhecimento, em seus processos de promoção, proteção, defesa e aplicação na vida cotidiana e cidadã de sujeitos de direitos e de responsabilidades

individuais e coletivas. Portanto, objetivando atender a temática da Educação em Direitos Humanos, os seus conteúdos são abordados de maneira interdisciplinar e transversal nas disciplinas: Geografia da População, Gênero e Geografia, Atividades Curriculares de Extensão, Geografia Agrária, Geografia Política, Geografia Regional da América Latina e Geografia Econômica.

4.6 Educação das Relações Étnico-Raciais e o Ensino e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena

Considerando as Leis 10.639/2003 e 11.645/2008, a Resolução CNE/CP 01/2004, fundamentada no Parecer CNE/CP 03/2004, que dispõe sobre as diretrizes Curriculares Nacionais para a educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, o Curso de Geografia Licenciatura da UFAL, Campus do Sertão, contempla os conteúdos relacionados às temáticas étnico-raciais nas disciplinas de Geografia Cultural, Geografia do Brasil, Semiárido Brasileiro, Geografia da População, Gênero e Geografia e Atividades Curriculares de Extensão, nas quais são abordados assuntos sobre o reconhecimento e valorização da identidade, história e cultura dos afro-brasileiros, bem como a garantia de reconhecimento e igualdade de valorização das raízes africanas da nação brasileira, ao lado das indígenas, europeias e asiáticas.

4.7 Libras

De acordo com o Artigo 3º e seus incisos, Decreto nº 5.626, de 22 de dezembro de 2005, o componente curricular Libras é obrigatório nas licenciaturas. No Curso de Licenciatura em Geografia, Campus do Sertão/UFAL, encontra-se normatizada e direcionada pela Resolução Nº 06/2018-CONSUNI/UFAL, 19 de fevereiro de 2018. A disciplina Libras terá 54h, e ocorrerá no 5º período do Curso.

4.8 Estágio Curricular Supervisionado

A Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008 – Lei do Estágio, define o “estágio como o ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo do estudante”.

Na UFAL os estágios curriculares supervisionados são regulamentados a partir da Lei do Estágio em conjunto com a Resolução nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006, ficando definido como componente curricular, presente nos cursos de graduação, sendo dividido em estágios curriculares supervisionados, obrigatório e não obrigatório.

O estágio curricular supervisionado obrigatório para o curso de Geografia está previsto e orientado a partir do Art. 13, § 1º Inc. II das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso Superior de Graduação em Licenciatura, sendo esse supervisionado periodicamente por um professor do curso com formação ou experiência na área de atuação das atividades do estágio. Essas atividades deverão ser orientadas e programadas a partir de um plano de atividades, com a obrigatoriedade de avaliações periódicas previstas nas normativas institucionais e dos cursos da UFAL. Além disso, enfatizamos que a carga horária mínima do estágio curricular deverá atingir 400 horas para o curso.

Quando o estágio curricular supervisionado previsto/implantado está regulamentado/institucionalizado, de maneira excelente, a relação teoria e prática acontece, considerando, em uma análise sistêmica e global, os aspectos: articulação entre o currículo do curso e aspectos práticos da Educação Básica; embasamento teórico das atividades planejadas/desenvolvidas no campo da prática; reflexão teórica acerca de situações vivenciadas pelos licenciandos em contextos de educação formal e não formal; produção acadêmica que articule a teoria estudada e a prática vivenciada.

O Estágio Supervisionado Obrigatório do Curso de Geografia - Licenciatura, Campus do Sertão, Delmiro Gouveia, possui 400 (quatrocentas) horas mínimas de atividades, podendo ser realizado entre o 6º e o 9º período do curso. Seu principal objetivo é proporcionar ao aluno (a) a oportunidade de aplicar seus conhecimentos acadêmicos em situações da prática profissional, possibilitando-lhe, assim, o exercício de atitudes em situações vivenciadas e a aquisição de uma visão crítica de sua área de atuação profissional futura nos espaços formais e não formais da educação, conforme disposto nas ementas que tratam da atividade de estágio.

No Curso de Geografia Estágio Supervisionado Obrigatório será gerenciado pelo Colegiado de Curso e Coordenador(a) de estágio, o qual deve ser realizado em escolas públicas municipais, estaduais e federais e supervisionado por docente(s) do curso; e em espaços não formais de educação, de acordo com as ementas de estágio e a resolução interna do curso que direciona atividade de estágio. Este deverá promover vivências para os estudantes, mediante Plano de Estágio elaborado pelo (a) aluno (a), sob orientação do supervisor e apresentado ao coordenador nos semestres anteriores aos estágios. Os estágios curriculares serão de duas naturezas: a) OBRIGATÓRIOS, denominado estágio supervisionado, com no mínimo 400 horas distribuídas do 6º ao 9º período; e b) NÃO OBRIGATÓRIOS, isto é, são outras oportunidades de estágios obtidas pelos discentes.

4.8.1 Estágio Curricular Obrigatório

O Estágio obrigatório será normatizado pelo Colegiado do Curso sob forma de Resolução. A carga horária mínima será a que fica efetivada para integralização do currículo mesmo que o aluno tenha realizado mais horas. Os estágios não obrigatórios terão supervisão indireta dos docentes e, para consignação como carga horária complementar, deverão ser analisados pelo Colegiado de Curso no que diz respeito à pertinência na formação profissional do (a) aluno(a).

A estruturação do estágio formaliza-se através de atividades compreendendo, obrigatoriamente, as seguintes etapas:

1. **Apresentação de termo de compromisso:** o estágio só será válido a partir do preenchimento e assinatura do Termo de Compromisso de Estágio (TCE), celebrado entre o estudante, o docente orientador e a instituição concedente de estágio. Esse termo é um documento institucional, contendo os dados gerais do estágio em questão, o número da apólice de seguros que o discente tem direito, disponibilizado, anualmente, pela Gerência de Estágio (GEST).
1. **Elaboração do plano de trabalho:** o estágio deve estar no contexto da formação acadêmica e ser apresentado para registro pelo Colegiado e devidamente aprovado e acompanhado por um docente orientador.
2. **Desenvolvimento das ações programadas:** o estágio deve ressaltar o lado da qualidade formal, no aprimoramento das condições instrumentais do exercício profissional.
3. **A avaliação final do estágio:** deverá ser apresentado um relatório completo das atividades ao Coordenador de Estágio e ao Colegiado do Curso, avaliado e assinado pelo orientador e pelo supervisor do estágio.

Essas atividades deverão estar compreendidas dentro das diferentes áreas de atuação do curso, tais como: Geografia Física, Geografia Humana e Econômica, Regional, Teoria e Método da Ciência Geográfica e Instrumentação em Geografia.

Para atingir os objetivos propostos, o Estágio Supervisionado, a partir da observância da obrigatoriedade de seu caráter prático, será dividido da seguinte forma:

I – Fase de observação – Prática Pedagógica: Fundamentos, Diretrizes e Organização e Gestão Escolar – 6º semestre letivo – 100 horas. Essa fase consiste no momento em que o aluno-estagiário deve conhecer a estrutura da escola, acompanhar as diversas atividades realizadas no ambiente escolar e observar aulas.

II – Regência – Prática Pedagógica: Ensino Fundamental – 7º semestre letivo – 100 horas.

III – Regência – Prática Pedagógica: Ensino Médio – 8º semestre letivo – 100 horas.

IV – Prática Pedagógica: Educação de Jovens e Adultos e Espaços Não-Formais de Educação, elaboração de Relatório Final de Estágio e Organização de Seminário de Estágio – 9º semestre letivo – 100 horas.

4.8.2 Estágio Curricular Não Obrigatório

Sobre o Estágio Curricular Supervisionado Não Obrigatório é atividade opcional integrante do conjunto de possibilidades previstas para as atividades complementares. A carga horária será de no máximo 30 horas semanais, desde que não haja prejuízo nas atividades acadêmicas obrigatórias. Nos períodos de férias escolares poderão ocorrer atividades de estágios não obrigatórios, sendo a jornada de trabalho estabelecida entre o estagiário e a parte concedente, com interveniência da UFAL, através da Coordenação de Estágios Curriculares do curso.

O Estágio Não-Obrigatório poderá, respeitada a Resolução nº 71/2006-CONSUNI/UFAL, de 18 de dezembro de 2006, ser transformado em Estágio Obrigatório, mediante parecer favorável do Colegiado de Curso, a depender da análise e apreciação da coordenação do curso, aprovado no Colegiado do respectivo curso.

As demais providências e orientações estão previstas no manual e nas normatizações internas de estágios do curso.

4.8.3 Integração com as redes de ensino

Como componente curricular obrigatório, o Estágio Supervisionado é o momento em que o(a) aluno(a) vivencia a realidade profissional, na qual irá desenvolver as competências e as habilidades fundamentais para o futuro exercício docente.

Nesse raciocínio, entende-se que refletir sobre o Estágio Supervisionado requer a atividade anterior e/ou concomitante de eleição de uma compreensão de *estágio* a ser assumida, assim como a de docente e de educação. Tradicionalmente, a atividade Estágio Supervisionado, nos cursos de formação docente, efetiva-se mediante dois momentos, quais sejam: i) a observação e ii) a regência.

Quando o Estágio Supervisionado é pensando na perspectiva da *observação*, aloca-se a formação docente no âmbito da *imitação* ou da *reelaboração*, essas na perspectiva de

uma prática docente modelar. Tal compreensão, se não oferecer outros elementos acerca da prática, pode reduzir-se ao fazer, o qual pode reduzir-se à pura observação de docentes em aula e à imitação daquele modelo de docência, sem uma análise crítica, fundamentada cientificamente e legitimada na realidade social das práticas pedagógicas. A legitimidade está ancorada nas diretrizes curriculares oficiais que orientam a educação básica, bem como, nos fundamentos conceituais que as sustentam.

No outro extremo, o Estágio Supervisionado é, recorrentemente, também efetivado como *instrumentalização técnica*, tornando-se o momento/espço no qual são desenvolvidas habilidades específicas à profissão – a *regência*, etapa na qual ocorrem as atividades de microensino, que, normalmente, se restringem a técnicas e a metodologias. Por esse direcionamento, o Estágio Supervisionado assume o caráter de atividade prática instrumental, visto que leva ao criticismo vazio das práticas pedagógicas, instituindo a separação teoria e prática.

Diferentemente dessas concepções de Estágio Supervisionado, o Curso de Geografia (UFAL- Campus do Sertão), tendo a compreensão de educação como processo e de docente como intelectual em processo de formação, adere à ideia de que o Estágio Supervisionado é um campo de conhecimento e, portanto, possui estatuto epistemológico, tornando-se uma atitude investigativa, uma atividade de pesquisa. Nesse sentido, o Estágio Supervisionado neste Curso é uma epistemologia da prática, não simplesmente a parte prática do curso, e tem como objetivo principal possibilitar a aproximação às práticas didático-pedagógicas no campo de atuação profissional – as realidades educativas de ensino e de aprendizagem das áreas da Ciência Geográfica.

Por essa conceituação, o Estágio Supervisionado passa a ser compreendido como *tematização da prática*, uma atividade de teorização de atividades, a partir da inserção dos formandos em situações de ensino e aprendizagem, para melhor compreendê-las, tomando-as como processos, que se apresentam como dados a serem analisados à luz dos estudos realizados e em realização no Curso, fundados nos estudos da Geografia em conexão com os estudos em educação; é o momento/espço para a problematização na relação das explicações existentes e dos dados novos que as práticas impõem.

O Estágio Supervisionado não é uma ação da Universidade na escola. Ao contrário, é uma epistemologia da prática realizada em parceria entre a IES e escolas conveniadas, a partir de um Programa de Estágio. Por esse ângulo, o estudante estagiário chega à escola numa recepção planejada. O Programa de Estágio se constitui pela delimitação de ações das partes conveniadas, a partir da elaboração de plano em conjunto, realizado a cada

semestre. A análise da prática pedagógica se realizará a partir da geração de dados através do registro em um *diário*, que dará base ao desenvolvimento dos Relatórios Finais de Atividades de Estágio.

Tomando esse aspecto como base, a partir do 6º (quinto) semestre, o (a) aluno(a) começa a realizar atividades de Estágio Supervisionado, as quais se estendem até o último semestre (9º), sendo realizado em escolas conveniadas das redes públicas (municipais, estaduais ou federais), com possibilidade de realização de parte do estágio em espaços não formais de educação.

Para atender ao que determina a legislação – Lei nº 11.788/2008 e Lei nº 2.548/2015, os professores orientadores de Estágio do Curso de Geografia são responsáveis pelo encaminhamento e acompanhamento efetivo das atividades desenvolvidas pelos estagiários. Para tanto, as instituições de ensino para as quais serão conduzidos os estagiários deverão estar localizadas em Delmiro Gouveia (Sede da UFAL/ Campus do Sertão) ou nos municípios próximos, onde residam também os discentes do curso, desde que haja convênio firmado entre a UFAL e essas instituições, possibilitando, desse modo, o acompanhamento efetivo dos estagiários por esses professores.

4.9 Atividades Teórico-Práticas Complementares/Atividades Acadêmicas Científico-Culturais

Conforme estabelece a Resolução Nº 02 CNE/CES, os cursos de formação inicial de professores, precisam destinar 200 (duzentas) horas de sua carga horária total para atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos/as estudantes, as quais podem ser constituídas por:

a) seminários e estudos curriculares, em projetos de iniciação científica, iniciação à docência, residência docente, monitoria e extensão, entre outros, definidos no projeto institucional da instituição de educação superior e diretamente orientados pelo corpo docente da mesma instituição;

b) atividades práticas articuladas entre os sistemas de ensino e instituições educativas de modo a propiciar vivências nas diferentes áreas do campo educacional, assegurando aprofundamento e diversificação de estudos, experiências e utilização de recursos pedagógicos;

c) mobilidade estudantil, intercâmbio e outras atividades previstas no PPC;

d) atividades de comunicação e expressão visando à aquisição e à apropriação de recursos de linguagem capazes de comunicar, interpretar a realidade estudada e criar conexões com a vida social.

Assim, considerando a Resolução nº 113/95 – CEPE, de 13 de novembro de 1995 da Universidade Federal de Alagoas, o Colegiado do Curso de Licenciatura em Geografia, de 22 de janeiro de 2014, aprovou a RESOLUÇÃO Nº 03/2014 – que normatiza as atividades complementares do curso, estabelecendo os critérios de aferição horas obrigatórias de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) para os(as) alunos(as) do Curso de Licenciatura em Geografia.

As atividades complementares são obrigatórias no processo de integralização do curso, totalizando 200 horas, devendo ser obtidas ao longo do curso, respeitando quatro grupos assim discriminados:

Grupo 1 – Atividades de Ensino;

Grupo 2 – Atividades de Pesquisa;

Grupo 3 – Atividades de Extensão;

A RESOLUÇÃO Nº 03/2014 do curso, constante nos anexos deste documento, expõe didaticamente como deve ser obtida a carga horária flexível, disponível aos discentes e toda a comunidade acadêmica na página do curso, a saber: <http://www.ufal.edu.br/sertao/graduacao/geografia>.

4.10 Trabalho de Conclusão de Curso (TCC)

O curso de Licenciatura em Geografia terá uma Comissão de Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), com três docentes, sendo um coordenador da comissão. Todo o processo de escolha é realizado e aprovado pelo Colegiado de Curso. Serão normatizadas pelo Colegiado, sob forma de Resolução (Anexa a este documento), as atribuições do coordenador e as regras a serem seguidas no TCC. Por se tratar de um componente curricular, o Trabalho de Conclusão de Curso não se constitui em disciplina. A pesquisa da qual resultará o TCC deverá ser iniciada no 6º semestre do Curso, na disciplina Pesquisa Educacional, correspondendo a 100 horas.

O TCC será acompanhado por um professor orientador e supervisionado pelo coordenador de TCC, professor designado especialmente para essa função, a quem compete ainda o encaminhamento de todos os procedimentos necessário para o adequado desenvolvimento do trabalho pelo(a) aluno(a). A temática deverá estar relacionada ao exercício profissional do licenciado em Geografia e seguir as normas definidas pela

Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT) para elaboração de trabalhos técnico-científicos. No 9º período, o TCC realizado pelo (a) aluno (a) será encaminhado pela Comissão de TCC para apresentação e defesa.

4.11 Âmbito da Curricularização da Extensão: do Programa de Extensão

O Plano Nacional de Educação – PNE (2001-2011) aprovado pela Lei 10.172 de 09 de Janeiro de 2001, no capítulo que trata da Educação superior na Meta 23, aponta o dever de Implantar o Programa de Desenvolvimento da Extensão Universitária em todas as instituições federais de ensino superior no quadriênio de 2001-2004 e assegura que, no mínimo, 10% do total de créditos exigidos para a graduação no ensino superior no país será reservado para a atuação dos alunos em ações extensionistas. Nessa perspectiva a UFAL em seu PDI (2013-2017), aponta que:

[...] as ações de extensão devem ser parte integrante dos currículos dos cursos de graduação, assegurando, no mínimo, 10% do total de créditos curriculares exigidos na forma de programas e projetos de extensão universitária como preconiza a Meta 12.7 do Plano Nacional de Educação para o decênio 2011 a 2020.

Porém, o novo PNE só entrou em vigor em 2014 e estará em vigor até o ano de 2024, reafirmando os princípios básicos da extensão em sua Meta 12.7, a qual traz a seguinte estratégia para subsidiar a extensão:

[...] assegurar, no mínimo, dez por cento do total de créditos curriculares exigidos para a graduação em programas e projetos de extensão universitária, orientando sua ação, prioritariamente, para áreas de grande pertinência social; [...].

Conforme os documentos apontados acima e de acordo com a resolução nº 04 de 2018 aprovada pelo Conselho da Universidade Federal de Alagoas as práticas extensionistas do Curso de Licenciatura em Geografia, continuarão acontecendo conforme as demandas que foram colocadas ao longo do curso. No entanto, as ações poderão ser materializadas por intermédio de programas, projetos, eventos, cursos, prestação de serviços e/ou produtos, os quais deverão estar cadastradas no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas – SIGAA da pró-reitoria de Extensão – PROEX.

Pensando nas ações de extensão realizadas no e pelo curso de Licenciatura em Geografia, cabe ressaltar que a presença da UFAL no município de Delmiro Gouveia representa, dentre outras coisas, possibilidades de transformações sócio-econômicas para a população local e regional. Essas transformações têm como base fundamental a formação profissional de jovens e adultos da região; mas, para além disso, tais transformações

também podem e devem se dar dentro de um leque de conhecimentos e vivências que sejam ofertados e trocados para e com a população da região – sem que necessariamente sejam estudantes da UFAL.

Os conhecimentos produzidos na universidade devem ser compartilhados com a sociedade em um movimento de troca, onde a universidade oferece e oportuniza formações em diversas áreas do conhecimento e, ao mesmo tempo, considera as realidades locais para assim seguir alimentando um *fazer ciência* que dialogue com os saberes e as demandas sociais.

De acordo com informações contidas no Projeto Político Pedagógico do Curso de Geografia – Licenciatura (2011), os indicadores sociais e econômicos do sertão de Alagoas são os mais preocupantes do estado:

taxa de analfabetismo funcional que, em 2006, era a maior do país (69.2%), segundo o IBGE (SÍNTESE DE INDICADORES SOCIAIS, 2007); pelo Índice de Desenvolvimento Humano– IDH: 0,633 (IPEA, 2004), o pior do Brasil; pela exclusão digital: 94,5% da população (PNAD, 2004), e pela insuficiente formação/qualificação docente da rede pública municipal e estadual: 20.000 professores (CEE-AL/GAZETA DE ALAGOAS, 22/02/2007), especialmente na região do semi-árido. (PPP do Curso de Geografia – Licenciatura, Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, 2011. p. 5).

É importante ressaltar que além da responsabilidade e da preocupação em contribuir na transformação dessa realidade, a Geografia – Licenciatura enquanto curso acadêmico, tem a responsabilidade de formar professoras e professores que atuarão nas redes de educação municipal e estadual locais.

Dessa forma, as atividades de extensão devem estar articuladas entre temas transversais e demandas regionais, criando condições para que além da formação de futuras e futuros docentes, a universidade cumpra sua contribuição na construção de uma realidade diferente e melhor para a sociedade – nesse caso, sobretudo para a população do sertão alagoano. É portanto, considerando essa realidade e as referidas orientações acerca da extensão universitária, que vêm sendo desenvolvidos os projetos de extensão do curso de Geografia no *campus* Sertão da UFAL. A seguir, listamos alguns deles:

PROJETO	DOCENTE COORDENADOR(A)	PERÍODO DO PROJETO
Grupo de Extensão em Estudos de Geografia Cultural do Sertão Alagoano – GEEGCSA	Angela Fagna Gomes de Souza	2016-2017
Centro Educacional de Xadrez do Campus do Sertão – CEXACAS	Fernando Pinto Coelho	2018-2019

(Re)conhecendo os solos do Sertão Alagoano sob a ótica da conservação – Curso	Flávia Jorge Lima	Fluxo contínuo
Semana da Caatinga – Evento em parceria com o IGDEMA	Flávia Jorge Lima	Fluxo contínuo
Da universidade ao assentamento: um olhar sobre a Reforma Agrária em Alagoas.	Francisca Vasconcelos Teixeira	Fluxo contínuo
Projeto de extensão Pibid (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à docência)	José Alegnberto Leite Fechine	2018-2020
Observatório das escolas do/no Campo no Alto Sertão de Alagoas	Leonidas de Santana Marques	2016-2017
Caravana de arte e cultura do Alto Sertão de Alagoas: identidade e sociabilidades do povo sertanejo	Leonidas de Santana Marques	2016-2017
GRUPO DE ESTUDO E EXTENSÃO EM ENSINO DE GEOGRAFIA DO SERTÃO DE ALAGOAS – GEEEGSA	Leonidas de Santana Marques	2017-2018
Título: Mundo do trabalho e a geografia: Sertão de Alagoas e a dinâmica de acumulação de capital	Lucas Gama Lima	2018
Povos tradicionais e sementes crioulas: a construção de um território autônomo no Sertão de Alagoas	Lucas Gama Lima	2018-2019
Ensino de Geografia e Interdisciplinaridade: A construção de conhecimentos e socialização de experiências didático-pedagógicas a partir das categorias geográficas espaço, território, região, paisagem e lugar	Ricardo Santos Almeida	2016
Os desafios e as possibilidades da produção campezina no Assentamento Maria Bonita em Delmiro Gouveia/AL e no Acampamento Nelson Mandela, Água Branca/AL	Ricardo Santos Almeida	2016
Climatologia e Ensino de Geografia: o uso de ferramentas pedagógicas alternativas como subsídio à iniciação à docência em Delmiro Gouveia/AL	Ricardo Santos Almeida	2016

Segundo a Resolução nº 04/2018 – CONSUNI/UFAL, no seu Art.4º, por atividade de extensão entende-se “o processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre a universidade e outros setores da sociedade”. A referida Resolução tem como uma de suas bases a Política Nacional de Extensão Universitária, onde o Fórum de Pró-Reitores das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (2012), define a Extensão Universitária, “sob o princípio

constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”, sendo “um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação transformadora entre Universidade e outros setores da sociedade”.

Assim, nessa linha de pensamento, para o FORPROEX as diretrizes que devem orientar a elaboração e execução da Extensão Universitária, são: Interação Dialógica; Interdisciplinaridade e Interprofissionalidade; Indissociabilidade Ensino-Pesquisa-Extensão; Impacto na Formação do Estudante e; Impacto e Transformação Social. As referidas diretrizes, aparecem como orientadoras da Extensão universitária na Resolução Nº. 65/2014-CONSUNI/UFAL. Ainda de acordo com o FORPROEX, as áreas que devem nortear a sistematização das ações da Extensão são: Comunicação; Cultura; Direitos Humanos e Justiça; Educação; Meio Ambiente; Saúde; Tecnologia e Produção e; Trabalho. Dentre estas, o curso de Geografia – Licenciatura do *campus* Sertão dará ênfase no seu programa de curricularização sobretudo às seguintes áreas: Direitos Humanos e Justiça; Educação e; Meio Ambiente.

O nosso Programa de Curricularização da Extensão, intitulado “Geografia, saberes e trocas: universidade, escola e comunidades locais em diálogo”, foi pensado com o objetivo de fomentar diálogos com a sociedade de maneira a contribuir com a formação e o desenvolvimento humano, para além da educação formal e profissionalizante. Nesse sentido, busca-se atender tanto a demandas relacionadas à formação docente e ao ensino escolar, como também a demandas relacionadas à reprodução social de comunidades locais. Assim, ao mesmo tempo em que formamos discentes que serão professoras e professores e que, conseqüentemente irão se deparar em suas salas de aula com os conteúdos e temas que serão trabalhados nesse projeto, também compartilhamos, disseminamos e trocamos saberes com a sociedade. O referido programa é composto por dois projetos e dois eventos. Sendo interdisciplinar e interinstitucional, as ACE’s que compõem o programa serão ministradas por docentes de áreas diversas do curso e serão realizadas na universidade, em escolas da educação básica e em espaços comunitários.

As ACE’s estão distribuídas no ordenamento curricular da seguinte forma:

Quadro 4 – Distribuição das ACEs na Matriz Curricular dos cursos de graduação

Atividades Curriculares de Extensão – ACE	Período letivo
Programa de Extensão Curricularizada: NOME DO PROGRAMA	
ACE 01: Projeto de Extensão I – 1ª semestralidade	5º
ACE 02: Projeto de Extensão I – 2ª semestralidade	6º

ACE 03: Projeto de Extensão II – 1ª semestralidade	7º
ACE 04: Projeto de Extensão II – 2ª semestralidade	8º
ACE 05: Evento	9º

4.11.1 Programa de Extensão Curricularizada

Geografia, saberes e trocas: universidade, escola e comunidades locais em diálogo

Ementa Geral

Compartilhamento de conhecimentos e mediação de troca de saberes junto a sociedade e a população local – comunidade escolar e comunidades tradicionais. Interdisciplinaridade de saberes na formação docente. Práticas de ensino-aprendizagem. Reflexão, formação e contribuições acerca de problemáticas sócioambientais e territoriais relacionadas às comunidades locais. Construção e execução de projetos de extensão e de eventos acadêmicos que reafirmem e fomentem a troca de conhecimentos entre universidade e comunidades.

Áreas temáticas e linhas de extensão

Considerando a universidade como um espaço de formação profissional e humana, entendemos que também é papel dela subsidiar e fomentar atividades que demarquem a posição da universidade na busca por justiça social. Essa justiça social passa pelo reconhecimento e garantia dos direitos humanos, do direito à vida, à terra, ao território, ao uso comum da natureza para reprodução da vida. Nessa busca, o acesso à educação e a reflexão sobre as formas de apreensão do espaço e de relação com a natureza e o meio, devem estar presentes. Assim, as **áreas temáticas** do referido programa, são as seguintes:

- Direitos Humanos e Justiça;
- Educação;
- Meio Ambiente

Linhas de Extensão

- Desenvolvimento rural e questões agrárias;
- Formação de professores;
- Metodologias e estratégias de ensino/aprendizagem;
- Organização da sociedade e movimentos sociais;

- Questões ambientais.

Objetivos do Programa

Geral

Aproximar a universidade da educação básica e da população local, no intuito de contribuir com a formação docente das e dos discentes, assim como com o desenvolvimento social local.

Específicos

- 1) Enriquecer a formação docente das e dos discentes;
- 2) Fomentar o diálogo entre universidade e escola – Entre o ensino superior e a educação básica;
- 3) Contribuir na formação educacional, intelectual e política da população local, com foco em comunidades tradicionais.

Metodologias e Ações

Os projetos terão como ações principais atividades de interações entre universidade e educação básica e; universidade e comunidades locais. Em diálogo e parceria com escolas, serão realizadas atividades voltadas ao ensino-aprendizagem de Geografia e a construção do conhecimento em torno das compreensões e representações da natureza e do espaço geográfico. Além disso, serão realizadas atividades em comunidades locais, voltadas à identidade, ao território e à questão agrária. Ademais, o programa também se constitui de eventos acadêmicos, que viabilizarão a exposição e a troca de conhecimentos acadêmicos para e com a comunidade acadêmica regional, assim como com a comunidade escolar local.

4.11.2 Eventos

A ACE 5 consiste na construção de eventos por docentes e discentes e tem como objetivos fomentar a interação da comunidade acadêmica interna com a comunidade acadêmica externa ao *campus* Sertão, assim como possibilitar às/aos discentes nas suas formações, o exercício de construção de um evento científico, oportunizando assim outras maneiras de aprendizado.

Um dos eventos que compõem essa ACE é o Encontro de Geografia do Sertão de

Alagoas (EGSA). De histórico bianual desde a sua primeira edição em 2013, o EGSA é o principal evento científico na área de Geografia do Sertão de Alagoas, pensado e idealizado pelo Curso de Geografia da Universidade Federal de Alagoas – Campus do Sertão, com sede em Delmiro Gouveia – AL. O EGSA visa, a partir da interação com profissionais de excelência em suas áreas de atuação, discutir o contexto da Geografia além das fronteiras da região, propiciando a todos os participantes um contato com o estado da arte das investigações nas diversas áreas que compõem a Geografia.

Intercalado ao EGSA, o outro evento referente a ACE 5, será o Seminário de Estágio Supervisionado, onde será discutida a prática docente nos estágios realizados por discentes e também serão apresentados os relatórios dos referidos estágios em forma de trabalho científico. Nesse evento, busca-se proporcionar diálogos e reflexões entre discentes e docentes em torno da prática docente e os seus desafios.

4.11.3 Projetos de extensão

4.11.3.1 PROJETO I – CARTOGRAFIA, MEIO AMBIENTE E EDUCAÇÃO: INTERDISCIPLINARIDADE DE SABERES NA FORMAÇÃO DOCENTE

Ementa	Os conceitos, temas e categorias da Cartografia e das Geotecnologias na análise ambiental; alfabetização cartográfica; os conteúdos de cartografia escolar e ambiental presentes nos livros didáticos; desenvolvimento de atividades cartográficas destinadas à produção de material didático e paradidático, voltada a interdisciplinaridade e o saber ambiental; Saber ambiental e a convivência com os múltiplos espaços rurais e urbanos: Educação Ambiental como instrumento de desenvolvimento, de cidadania e garantia de direitos; Construção e valorização coletiva de saberes tradicionais materializados nas comunidades locais urbanas e/ou rurais.
Objetivo Geral	Reconhecer a importância da Educação Cartográfica na formação de crianças e adolescentes e da sua contribuição na educação ambiental.
Objetivos Específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Mostrar as formas como a sociedade se organiza pela aprendizagem espacial; • Apresentar diferentes práticas pedagógicas que tomam a educação cartográfica fundamental; • Salientar como os mapas e a cartografia, enquanto imagem, constituem um modo de educar espacialmente; • Criar propostas pedagógicas de intervenção, a partir de temas que derivam da educação cartográfica; • Valorizar o conhecimento pré-existente sobre práticas

	<p>ambientalmente sustentáveis;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Traçar caminhos metodológicos que articule saber local e o saber científico, visando a sustentabilidade dos lugares e o fortalecimento das inter-relações entre universidade e sociedade; • Contribuir com a formação interdisciplinar dos discentes do curso de Geografia e das escolas públicas do sertão alagoano.
Metodologia	<p>O desenvolvimento da ACE 1 se dará em dois semestres. A mesma será aplicada da seguinte forma:</p> <p>ACE 1 – 1ª Semestralidade do PROJETO I: Cartografia, Meio Ambiente e Educação: Interdisciplinaridade de Saberes na Formação Docente. O protagonismo do professor de Geografia na formação cidadã. Realização de seminário, que tem por objetivo apresentar aos discentes, bem como à comunidade acadêmica e sociedade em geral o papel da Cartografia/Geotecnologia e Geografia Física para o Ensino. Por meio de diálogos em sala e/ou comunidade acerca de temas relacionados ao campo de produção da Cartografia/Geotecnologia e Geografia Física, será construída a trajetória da área de conhecimento bem como de sua importância para o ensino. Serão realizadas atividades em sala de aula, na universidade e em escolas da educação básica, de acordo com os eixos Cartografia/Geotecnologia e Geografia Física</p> <p>ACE 2 – 2ª Semestralidade do PROJETO I: Leituras e discussões de textos que tratem da temática educação ambiental e a representação cartográfica do tema em questão; Diálogos sobre o papel da educação ambiental na educação básica e nos múltiplos espaços da sociedade; Confecção de material didático sobre o tema; Preparação de oficinas, minicursos e/ou exposições a partir do conhecimento gestado ao longo da ACE1; Aplicação das oficinas, minicursos e/ou exposições em uma escola do ensino básico e/ou comunidade escolhida pelos/as discentes envolvidos na ACE 1.</p>
Público-alvo	Estudantes, professores/as do ensino básico da rede pública de ensino e/ou comunidades.
Referências bibliográficas básicas	<p>ALMEIDA, Rosângela; PASSINI, Elza Yasuko. O espaço geográfico: ensino e representação. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1998. 90 p. (Repensando o ensino.) ISBN 858513447X (broch.).</p> <p>ALMEIDA, Rosângela Doin de. Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2004. 115 p. (Coleção Caminhos da Geografia) ISBN 8572441700 (broch.).</p> <p>ALMEIDA, Rosângela Doin de (Org.). Cartografia escolar. São Paulo: Contexto, 2007.. 224 p. ISBN 9788572443746 (broch.).</p> <p>ALMEIDA, Rosângela Doin de (Org.). NOVOS rumos da cartografia escolar: currículo, linguagem e tecnologia. São Paulo: Contexto, c 2011. 192 p. ISBN 9788572446389 (broch.).</p>

	<p>DAMIANI, Amélia Luisa; PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de ((org.)). Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. 2. ed. Contexto, c 2002. 383 p.; ISBN 8572442030: (Broch.).</p> <p>GERALDI, Corinta Maria Grisolia ((org.)). Cartografias do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a). Campinas: Mercado de Letras, 1998.. 335 p. (Leituras no Brasil) ISBN 8585725346 (broch.).</p> <p>HENRIQUES, R. <i>et al</i> (Orgs) Educação Ambiental: aprendizes de sustentabilidade. Brasília: SECAD/MEC, 2007.</p> <p>LEFF, E. A complexidade ambiental. São Paulo: Cortez, 2003.</p> <p>MARTINELLI, Marcello. Mapas da geografia e cartografia temática. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2011.. 142 p. ISBN 9788572442183 (broch.).</p> <p>NOGUEIRA, Ruth E. Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009. 327p. ISBN 9788532804730 (broch.).</p> <p>OLIVEIRA, Livia de. A percepção da qualidade ambiental. Cadernos de Geografia. v. 12, n. 18, p. 29-42, 2002.</p> <p>PENTEADO, H. D. Meio ambiente e formação de professores. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2010.</p> <p>PIVA, R. C. Bem ambiental. Max Limonad, 2000.</p> <p>PASSINI, Elza Yasuko. Alfabetização cartográfica e a aprendizagem de geografia. São Paulo: Cortez, 2012. 215 p. ISBN 9788524919077 (broch.).</p> <p>SACHS, I. Caminhos para o desenvolvimento sustentável. Rio de Janeiro: Garamond, 2000. 95 p.</p> <p>SOUZA, José Gilberto de. Geografia e conhecimento cartográficos: cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância do uso de mapas. São Paulo: UNESP, 2001. 162 p. ISBN8571393524 (broch.).</p>
<p>Referências bibliográficas complementares</p>	<p>ALMEIDA, J. R. de. Política e planejamento ambiental. 3. ed. Rio de Janeiro: Thex, 2009.</p> <p>BLACK, Jeremy Black. Mapas e história: construindo imagens do passado. Bauru: EDUSC, 2005 423 p. (História) ISBN 8574602523: (Broch.).</p> <p>DREW, D. Processos interativos homem-meio ambiente. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.</p> <p>FITZ, Paulo Roberto. Cartografia básica. São Paulo: Oficina de Textos, c2008.. 143 p. ISBN 9788586238765 (broch.).</p> <p>HALAL, C. Y. Ecopedagogia: uma nova educação. Revista Educação. VXII, n.14, p. 87-103, 2009.</p>

	<p>JOLY, Fernand. A cartografia. 14.ed. São Paulo, SP: Papyrus, 2011. 112 p. ISBN 8530801156 (broch.). Classificação: 528.9</p> <p>LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. (Marli Elisa Dalmazo de). Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, SP: EPU, c1986.. 99 p. (Temas básicos de educação e ensino ISBN 8512303700 (broch.).</p> <p>MENEZES, Paulo Marcio Leal de; FERNANDES, Manoel do Couto. Roteiro de cartografia. São Paulo, SP: Oficina de Textos, 2013. 288 p. ISBN 9788579750847 : (broch.).</p> <p>MORALES, A. G. M. A formação dos profissionais educadores ambientais e a universidade: trajetórias dos cursos de especialização no contexto brasileiro. Educar em Revista. n. 34, p. 185-199, 2009. Disponível em: http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=155013365011</p> <p>PORTO, M. F. e MILANEZ, B. Eixos de desenvolvimento econômico e geração de conflitos socioambientais no Brasil: desafios para a sustentabilidade e a justiça ambiental, Ciência & Saúde Coletiva, vol.14, n.6, p. 1983-1994. 2009.</p> <p>SOARES, A. de A. R. Educação Ambiental no Currículo Escolar: uma Análise do Tema Transversal Meio Ambiente. In: X Encontro Paranaense de Educação Ambiental, Maringá. Disponível em: http://www.linguagensdesenhadas.com/imagens/03-textos/Andrea_XEPEA.pdf</p> <p>SORRENTINO, M. <i>et al</i>; Educação ambiental como política pública. Revista Educação e Pesquisa, v. 31, n. 2, p. 285-299, 2005.</p> <p>ZUQUETTE, Lázaro Valentin; GANDOLFI, N. Cartografia geotécnica. São Paulo: Oficina de Textos, c2004. 190 p. ISBN 8586238384 : (broch.).</p>
--	--

4.11.3.2 PROJETO II – GEOGRAFIA AGRÁRIA E REGIONAL

Ementa	Camponeses e povos tradicionais do Sertão de Alagoas. Território e territorialidade dos povos indígenas e quilombolas; etnia e cultura. Soberania alimentar. Conflitos por terra e território no Sertão de Alagoas. Conhecimento científico, técnico e popular; educação popular. Metodologias participativas em comunidade. Assentamentos rurais e planejamento. Resistências.
Objetivo Geral	Propiciar aos alunos do Curso de Geografia a possibilidade de interlocução com camponeses e comunidades de povos tradicionais do Sertão de Alagoas, contribuindo para a diversificação de sua formação e ressignificação da prática pedagógica;
Objetivos específicos	<ul style="list-style-type: none"> • Aproximar a UFAL dos camponeses e comunidades de povos tradicionais do Sertão de Alagoas, rompendo com o caráter endógeno do conhecimento; • Assegurar a socialização e troca entre os saberes popular e acadêmico; • Refletir coletivamente sobre os desafios e processos organizativos para a permanência ou conquista da terra e do

	<p>território em meio a uma ofensiva regressiva no campo dos direitos e da cidadania;</p> <ul style="list-style-type: none"> • Observar a manifestação cultural e de ritos e tradições para a territorialidade dos camponeses e comunidades de povos tradicionais. • Desenvolver metodologias participativas; • Elaborar material didático.
Metodologia	<p>O desenvolvimento da ACE 2 se dará em dois semestres. A mesma será aplicada da seguinte forma:</p> <p>ACE 3 – 1ª Semestralidade do PROJETO II:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Levantamento de referencial teórico e dos conceitos-chave que irão perpassar a proposta da ACE; • Reflexão teórica através de revisão bibliográfica em sala de aula; • Apresentar e discutir a proposta e importância das Atividades Curriculares de Extensão do Curso de Licenciatura em Geografia do Campus do Sertão-UFAL; • Visita e realização de aulas públicas em comunidades camponesas (assentadas de reforma agrária ou não) e em comunidades de povos tradicionais do Sertão de Alagoas; • Realização de Seminário no interior da UFAL, construído com a participação das comunidades, para a discussão do ementário. <p>ACE 4 – 2ª Semestralidade do PROJETO II:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Levantamento de referencial teórico e dos conceitos-chave que irão perpassar a proposta da ACE; • Reflexão teórica através de revisão bibliográfica em sala de aula; • Apresentar e discutir a proposta e importância das Atividades Curriculares de Extensão do Curso de Licenciatura em Geografia do Campus do Sertão-UFAL; • Realização de visitas a comunidade e estudo da realidade socioterritorial da comunidade; • Desenvolvimento de atividades extensionistas a partir de: aplicação de questionários, entrevistas, seminários, mini-cursos, oficinas, rodas de conversas; • Elaboração de relatórios parcial e final.
Público-alvo	Comunidades camponesas e Povos tradicionais do Sertão de Alagoas.
Referências bibliográficas	<p>ALMEIDA, Luiz Sávio de; SILVA, Amaro Hélio Leite da (Orgs). Índios de Alagoas: cotidiano, terra e poder. Maceió: EDUFAL, 2009.</p> <p>ALMEIDA, Luiz Sávio de; LIMA, José Carlos da Silva;</p>

<p>básicas</p>	<p>NICOLAUS, Anke; SANTOS, Alexsandra Timóteo dos (Orgs). Terra e pastoral em Alagoas: conflito e liberdade. Maceió: EDUFAL, 2014.</p> <p>BOFF, C. Como trabalhar com o povo. Rio de Janeiro: Vozes, 1986.</p> <p>BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF, 1996.</p> <p>FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.</p> <p>JACOBI, P. R. Educação, ampliação da cidadania e participação. Revista Educação e Pesquisa, São Paulo, v. 26, n.2, jul.-dez. 2000.</p> <p>LIMA, Lucas Gama; SANTOS, Flávio dos. No Semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas. In: Revista NERA, Presidente Prudente, ano 21, n. 41, p. 192-217, 2018.</p> <p>VASCONCELOS, Francisca Maria Teixeira. Agronegócio e disputas territoriais em Alagoas: na busca de uma aproximação teórico-conceitual. In: Revista de Geografia (Recife), v. 34, n. 2, p. 46-55, 2017.</p> <p>MELO NETO, J. F. de. Educação popular: uma ontologia. In: SCOCUGLIA, A C.; MELO NETO, J. F. de. (Orgs.). Educação popular: outros caminhos. João Pessoa: Editora Universitária / UFPB, 1999.</p>
<p>Referências bibliográficas complementares</p>	<p>RISTOFF, Dilvo I.; MOLL, Jaqueline; SEVEGNANI, Palmira (Orgs.). Universidade e compromisso social. Brasília: INEP/MEC, 2006.</p> <p>THIOLLENT, M. J. M. Metodologia da pesquisa-ação. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2005.</p> <p>TAVARES, Maria das Graças Medeiros. Extensão universitária: novo paradigma da universidade? Maceió: EDUFAL, 1997.</p>

4.11.4 Formas de Acompanhamento e Avaliação do Programa de Extensão

Para que as e os docentes do curso acompanhem o andamento e a eficácia do Programa de Extensão, serão utilizados os seguintes instrumentos: 1) Relatório parcial e final de discentes matriculadas/os nas ACE's sobre as atividades desenvolvidas e que serão entregues às e aos docentes responsáveis; 2) Relatório final da/o docente apontando resultados e dificuldades do/no desenvolvimento da ACE de sua responsabilidade. O referido relatório será entregue à coordenação do curso e levado ao Colegiado para apreciação e discussão, a fim de que as dificuldades que sejam de competência da universidade, sejam (re)pensadas para melhorar a execução da ACE.

4.12 integralização do curso

Respeitadas as regulações em vigor, a integralização do curso se efetivará admitindo-se os seguintes critérios:

Quadro 5 – Critérios para integralização do curso

DESCRIÇÃO	CRITÉRIO
Tempo mínimo para conclusão do curso	09 semestres
Tempo máximo para conclusão do curso	13 semestres
Número mínimo de horas para conclusão do curso:	3.540h
Disciplinas Fixas:	3.240h
• Disciplinas Obrigatórias	2.350h
• Disciplinas Eletivas	90h
• Atividades Curriculares de Extensão	400h
• Estágios Supervisionados	400h
Atividades Acadêmico-científico-culturais	200h
Trabalho de Conclusão de Curso	100h

4.13 Ordenamento Curricular

O curso se desenvolverá ao longo de, no mínimo, 9 (nove) e, no máximo, 13 (doze) períodos no turno noturno. A carga horária máxima, por semestre, corresponde a 370 horas, sendo possível atingir 690 horas nos dois últimos períodos do curso. Abaixo a Tabela 1, Tabela 2, Tabela 3, mostram a distribuição das disciplinas obrigatórias de conteúdos específico e complementar, bem como as disciplinas eletivas, prática pedagógica, pré-requisitos e os estágios curriculares do Curso de Geografia, com suas respectivas cargas horárias.

Tabela 1 – Ordenamento curricular por período das disciplinas obrigatórias e eletivas do Curso de Geografia Licenciatura – Noturno

Período	Cód	Disciplinas	CARGA HORÁRIA			
			Teórica	Prática	Prática Pedagógica como Componente Curricular – PRACC	Total
1º Período		Noções Básicas de Cartografia	70	30	-	100
		Metodologia Científica	72	-	-	72
		Profissão docente	30	24	-	54
		Gênero e Geografia	30	24	-	54

		Introdução a Ciência Geográfica	62	10	-	72
TOTAL			264	88	-	352
2º Período		Climatologia	42	12	-	54
		Introdução às Tecnologias de Informação e Comunicação	72	-	-	72
		Política e Organização da Educação Básica no Brasil	72	-	-	72
		Teoria e Método em Geografia	60	12	-	72
		Geotecnologias	34	20	-	54
TOTAL			280	44	-	324
3º Período		Quantificação em Geografia	44	10	-	54
		Geografia Agrária	34	20	-	54
		Desenvolvimento e aprendizagem	72	-	-	72
		Fundamentos Sócio-Filosóficos do Conhecimento	72	-	-	72
		PRACC – Geografia da População	-	-	54	54
		Geologia	34	20	-	54
TOTAL			256	50	54	360
4º Período		Geografia Econômica	34	20	-	54
		Gestão da Educação e do Trabalho Escolar	72	-	-	72
		Didática	40	32	-	72
		PRACC – Leitura e Análise de Documentos Cartográficos	-	-	54	54
		Fundamentos das Ciências Sociais	50	22	-	72
		Eletiva I	36	-	-	36
TOTAL			232	74	54	360
5º Período		Libras	34	20	-	54
		PRACC – Geografia Urbana	-	-	54	54
		Metodologia do Ensino de Geografia	42	30	-	72
		Geomorfologia I	34	20	-	54
		Sociologia Contemporânea	72	-	-	72
		ACE 01 – Projeto de Extensão I 1ª semestralidade	20	70	-	90
TOTAL			202	140	54	396
6º Período		Estágio I	30	70	-	100

		Pesquisa Educacional	36	18	-	54
		Geografia do Brasil	34	20	-	54
		PRACC – Hidrografia	-	-	54	54
		PRACC – Geomorfologia II	-	-	54	54
		ACE 02 – Projeto de Extensão I 2ª semestralidade	20	70	-	90
TOTAL			120	178	108	406
7º Período		Estágio II	30	70	-	100
		PRACC – Geografia Regional	-	-	54	54
		Biogeografia	34	20	-	54
		PRACC – Regionalização do Espaço Mundial	-	-	54	54
		Cartografia Temática	40	14	-	54
		ACE 03 – Projeto de Extensão II 1ª semestralidade	20	70	-	90
TOTAL			124	174	108	406
8º Período		Estágio III	30	70	-	100
		PRACC – Geografia dos Solos	-	-	54	54
		Geografia de Alagoas	30	24	-	54
		Geografia Regional da América Latina	34	20	-	54
		Geografia Política	34	20	-	54
		ACE 04 – Projeto de Extensão II 2ª semestralidade	20	70	-	90
TOTAL			148	204	54	406
9º Período		ACE 05 – Evento	10	30	-	40
		Semiárido Brasileiro	20	16	-	36
		Estágio IV	30	70	-	100
		Eletiva II	54	-	-	54
TOTAL			114	116	-	230
TOTAL PRÁTICA PEDAGÓGICA					432	
TOTAL CARGA HORÁRIA DO CURSO						3240
Disciplinas Obrigatórias + Estágios						2.840
Atividades Acadêmico-científico-culturais						200
Atividades Curriculares de Extensão						400
Trabalho de Conclusão de Curso						100
CARGA HORÁRIA TOTAL PARA INTEGRALIZAÇÃO						3.540

Tabela 2 – Disciplinas eletivas do Curso de Geografia Licenciatura – Noturno

CÓD	DISCIPLINAS	CARGA HORÁRIA		
		Teórica	Prática	Total

	Geomorfologia do Semiárido	20	16	36
	Geomorfologia do Quaternário	30	24	54
	Tópicos Especiais em Geografia Física	26	10	36
	Educação do Semiárido	20	16	36
	Planejamento e Gestão do Território	30	24	54
	Geografia do Campesinato e dos movimentos socioterritoriais	30	24	54
	História Geral e Formação Econômica do Brasil	54	-	54
	Geografia Cultural	30	24	54
	A Geografia dos Grandes Projetos de Desenvolvimento	20	16	36
	Geografia do Turismo	30	24	54
	Cartografia Escolar	20	16	36
	Análise e Avaliação de Impacto Ambiental	30	24	54
Total		340	218	558

4.13.1 Pré-requisitos de disciplinas

O desenvolvimento da matriz curricular, por parte do (a) aluno(a), deverá seguir uma sequência lógica e estruturada de conteúdos. Desta forma, entende-se que alguns conteúdos devem servir de alicerce para conteúdos seguintes. Para possibilitar essa estruturação, todos (as) discentes devem respeitar alguns pré-requisitos estabelecidos no presente PPC e apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Pré-requisitos de disciplinas obrigatórias

PERÍODO	CÓD	DISCIPLINAS	PRÉ-REQUISITO
2º Período		Teoria e Método em Geografia	Introdução a Ciência Geográfica
		Geotecnologias	Noções Básicas de Cartografia
4º Período		Leitura e Análise de Documentos Cartográficos	Noções Básicas de Cartografia
5º Período		Geografia Urbana	Introdução a Ciência Geográfica
		Metodologia do Ensino de Geografia	Teoria e Método em Geografia/ Didática
		Geomorfologia I	Geologia
6º Período		Estágio I	Metodologia do Ensino de Geografia
		Pesquisa Educacional	Metodologia Científica
		Hidrografia	Climatologia
7º Período		Estágio II	Estágio I
		Cartografia Temática	Noções Básicas de Cartografia
8º Período		Geografia de Alagoas	Geografia do Brasil
		Estágio III	Estágio II
9º Período		Estágio IV	Estágio III

5. EMENTAS E BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

5.1 Disciplinas Obrigatórias de Conteúdo Específico

EMENTAS: DISCIPLINAS OBRIGATÓRIAS

1º PERÍODO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS

NOÇÕES BÁSICAS DE CARTOGRAFIA

Período	Carga Horária			
	Teórica	Prática	Total	
Noturno				
	1º			
		70	30	100

EMENTA

Desenvolvimento de práticas de ensino escolar sobre os conceitos e fundamentos de noções básicas de Cartografia, possibilitando tanto uma correta leitura, análise e, interpretação de cartas e mapas de todos os tipos, quanto uma construção de metodologias para o ensino. Utilização e manuseio de mapas e cartas, possibilitando a compreensão destas representações gráficas, assim como a reflexão sobre a Cartografia e o ensino de Geografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Rosângela Doin de. Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2004. 115 p.
JOLY, Fernand. A cartografia. 14.ed. São Paulo, SP: Papirus, 2011. 112 p. ISBN 8530801156 (broch.). Classificação: 528.9 J75c Ac.43996
FITZ, Paulo Roberto. Cartografia básica. São Paulo: Oficina de Textos, c2008.. 143 p. ISBN 9788586238765 (broch.). Classificação: 528.9 F548c Ac.39759
MENEZES, Paulo Marcio Leal de; FERNANDES, Manoel do Couto. Roteiro de cartografia. São Paulo, SP: Oficina de Textos, 2013. 288 p. ISBN 9788579750847 : (broch.). Classificação: 528.9 M541r Ac.61623
MAGALHÃES, Wolmar Gonçalves (ORG). Noções Básicas de Cartografia/ Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Rio de Janeiro: 1999. Manuais Técnicos em Geociências. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. Editora: IBGE
ANJOS, Rafael Sanzio Araújo. Cartografia e Educação. V.1. 1º edição, 2008. Editora: Mapas Editora & Consultoria.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LONGLEY, Paul. Sistemas e ciência da informação geográfica. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013. xx, 540 p. ISBN 9788565837699 : (broch.). Classificação: 528.9 S623 2013 3.ed. Ac.61625
SOUZA, José Gilberto de. Geografia e conhecimento cartográficos: cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância do uso de mapas. São Paulo: UNESP, 2001. 162 p. ISBN 8571393524 (broch.). Classificação: 528.912 S719g Ac.46400
NOGUEIRA, Ruth E. Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009. 327 p. ISBN 9788532804730 (broch.) Ac.45968
MARTINELLI, Marcello. Mapas da geografia e cartografia temática. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2011.. 142 p. ISBN 9788572442183 (broch.). Classificação: 528 M385m Ac.43908.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS

METODOLOGIA CIENTÍFICA				
Período		Carga Horária		
Noturno	1º	Teórica	Prática	Total
			72	-
EMENTA				
Conceitos básicos de metodologia científica. Linguagem científica. Fundamentos da investigação científica. Tipos de Pesquisa. Estruturas formais e funcionais do discurso científico. Subsídios para a produção e a interpretação de textos científicos: resumo, resenha, relatório, projetos de pesquisa.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ALVES-MAZZOTTI, A. J.; GEWANDSZNAJDER, F. O Método nas ciências naturais e sociais: pesquisa quantitativa e qualitativa. 2 ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2004; KÖCHE, J. C. Fundamentos de Metodologia Científica: teoria da ciência e iniciação à pesquisa. 21 ed. Petrópolis: Vozes, 2003. LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. A construção do saber: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte, MG: Ed. da UFMG, 1999. SEVERINO, A. J. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BEUAD, S.;WEBER, F. Guia para uma pesquisa de campo: produzir e analisar dados etnográficos. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. BERGER, P.; LUCKMANN, T. A Construção Social da Realidade: tratado de sociologia do conhecimento. Trad. Floriano Fernandes. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1978. BECKER, Howard S. Segredos e truques da pesquisa / Howard S. Becker; tradução, Maria Luiza X. de A. Borges; revisão técnica, Karina Kuschmir. — Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007. KUHN, T. S. A estrutura das revoluções científicas. Trad. de Beatriz V. Boeira e Nelson Boeira. 9. ed. São Paulo: Perspectiva, 2006. LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de metodologia científica. 7ª Ed. São Paulo: Atlas, 2010. CICOUREL, A. Teoria e método em pesquisa de campo. IN: GUIMARÃES, A.Z. Desvendando máscaras sociais. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1980.				

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão
--

INFORMAÇÕES BÁSICAS				
PROFISSÃO DOCENTE				
Período		Carga Horária		
Noturno	1º	Teórica	Prática	Total
			30	24
EMENTA				
Estudo da constituição histórico-social da docência, da relação entre o professorado e o Estado no Brasil, apreendendo o processo de feminização e profissionalização docente, bem como as influências do mundo do trabalho sobre a formação e o processo de trabalho docente.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
COSTA, Áurea (org.). A proletarização do professor: neoliberalismo na educação. São Paulo: Instituto José Luís e Rosa Sudermann, 2009. COSTA, Marisa Cristina Vorraber. Trabalho docente e profissionalismo: uma análise sobre gênero, classe e profissionalismo no trabalho de professoras e professores de classes populares. Porto Alegre: Sulina, 1995. FACCI, Marilda Gonçalves Dias. Valorização ou esvaziamento do trabalho do professor? São Paulo: Autores Associados, 2004.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
GADOTTI, Moacir. A pedagogia da práxis. São Paulo: Cortez: Instituto Paulo Freire, 2010. GATTI, Bernadette. O trabalho docente: avaliação, valorização e controvérsias. São Paulo: Autores Associados, 2013.				

LIBÂNEO, José Carlos. Adeus professor, adeus professora? – novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 2010.
 TARDIF, Maurice. Saberes docentes e formação profissional. Petrópolis: Vozes, 2011.
 TARDIF, Maurice; LESSARD, Claude. O trabalho docente: elementos para uma teoria da docência como profissão de interações humanas. Petrópolis: Vozes, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS
GÊNERO E GEOGRAFIA

Período		Carga Horária		
		Teórica	Prática	Total
Noturno	1º	34	20	54

EMENTA

Gênero, patriarcado e capitalismo: aproximações teórico-conceituais. Violências de Gênero. Divisão sexual do trabalho; trabalho produtivo e trabalho reprodutivo. Participação das mulheres no mercado de trabalho. Estado, políticas públicas, territorialidades e relações de gênero. Classes sociais, questões étnico-raciais e relações de gênero. Espaço geográfico, espaço urbano e relações de gênero. Análise da presença das mulheres e das relações de gênero nos livros didáticos. Como trabalhar as questões de gênero, trabalho, classe, raça/etnia em sala de aula.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FEDERICI, Silvia. Calibã e a Bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. Tradução: Coletivo Sycorax, 2004. Disponível em: http://coletivosycorax.org/wp-content/uploads/2016/08/CALIBA_E_A_BRUXA_WEB.pdf.

DUBY, Georges; PERROT, Michelle. História das mulheres no ocidente. Porto [Portugal]: Afrontamento, 1993. 623p. ISBN 9723603195 (broch: v.2).

PERROT, Michelle. Minha história das mulheres. São Paulo: Contexto, 2007. 190 p. ISBN 9788572443487 (broch.).

PINSKY, Carla. Bassanezi.; PEDRO, Joana Maria (orgs). Nova história das mulheres no Brasil. São Paulo, SP: Contexto, 2013. 555 p.

SAFFIOTI, Heleith I. B. Gênero, patriarcado, violência. 1ªed. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004, 151p. Disponível em< https://disciplinas.usp.br/pluginfile.php/1741437/mod_resource/content/1/G%C3%AAnero%2C%20Patriarcado%2C%20Viol%C3%AAncia%20%20%28livro%20completo%29.pdf>

SILVA, Joseli Maria. Gênero e sexualidade na análise do espaço urbano. Geosul, Florianópolis, v. 22, n. 44, p. 117-134, jul./dez. 2007. Disponível em <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/12612/11775>>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AÇÃO EDUCATIVA; CARREIRA, Denise. Informe Brasil – Gênero e Educação/Ação Educativa; Denise Carreira (coord); Ecos; Centro de Referência às Vítimas da Violência do Instituto Sedes Sapientiae; Relatoria Nacional para o Direito Humano à Educação. São Paulo: Ação Educativa, 2011. Edição revista 2013. Disponível em: <http://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2013/10/gen_educ.pdf>.

COSTA, G. B. A. O livro didático de Geografia e as questões de gênero: algumas reflexões. Revista Brasileira de Educação em Geografia, Campinas, v. 6, n. 11, p.323-340, jan./jun., 2016. Disponível em: <<http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/339/194>>.

DEL PRIORE, Mary. Ao sul do corpo: condição feminina, maternidades e mentalidades no Brasil Colônia. 2. ed. São Paulo: Editora da UNESP, 2009. 302p ISBN 97871399495 (broch).

GRAHAM, Sandra Lauderdale. Caetana diz não: histórias de mulheres da sociedade escravista brasileira.

São Paulo: Cia das Letras, 2005. 289 p. ISBN 8535907343.
 MCCLINTOCK, Anne. Couro imperial: raça, gênero e sexualidade no embate colonial. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2010. 598 p. ISBN 9788526808935.
 SAFFIOTI, Heleieth I. B. A mulher na sociedade de classes. São Paulo: Expressão Popular, 2013. 3. ed. 528 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS
INTRODUÇÃO A CIÊNCIA GEOGRÁFICA

Período		Carga Horária		
		Teórica	Prática	Total
Noturno	1º	62	10	72

EMENTA

Realidade, Verdade, conhecimento e ciência. Ciência e conhecimento geográfico. A dimensão espacial da realidade. Princípios da geografia. Categorias da geografia. Paradigmas e história da geografia como ciência. Perspectivas da geografia no mundo atual. Relação entre ciência geográfica e ensino de geografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, M. C. Geografia: ciência da sociedade. Recife: Editora Universitária, UFPE, 2008.
 CASTRO, I. E. de; GOMES, P. C. de C.; CORRÊA, R. L. (Org.) Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
 MORAES, A. C. R. Geografia: pequena história crítica. 21ed. São Paulo: Annablume, 2007.
 GOMES, P. C. da. Geografia e modernidade. 10ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
 SANTOS, M. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Edusp, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

MOREIRA, R. Pensar e ser em Geografia. São Paulo: Contexto, 2007.
 MOREIRA, R. O pensamento Geográfico Brasileiro: as matrizes da renovação. São Paulo: Contexto, 2009.
 MOREIRA, R. O pensamento Geográfico 3: as matrizes brasileiras. São Paulo: Contexto, 2010.
 CAPEL, H. Geografia Contemporânea: ciência e filosofia. Maringá: EDUEM, 2010.
 SANTOS, M. Da totalidade ao lugar: São Paulo: Edusp, 2008.
 SOUZA, M. L. de. Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.

2º PERÍODO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS
CLIMATOLOGIA

Período		Carga Horária: 54h
Noturno	2º	

EMENTA

Compreensão dos fundamentos meteorológicos necessários ao entendimento do clima para a Geografia. Climatologia dinâmica. Classificações. Alterações climáticas: dinâmica natural x ação antrópica. O clima e a agricultura. Práticas pedagógicas de elaboração de pluviômetros experimentais pelo corpo discente com medição dos índices de pluviometria e temperatura dos municípios do alto sertão alagoano com produção de climogramas.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AYOADE, J. Introdução à climatologia para os trópicos. 18ª edição. Ed. Bertrand do Brasil, 1994. São Paulo

CONTI, J. B. Clima e meio ambiente. São Paulo: Atual, 1998.

JONAS TEIXEIRA NERY. Glossário de Termos Técnicos em Meteorologia e Climatologia (Cód: 7036969)- Paco Editorial -2013

MENDONÇA, F & DANNI-OLIVEIRA, I.M. Climatologia – Noções básicas e climas no Brasil. Ed. Oficina de texto, 2007.

TUCCI, CARLOS E. M. (2008). Clima e Recursos Hídricos no Brasil. Organização: Benedito Braga. Porto Alegre – RS. Editora: Associação Brasileira de Recursos Hídricos – ABRH.

SONNEMAKER, J. B. Meteorologia 25 ver at. São Paulo: Asa, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BANNOULS, F.; GAUSSEN, H. Os climas biológicos e sua classificação. Rio de Janeiro: Boletim Geográfico, v.176, p.545-566, 1983.

VAREJÃO-SILVA, M. A. Meteorologia e Climatologia. Brasília: INMET, 2002, 550 p. (INMET – Instituto Nacional de Meteorologia/Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento).

OMETTO, J. C. Bioclimatologia Vegetal. Piracicaba: Ceres. 1981, 425 p.

REICHARDT, K. e TIMM, L. C. Solo, Planta e Atmosfera: conceitos, processos e aplicações. São Paulo: Manole, 2004, 478 p.

TUBELIS, Antônio & NASCIMENTO, Fernando José L. Meteorologia Descritiva - fundamentos e aplicações brasileiras. São Paulo: Nobel, 1984.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS

INTRODUÇÃO ÀS TECNOLOGIAS DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Período		Carga Horária		
Noturno	2º	Teórica	Prática	Total
		72	-	72

EMENTA

Sociedade da Informação; Tecnodeterminismo; Usos Sociais da Tecnologia; Interações Sociais e Processos Críticos; Relações de Poder na Sociedade da Informação; Novos paradigmas da convergência tecnológica. Tecnologia e educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTELLS, M. A galáxia da internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2001. (3 exemplares)

CASTELLS, M. A sociedade em rede. 6. ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 2005. (1 exemplar)

LÉVY, P. As tecnologias da inteligência: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1993.

SOARES, Ismar de Oliveira. Uma educomunicação para a cidadania. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/6.pdf>; NCE-USP - Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo.

_____. Comunicação / Educação: Emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. Disponível em: <http://www.usp.br/nce/wcp/arq/textos/140.pdf>; NCE-USP - Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BERLO, D. K. O processo de comunicação: introdução à teoria e à prática. 8. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRAGA, J. L. A sociedade enfrenta sua mídia: dispositivos sociais de crítica midiática. São Paulo: Paulus, 2006. 341 p.

CANCLINI, N. G. A Globalização Imaginada. São Paulo: Editora Iluminuras, 2003.

PERLES, J. B. Comunicação: conceitos, fundamento e história. Porto: BOCC, 2007.

HOHLFELDT, A; MARTINO, L. C.; FRANÇA, V. V. Teorias da Comunicação: Conceitos, Escolas e Tendências. Petrópolis: Vozes, 2015.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS

POLÍTICA E ORGANIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO BÁSICA NO BRASIL

Período		Carga Horária		
		Teórica	Prática	Total
Noturno	2º	72	-	72

EMENTA

Estudo da organização escolar brasileira, nos diversos níveis e modalidades da Educação Básica, no contexto histórico, político, cultural e sócio-econômico da sociedade brasileira.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DAVIES, Nicholas, Fundeb: a redenção da educação básica? São Paulo: Autores Associados, 2008.
 FÁVERO, Osmar (Org.) A educação nas constituíntes brasileiras (1823-1988). 2ª ed. Campinas, SP: autores Associados, 2001.
 LIBÂNIO, José C. Educação Escolar: políticas, estrutura e organização. São Paulo: Cortez, 2006.
 NEVES, Lúcia Maria Wanderley. Educação e política no Brasil de hoje. 2ª ed. São Paulo, Cortez, 1999.
 SAVIANI, D. Da nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional. São Paulo: Ed. Autores Associados, 2008.
 SAVIANI, D. Educação brasileira: estrutura e sistema. São Paulo: Autores Associados, 2008.
 STEPHANOU, Maria; Bastos, Maria Helena Bastos. Histórias e memórias da educação no Brasil. Vol III: o século XX.
 SANTOS, Clóvis Roberto. Educação escolar brasileira: estrutura, administração, legislação. 2ª Ed., São Paulo: Thompson, 2003. São Paulo: Cortez, 2002.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AZEVEDO LINS, M. J. A educação como política pública. 3ª ed. Campinas/São Paulo: Autores Associados, 2004.
 BRZEZINSKKI, Iria (org.). LDB interpretada: diversos olhares que se entrecruzam. São Paulo: Cortez, 2001.
 MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. 2ª ed. São Paulo: Boitempo, 2008. RIBEIRO, Maria Luisa Santos. História da educação brasileira: a organização escolar. 16ª ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2000.
 SAVIANI, D. Política e educação no Brasil. São Paulo: Ed. Cortez, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS

TEORIA E MÉTODO EM GEOGRAFIA

Período		Carga Horária		
		Teórica	Prática	Total
Noturno	2º	60	12	72

EMENTA

A Ciência e o pensamento moderno. Os paradigmas filosóficos e metodológicos históricos da geografia. Objeto e métodos da ciência geográfica. A questão do Método nas Ciências Humanas. Categorias e Conceitos Geográficos. Análise de livros didáticos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAPEL SAEZ, Horácio. Geografia contemporânea: ciência e filosofia. Maringá, PR: EDUEM, 2010. 169 p.
 CASTRO, Iná Elias de; CORRÊA, Roberto Lobato; GOMES, Paulo César da Costa (Orgs). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil,

FOUREZ, Gérard. A construção das ciências: as lógicas das invenções científicas. Lisboa: Instituto Piaget, 2008. 405 p.

GOMES, Paulo Cesar da Costa. Geografia e modernidade. 10. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 366 p.

LACOSTE, Yves. A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 19. ed. São Paulo: Papirus, 2011 239 p.

MOREIRA, Ruy. Para onde vai o pensamento geográfico? por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006. 191 p

MOREIRA, Ruy. Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico. São Paulo: Contexto, c2007.. 188 p

SILVA, Lenyra Rique. Do senso-comum à geografia científica. São Paulo: Contexto, c2004. 140 p

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) Epistemologias do Sul. São. Paulo; Editora Cortez. 2010. Disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/pensamento-e-ciencia/2106-2106/file.html>

SANTOS, Milton. Por uma geografia nova: da crítica da geografia a uma geografia crítica. 6. ed. São Paulo, SP: EDUSP, 2004. 285 p.

SANTOS, Milton. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. 4. ed. São Paulo: EDUSP, 2009. 384 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CAVALCANTI, Lana de Souza. O ensino de geografia na escola. Campinas, SP: Papirus, 2012.

CLAVAL, Paul. Terra dos homens: a geografia. São Paulo: Contexto, c2010. 143 p.

COSTA, Rogério H. da. O mito da desterritorialização: do "fim dos territórios" à multiterritorialidade. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007. 395 p.

COSTA, Rogério H. da. Territórios alternativos. 2. ed. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2006.. 186 p.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região e organização espacial. 8. ed. São Paulo: Ática, 2000. 93 p

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970

GEOGRAFIA: ciência do complexus: ensaios transdisciplinares. 2. ed. Porto Alegre: Sulina, 2008. 336 p.

LENCIONI, Sandra. Região e geografia. São Paulo: EDUSP, c1999.. 214 p.

MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. Disponível em http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf

QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina Disponível em http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf

SANTOS, Milton. Da totalidade ao lugar. São Paulo: EDUSP, 2008. 170 p.

SAQUET, M. A. Abordagens e concepções de Território. São Paulo: expressão popular, 2007.

SAQUET, M. A.; SOUZA, E. B. C. de. Leituras do conceito de território e de processos espaciais. São Paulo: expressão popular, 2009.

SAQUET, Marcos Aurélio. Leituras do conceito de território e de processos espaciais. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 139 p.

SOJA, Edward W. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993. 324 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS **GEOTECNOLOGIAS**

Período		Carga Horária		
		Teórica	Prática	Total
Noturno	2º	34	20	54

EMENTA

Fornecer ao estudante do Curso de Geografia na modalidade licenciatura, conhecimentos básicos sobre Sensoriamento Remoto; Fotogrametria, Geoprocessamento; Sistema de Posicionamento Global – GPS e; Sistemas de Informação Geográficas – SIG, como suportes e instrumentos de apoio a Ciência Cartográfica por meio de seus conceitos, fundamentações e, aplicabilidades na resolução de problemas

de natureza geográficas. A utilização de programas e instrumentos laboratoriais complementam o aspecto prático da disciplina.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

NOVO, Evlyn Márcia Leão de Moraes. Sensoriamento remoto: princípios e aplicações. 4.ed.rev. São Paulo: E. Blucher, 2010. 387 p. ISBN 9788521204411 (broch.). Classificação: 528.8 N859s Ac.47435
 MOREIRA, Maurício A. Fundamentos do sensoriamento remoto e metodologias de aplicação. 4. ed. Viosa [MG]: UFV, 2011.. 422 p. Classificação: 528.7 M838f 4.ed. Ac.61848
 FLORENZANO, Teresa Gallotti. Iniciação em sensoriamento remoto. 3. ed.ampl. e atual. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.. 128 p. ISBN 9788579750168 : (broch.). Classificação: 528.8 F632i 3.ed. Ac.43123

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SILVA, Jorge Xavier da; ZAIDAN, Ricardo Tavares ((org.)). Geoprocessamento & meio ambiente. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. 328 p. ISBN 9788528614893 (broch.). Classificação: 528.8 G342 Ac.46667
 LANG, Stefan; BLASCHKE, Thomas. Análise da paisagem com SIG. São Paulo: Oficina de Textos, 2009. 423 p. ISBN 9788586238789 (broch.). Classificação: 528.8 L2711 Ac.47609
 NOVO, Evlyn Márcia Leão de Moraes. Sensoriamento remoto: princípios e aplicações. 3. ed. São Paulo: E. Blucher, 2008. 363 p. ISBN 9788521204411 (broch.). Classificação: 528.8 N859s 3.ed. Ac.34897
 PONZONI, Flávio Jorge. Sensoriamento remoto no estudo da vegetação. São José dos Campos, SP: Parentese, 2009. 127 p. ISBN 9788560507023 (broch.). Classificação: 528.8 P819s Ac.46062
 SILVA, Ardemiro de Barros. Sistemas de informações georeferenciadas conceitos e fundamentos. São Paulo: UNICAMP, 1999. 236 p. ISBN 9788526808966 (broch.). Classificação: 528.8 S586s Ac.61980

3º PERÍODO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS

QUANTIFICAÇÃO EM GEOGRAFIA

Período		Carga Horária		
Noturno	3º	Teórica	Prática	Total
		40	14	54

EMENTA

Noções básicas de estatística e probabilidade e suas aplicações na ciência geográfica. Técnicas de quantificação à análise espacial. Técnicas para coleta, tratamento e representação gráfica de dados geográficos. Pesquisa Quantitativa e Qualitativa nas diferentes correntes de pensamento da Geografia. Conceitos, Métodos de Análise e validação de dados. O uso da quantificação e das representações gráficas na sala de aula: livros didáticos e Atlas. O Projeto de Mapeamento – Levantamento e representação de dados (econômicos, sociais, população, etc) do Brasil, Nordeste, Estado de Alagoas e do Município de Delmiro Gouveia – Al para implementação do Atlas estatístico Municipal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARBETTA, Pedro Alberto. Estatística aplicada às ciências sociais. 7.ed. Florianópolis, SC: Editora da UFSC, 1994. 315 p. (Série Didática). ISBN 9788532803962 (broch.).
 COSTA NETO, Pedro Luiz de Oliveira. Estatística. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo: Edgard Blücher, 2002. 266 p. ISBN 8521203004 : (Broch.).
 CRESPO, Antonio Arnot. Estatística fácil. 19. ed. Saraiva, 2009 218 p. ISBN 9788502081062 (broch.).
 FARIAS, Alfredo Alves de; CÉSAR, Cibele Comini; SOARES, José Francisco. Introdução à estatística. 2. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 2003. xiii, 340 p. ISBN 8521612931 : (Broch.).
 FERNANDES, Ana Paula Lima Marques; SILVA, Antônio Carlos Marques da. Introdução à estatística. Maceió: EDUFAL, 2011. - 131 p. ISBN 9788571775992 (broch.).
 FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. Curso de estatística. 6. ed. São Paulo: Atlas, 1996.. 320 p. ISBN 8522414718 (broch.).
 LARSON, Ron. Estatística aplicada. 4. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, c2010. xiv, 637 p. ISBN

9788576053729 (broch.).
 LEVINE, David M; STEPHAN, David F.; KREHBIEL, Timothy C; BERENSON, Mark L. Estatística: teoria e aplicações: usando o microsoft excel. 5. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2011. xxv, 752 p. ISBN 9788521616344 (broch.).
 LEVINE, David M; STEPHAN, David F.; KREHBIEL, Timothy C; BERENSON, Mark L. Estatística: teoria e aplicações: usando o microsoft excel em português. 6. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2012. xxv, 804 p. ISBN 9788521620198 (broch.).
 MOORE, David S; MOORE, David S. A Estatística básica e sua prática. 5. ed. [Rio de Janeiro]: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 2011. 555 p. ISBN 9788521617907 (broch.).
 MORETTIN, Luiz Gonzaga, 1941. Estatística básica: probabilidade inferência. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011 375 p. ISBN 9788576053705 (broch.).
 MORETTIN, Luiz Gonzaga, 1941. Estatística básica. 6. ed. Makron Books, Pearson Education do Brasil, 2010 540 p. ISBN 9788502081772 (broch.).
 MORETTIN, Pedro A; BUSSAB, Wilton de Oliveira. Estatística básica. 8. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.. 548 p. ISBN 9788502207998 (broch.).
 PINHEIRO, J. I. D. ... [et al.]. Estatística básica: a arte de trabalhar com dados. Rio de Janeiro, RJ: Elsevier, c2009. xv, 288 p ISBN 9788535230307 (broch.).
 SPIEGEL, Murray R; STEPHENS, Larry J. Estatística. 4. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009. 597 p. : (Schaum) ISBN 9788577804610 : (Broch.)
 TRIOLA, Mario F. Introdução à estatística. 10. ed. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., c2008. xxvi, 696 p. ISBN 9788521615866 (broch.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, João Francisco de; BARROSO, Leônidas Conceição. Geografia, modelos de análise espacial e GIS. Belo Horizonte: PUC Minas, 2003. 231p. ISBN 8586480266 (broch.).
 LEVIN, Jack; FOX, James Alan; FORDE, David R.; BONAFINI, Fernando. Estatística para ciências humanas. 11.ed., 2. reimp. São Paulo: Prentice Hall, 2012. xviii, 458 p ISBN 9788581430812 (broch.).
 FIELD, Andy P. Descobrendo a estatística usando o SPSS. 2. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.. xix, [688] p. (Biblioteca Artmed Métodos de pesquisa) ISBN 9788536319278 (broch.).
 LAPPONI, Juan Carlos. Estatística usando excel. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, Campus, c2005. xvi, 476 p. + 1 CD-ROM. ISBN 8535215743 (broch.).
 RUMSEY, Deborah. Estatística para leigos. Rio de Janeiro: 2010. Alta Books, xviii, 350 p. ISBN 9788576083870 (broch.).
 SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. Elementos de demografia econômica. São Paulo: LCTE, c2006.. 96 p. ISBN 8598257362 (broch.).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

**INFORMAÇÕES BÁSICAS
 GEOGRAFIA AGRÁRIA**

Período		Carga Horária		
		Teórica	Prática	Total
Noturno	3º	34	20	54

EMENTA

A geografia agrária no contexto da geografia humana. Perspectivas teóricas e metodológicas da geografia agrária. Elementos constitutivos do espaço agrário. Formação histórica do espaço agrário brasileiro. Estrutura agrária e relações de produção e de trabalho. Modernização da agricultura. Questão agrária, reforma agrária e luta pela terra no brasil. agricultura familiar x campesinato. A questão agrária x meio ambiente. Relação campo-cidade. Políticas públicas de desenvolvimento rural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007. 294 p.
 GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 255 p.
 ANDRADE, M. C. D. A terra e o homem no nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no

Nordeste. São Paulo: Cortez, 2005
 GEOGRAFIA agrária, território e desenvolvimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 254 p.
 MORAES, Antonio Carlos Robert. Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI.. São Paulo: Hucitec, 2000. 431p.
 SILVA, José Graziano da. O que é questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1980. 109 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ABREU, J. Capistrano de (João Capistrano de). Caminhos antigos e povoamento do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia, 1989. 164 p.
 FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 4. ed. Porto Alegre: Globo, 2008.. 929 p.
 FERLINI, Vera Lucia Amaral. Açúcar e colonização. São Paulo: Alameda, 2010. 267p.
 FERNANDES, E. N. S. A formação agrária brasileira e alagoana: breves considerações. In: SOUZA, D. et al. Questão social em Alagoas: expressões da sociabilidade erguida sob o comando do capital. Maceió: Edufal, 2016
 FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.
 FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 351 p.
 PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, c 2011. 446 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS				
DESENVOLVIMENTO E APRENDIZAGEM				
Período	Carga Horária			
Noturno	3º	Teórica	Prática	Total
		72	-	72
EMENTA				
Estudo dos processos psicológicos do desenvolvimento humano na infância, na adolescência e na fase adulta, seguindo as teorias da psicologia do desenvolvimento e da educação em articulação com as concepções de aprendizagem.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
BIAGGIO, Â. M. Brasil. Psicologia do desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1988. FERREIRA, M. G. Psicologia educacional: análise crítica. São Paulo, 1987. GOULART, I. B. Psicologia da educação: fundamentos teóricos e aplicações à prática pedagógica. Petrópolis: Vozes, 1987. INHELDER, B. e PIAGET, J. Da lógica da criança à lógica do adolescente: ensaio sobre a construção das estruturas operatórias formais. São Paulo: Pioneira, 1976: PIAGET, J. Seis estudos de psicologia. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1975. ROSSETI – FERREIRA, (org). Rede de significações. Porto alegre: ARTMED, 2004 TURNER, Johana. Desenvolvimento Cognitivo. Rio de Janeiro, Zahar: 1976.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
BEE, H. A Criança em desenvolvimento. São Paulo: Harbra, 1988 ERIKSON, E. H. Infância e sociedade. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1976 GALLANTIN, J. Adolescência e individualidade - São Paulo: Harbra, 1978. LIBÂNEO, J. C. Psicologia social: o homem em movimento. São Paulo: Brasiliense, 1984. VYGOTSKY, L. S. - A Formação Social da Mente - Martins Fontes, São Paulo, 1988.				

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS			
FUNDAMENTOS SÓCIO-FILOSÓFICOS DO CONHECIMENTO			
Período		Carga Horária	
Noturno	3º	Teórica	Prática
		72	-
			Total
			72
EMENTA			
Reflexões sobre ciência e filosofia; os fundamentos sociológicos antropológicos do conhecimento; a produção do conhecimento na arte, na educação e na religião; a relevância dos saberes locais e tradicionais; racionalismo e empirismo; a questão da neutralidade na ciência e o exame de seus aspectos objetivos e subjetivos.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
CHAUI, M. Convite à Filosofia. São Paulo: Ática, 2005. CYRULNIK, Boris; MORIN Edgar. Diálogo sobre a natureza humana. Lisboa: Instituto Piaget, 2004 FOUREZ, Gérard. A construção das ciências: as lógicas das invenções científicas. Lisboa: Instituto Piaget, 2008. YOUNG, Michael F. D. O futuro da educação em uma sociedade do conhecimento: o argumento radical em defesa de um currículo centrado em disciplinas. Revista Brasileira de Educação. V. 16. Nº 48, set./dez. 2011.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
BOMBASSARO, L. C. As fronteiras da epistemologia: Como se produz o conhecimento. 3. ed. Petrópolis: Vozes, 1992. CALMERS, A. F. O Que é Ciência, Afinal? Trad. De Raul Fiker. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1997. DUTRA, L. H. A. Introdução à teoria da ciência. Florianópolis: Editora da UFSC, 1998. HUME, D. Investigação sobre o entendimento humano. São Paulo: Escala Educacional, 2006. 151 p. MORIN, E. Introdução ao Pensamento Complexo. Porto Alegre: Sulina; 2006.			

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão
--

INFORMAÇÕES BÁSICAS			
PRACC – GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO			
Período		Carga Horária	
Noturno	3º	Carga Horária: 54h	
EMENTA			
Prática de ensino das concepções sobre população na educação básica: as teorias de Malthus e Marx sobre crescimento populacional e recursos; neomalthusianismo, teoria reformista e teoria da transição demográfica. Como trabalhar em sala de aula a composição, estruturação e evolução da população brasileira, a partir da população indígena e da população negra – história e territorialização. Como proporcionar o aprendizado em sala de aula a partir dos fatos históricos e da realidade atual sobre mobilidade espacial da população – tipos e causas das migrações; crises migratórias. Dinâmicas demográficas e Estado; evolução demográfica brasileira: economia, política e perspectivas. Como articular os referidos conteúdos com a análise dos tipos e períodos das migrações locais e reflexão sobre os conteúdos presentes nos livros didáticos. Elaboração de plano de aula sobre a população local e sua história; apresentação de mini-aulas para os próprios colegas.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
DAMIANI, Amélia Luisa. População e geografia. São Paulo: Contexto, 1992. 107p. GIAMBIAGI, Fabio. Demografia: a ameaça invisível: o dilema previdenciário que o Brasil se recusa a encarar. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010. 198 p. MCDONOUGH, Peter; SOUZA, Amaury de. A política de população no Brasil. Rio de Janeiro, RJ: Paz e Terra, 1984. 209 p. PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de, (Org). Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. São Paulo: Contexto, 2012. ISBN 9788572442039. REIS, R. R. & SALES, T. Cenas do Brasil Migrante. São Paulo: Boitempo Editorial, 2001. RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. 2. ed. São Paulo: Companhia			

das Letras, 1995. 476 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, C. Índios de Alagoas – Documentário. EDUFAL, 1983.163 p.

FAUSTO, Boris. Negócios e ócios: histórias da imigração. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. 230 p.

SANTOS, Milton. Metamorfoses do espaço habitado. São Paulo: Edusp, 2008.

SOUZA, Luiz Eduardo Simões de. Elementos de demografia econômica. São Paulo: LCTE, 2006. 96 p.

TORRES, Haroldo. COSTA, Heloisa (orgs). População e meio ambiente: debates e desafios. 2. ed. São Paulo: SENAC, 2006. 351p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS

GEOLOGIA

Período		Carga Horária		
Noturno	3º	Teórica	Prática	Total
		34	20	54

EMENTA

Evolução e sistematização da Ciência Geológica. Estrutura da terra. Tectônica de placas e deriva continental. Vulcanismo e terremoto. Tempo geológico: conceitos e princípios. Minerais e rochas. Dinâmica externa da terra. Geologia de Alagoas. Importância do conhecimento geológico para a sociedade.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, C.N; ARAÚJO, C.; MELLO, E. F. Geologia nas Escolas de Ensino Básico: a experiência do Departamento de Geologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Terra Didática, v. 11(3), 2015, p. 150- 161. Disponível em: https://www.ige.unicamp.br/terraedidatica/v11_3/PDF11-3/Td-113-91-3F.pdf

PEREIRA, M. P; ÁVILA, C. A. e LIMA, P. R.A. dos S. Minerais em Grão: Técnicas de Coleta, Preparação e Identificação. São Paulo: Oficina de textos, 2005

POP, J. H. Geologia Geral. 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 1998.

PRESS, F. Para Entender a Terra. 4º Ed. Artmed, 2006

SCHUMANN, W. Guia dos minerais. São Paulo: Disal, 2008.

SUGUIO, K. e SUZUKI, U. A evolução da terra e a fragilidade da vida. São Paulo: Edgard Blucher, 2003.

TEIXEIRA, W. Decifrando a Terra. 2º Ed. IBEP Nacional, 2009.

VARGAS, T. et al. Aplicação dos conhecimentos básicos de Geologia de forma interdisciplinar nos ensinos fundamental e médio – RJ. Interagir: pensando a extensão, Rio de Janeiro, n. 20, jan./dez. 2015, p. 53-66. Disponível em <http://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/interagir/article/download/13995/15971>

WICANDER, R & MONROE, J. S. Fundamentos de Geologia. São Paulo: Cengage, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENJAMIN, B. de B. N. Glossário de Geotectônica. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.

CAVINATO, M. L. Rochas e Minerais - Guia Prático. São Paulo: Nobel, 1998

GUERRA, A. J. T. Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico. 1º Ed. Bertrand Brasil, 1997.

SALGADO-LABOURIAU, M. L. História ecológica da Terra. São Paulo: Edgard Blücher, 1994

SUGUIO, K. Geologia do Quaternário e mudanças ambientais: passado + presente = futuro?. São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas, 1999. Reimpressão 2001.

SUGUIO, K. Geologia Sedimentar. São Paulo: Edgard Blucher, 2003.

LINK:

<http://geobank.cprm.gov.br>

<http://www.rc.unesp.br/museudpm/banco/index.html>

4º PERÍODO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS				
GEOGRAFIA ECONÔMICA				
Período		Carga Horária		
Noturno	4º	Teórica	Prática	Total
		54	-	54
EMENTA				
Trabalho e espaço geográfico. Teorias econômicas e História da economia: aproximações. A materialização da economia no espaço geográfico. Modo de produção capitalista e Estado. Globalização e mundialização da economia. Reestruturação produtiva, divisão territorial do trabalho e América Latina. Territorialidades e economias alternativas.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ANTUNES, Ricardo L. C. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2009. 287 p. (Mundo do trabalho) ISBN 9788585934439 (broch.).				
BENKO, G. Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.				
HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005. 251p.				
HUBERMAN, Leo. História da riqueza do homem. 21. ed., rev. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos Editora S. A., 1986. 286 p.				
MARX, Karl. O capital: crítica da economia política. Rio de Janeiro (RJ): Civilização Brasileira, 2008 – v. 4. ISBN 9788520007259.				
SINGER, Paul. Introdução à economia solidária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2002. 127p.				
SMITH, Adam. A riqueza das nações. Investigação sobre sua natureza e suas causas. Tradução de Luiz João Baraúna. Volume I. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, 1996. ISBN 85-351-0827-0.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ANDRADE, Manuel Correia de. Formação territorial e econômica do Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco: Massangana, 2006. 308 p.				
ENGELS, Friedrich. Sobre o papel do trabalho na transformação do macaco em homem. In_ ANTUNES, Ricardo (Org.). A dialética do trabalho. Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2013.				
FURTADO, Celso. A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos. 4. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 494 p.				
HAESBAERT, R.; PORTO-GONÇALVES, C.W. A nova des-ordem mundial. São Paulo: UNESP, 2006.				
MARX, Karl. Salário, preço e lucro. In_ ANTUNES, Ricardo (Org.). A dialética do trabalho. Escritos de Marx e Engels. São Paulo: Expressão Popular, 2013.				
SANTOS, Milton. Economia espacial: críticas e alternativas. 2. ed. São Paulo: EDUSP, 2003. 204p.				

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS				
GESTÃO DA EDUCAÇÃO E DO TRABALHO ESCOLAR				
Período		Carga Horária		
Noturno	4º	Teórica	Prática	Total
		72	-	72
EMENTA				
O estudo da escola como organização social e educativa: concepções, características e elementos constitutivos do sistema de organização e gestão do trabalho escolar, segundo os pressupostos legais vigentes, na perspectiva do planejamento e gestão participativa.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				

FURLAN, M.; HARGREAVES, A. A escola como organização aprendente: buscando uma educação de qualidade. Porto Alegre: Artmed, 2000.
 LIBÂNEO, J. C. Organização e gestão da escola: teoria e prática. 5.ed. Goiânia: Alternativa, 2004.
 LIMA, L. C. A Escola como organização educativa. São Paulo: Cortez, 2001. PETEROSKI, H. Trabalho coletivo na escola. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

VASCONCELOS, C. dos S. Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico. São Paulo: Libertad, 2001.
 VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. (Orgs). Escola: espaço do projeto político- pedagógico. São Paulo: Papirus, 1998
 VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (Orgs.) As dimensões do projeto político- pedagógico. São Paulo: Papirus, 2001.
 VIEIRA, S. L. (Org.) Gestão da escola: desafios a enfrentar. Rio de Janeiro: DP & A, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS

DIDÁTICA

Período		Carga Horária		
Noturno	4º	Teórica	Prática	Total
		40	32	72

EMENTA

Estudo da prática pedagógica vigente e dos fundamentos da docência, considerando a evolução da didática na perspectiva sócio-histórica e metodológica. Abordagens contemporâneas da Didática e sua problematização a partir do cotidiano da sala de aula como espaço para ensinar e aprender.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRÉ, M. E. Alternativas no ensino de didática. Campinas, SP: Papirus, 1997.
 CANDAU, V. M. A didática em questão. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.
 CANDAU, V. M. Rumo a uma nova didática. Petrópolis, RJ: Vozes, 1984.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

LIBÂNEO, J. C. Democratização da escola pública: a pedagogia crítico-social dos conteúdos. São Paulo: Cortez, 1985.
 MAZETTO, M. T. Didática: a aula como centro. São Paulo: FTD, 1997.
 VEIGA, Ilma Passos de Alencastro. Repensando a Didática. São Paulo, Papirus: 1996.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS

PRACC – LEITURA E ANÁLISE DE DOCUMENTOS CARTOGRÁFICOS

Período		Carga Horária: 54h
Noturno	4º	

EMENTA

Práticas de ensino voltadas às representações cartográficas enquanto texto: percepção, subjetividade e abstração do espaço: os mapas mentais. Legendas e símbolos: codificação e reinterpretação do espaço. Como trabalhar na educação básica a escala, percepção do espaço e construção de espacialidades. Construção de metodologias para o ensino das coordenadas geográficas e UTM e o processo de localização, dimensionamento e correlação de fenômenos; localização e orientação enquanto habilidades básicas. A Cartografia escolar e Ensino de Geografia: Leitura, análise e interpretação de documentos cartográficos. A cartografia digital: princípios e aplicações práticas e análise de imagens satélites.

Interpretação planimétrica e altimétrica da superfície e representação de eventos geográficos com uso de Cartas Topográficas. O uso dos mapas na sala de aula: Livros Didáticos e Atlas. O Projeto Cartográfico – Construção de atividades para uso na educação básica, visando o desenvolvimento de habilidades espaciais: maquetes, mapa do corpo, mapa da sala de aula, relógio de sol, batalha naval, mapas mentais, croquis etc.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Rosângela; PASSINI, Elza Yasuko. O espaço geográfico: ensino e representação. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1998. 90 p. (Repensando o ensino.) ISBN 858513447X (broch.).

ALMEIDA, Rosângela Doin de. Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2004. 115 p. (Coleção Caminhos da Geografia) ISBN 8572441700 (broch.).

ALMEIDA, Rosângela Doin de (Org.). Cartografia escolar. São Paulo: Contexto, 2007.. 224 p. ISBN 9788572443746 (broch.).

ALMEIDA, Rosângela Doin de (Org.). NOVOS rumos da cartografia escolar: currículo, linguagem e tecnologia. São Paulo: Contexto, c 2011. 192 p. ISBN 9788572446389 (broch.).

DAMIANI, Amélia Luisa; PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de ((org.)). Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. 2. ed. Contexto, c 2002. 383 p. ; ISBN 8572442030: (Broch.).

GERALDI, Corinta Maria Grisolia ((org.)). Cartografias do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a). Campinas: Mercado de Letras, 1998.. 335 p. (Leituras no Brasil) ISBN 8585725346 (broch.).

MARTINELLI, Marcello. Mapas da geografia e cartografia temática. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2011.. 142 p. ISBN 9788572442183 (broch.).

NOGUEIRA, Ruth E. Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009. 327p. ISBN 9788532804730 (broch.).

PASSINI, Elza Yasuko. Alfabetização cartográfica e a aprendizagem de geografia. São Paulo: Cortez, 2012. 215 p. ISBN 9788524919077 (broch.).

SOUZA, José Gilberto de. Geografia e conhecimento cartográficos: cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância do uso de mapas. São Paulo: UNESP, 2001. 162 p. ISBN8571393524 (broch.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BLACK, Jeremy Black. Mapas e história: construindo imagens do passado. Bauru: EDUSC, 2005 423 p. (História) ISBN 8574602523: (Broch.).

FITZ, Paulo Roberto. Cartografia básica. São Paulo: Oficina de Textos, c2008.. 143 p. ISBN 9788586238765 (broch.).

JOLY, Fernand. A cartografia. 14.ed. São Paulo, SP: Papirus, 2011. 112 p. ISBN 8530801156 (broch.). Classificação: 528.9

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. (Marli Elisa Dalmaz de). Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, SP: EPU, c1986.. 99 p. (Temas básicos de educação e ensino ISBN 8512303700 (broch.).

MENEZES, Paulo Marcio Leal de; FERNANDES, Manoel do Couto. Roteiro de cartografia. São Paulo, SP: Oficina de Textos, 2013. 288 p. ISBN 9788579750847 : (broch.).

ZUQUETTE, Lázaro Valentin; GANDOLFI, N. Cartografia geotécnica. São Paulo: Oficina de Textos, c2004. 190 p. ISBN 8586238384 : (broch.).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS

FUNDAMENTOS DAS CIÊNCIAS SOCIAIS

Período		Carga Horária		
Noturno	4º	Teórica	Prática	Total
		50	22	72

EMENTA

Reflexões acerca das Ciências Sociais, contextualizando o período histórico que justificou o seu surgimento. Abordagens das diferentes vertentes teóricas e metodológicas dos clássicos das Ciências Sociais, sobre a constituição da sociedade, na sua complexa estruturação. Debate sobre as grandes questões da contemporaneidade como: pós-colonialismo, questões étnico raciais, de gênero e a questão ambiental, inerente ao pensamento contemporâneo nas suas variadas dimensões.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

DURKHEIM, E. As Regras do Método Sociológico. Trad. Martin Claret, São Paulo: Ed. Martin Claret, 2008.

DURKHEIM, E. O suicídio. São Paulo: Ed. Martin Claret, 2008.

MARX, K. A Ideologia Alemã. Tradução, Castro e Costa, L. C. São Paulo: Martins Fontes, 2002.

WEBER, M. Ciência & Política duas Vocações. São Paulo: Cultrix, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GIDDENS, A. A Constituição da Sociedade. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GIDDENS, A. As consequências da Modernidade. Tradução Raul Fiker, São Paulo, ed. Unesp, 1991.

HALL, S. A Identidade Cultural na Pós Modernidade. Tradução, Tomaz Tadeu da Silva, Guaracira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

LEFF, E. Saber ambiental – sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. 2ª Ed. RJ: Petrópolis: 2001.

MUNANGA, K. Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade nacional versus identidade negra: Autentica 2004.

SACHS, I. Sociedade, Cultura e Meio Ambiente. In. Mundo & Vida, v. 2, n. 1, 2008, p. 07-13.

5º PERÍODO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS

LIBRAS

Período		Carga Horária		
Noturno	5º	Teórica	Prática	Total
		34	20	54

EMENTA

Estudo da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), da sua estrutura gramatical, de expressões manuais, gestuais e do seu papel para a comunidade surda.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FERREIRA BRITO, L. Por uma gramática das línguas de sinais. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1995.

GOES, M. C. R. Linguagem, surdez e educação. Campinas, Autores Associados, 1996.

QUADROS, R. M. O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais.

BRASÍLIA, SEESP/MEC, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SACKS, O. Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos. Rio de Janeiro: Imago, 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS

PRACC – GEOGRAFIA URBANA

Período	
Noturno	5º

		Carga Horária: 54h
--	--	--------------------

EMENTA

Prática de ensino-aprendizagem de concepções sobre geografia urbana, cidade, urbanização e história urbana. Debate sobre a construção do espaço urbano e os territórios das cidades, regiões, hierarquias e redes urbanas. Tratamento teórico-prático acerca de mobilidade, relação campo-cidade, além de culturas urbanas, espaços simbólicos e globalização. Como trabalhar geografia urbana no contexto da sala de aula e de atividades pedagógicas relacionadas a trabalhos de campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARLOS, A. F. A. A (re)produção do espaço urbano. São Paulo: Edusp, 2008.
 CARLOS, A. F. A.; SOUZA, M. L. de; SPOSITO, M. E. B. (Org.). A produção do espaço urbano: agentes e processos, escalas e desafios. São Paulo: Contexto, 2011.
 CORRÊA, R. L. Estudos sobre a rede urbana. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.
 SANTOS, M. A urbanização Brasileira. 5ed. São Paulo: Edusp.
 VILLAÇA, F. Espaço Intra-urbano no Brasil. São Paulo: Studio Nobel, FAPESP, Lincoln Institute, 2001.
 CAVALCANTI, L. de S. A geografia escolar e a cidade: Ensaio sobre o ensino de geografia para a vida urbana cotidiana. Campinas: Papyrus, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CLARK, D. Introdução à geografia urbana. São Paulo: DIFEL, 1985.
 CORRÊA, R. L. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 1989, p. 94. Série Princípios nº 174.
 MUMFORD, Lewis. A cidade na História. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
 SANTOS, Milton. Manual de Geografia Urbana. São Paulo: Edusp, 2008.
 SOUZA, Marcelo Lopes de. Mudar a cidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2002.
 PENTEADO, Heloisa Dupas. Metodologia do ensino de historia e geografia. São Paulo: Cortez, 1990.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS	
Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão	

INFORMAÇÕES BÁSICAS

METODOLOGIA DO ENSINO DE GEOGRAFIA

Período		Carga Horária		
		Teórica	Prática	Total
Noturno	5º	42	30	72

EMENTA

A Geografia como conhecimento escolar: métodos, metodologias e técnicas. Constituição histórica do ensino de geografia na educação básica. O papel da geografia na escola do século XXI. Prática de ensino de geografia: seleção de conteúdos, planejamento pedagógico e avaliação da aprendizagem. Propostas didático-pedagógicas para a disciplina Geografia no ensino fundamental. O ensino de geografia e a aprendizagem em geografia. Epistemologia da geografia e geografia escolar: conceitos e categorias. Tecnologias da informação e comunicação e prática de ensino de geografia. As orientações curriculares de Geografia decorrentes das políticas educacionais. O livro didático de Geografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAVALCANTI, L. de S. O ensino de geografia na escola. Campinas, SP: Papyrus, 2012.
 CARVALHO, M. I. da S. de S. Fim de século: a escola e a geografia. 2.ed. Ijuí: Unijuí, 2004.
 CASTELLAR, S. M. V.; VILHENA, J. Ensino de geografia. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010.
 CASTRO, I. E.; CORRÊA, R. L.; GOMES, P. C. C. (Org.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, c1995
 OLIVEIRA, A. U. (org.). Para onde vai o ensino de Geografia? São Paulo: Contexto, 1989.
 REGO, N.; CASTROGIOVANNI, A. C.; KAERCHER, N. A. (org.). Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio. Porto Alegre: Artmed, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, R. D. de. O espaço geográfico: ensino e representação. São Paulo: Contexto, 1989.
 ALMEIDA, R. D. (org.). Novos rumos da cartografia escolar: currículo, linguagem e tecnologia. São Paulo: Contexto, c2011.

CARLOS, A. F. A. (org.). A geografia na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1999.
 DAMIANI, A. L.; PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. de (org.). Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. 2. ed. Contexto, 2002.
 LACOSTE, Y. A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 12. ed. Rio de Janeiro: Papyrus, 2006.
 LUCKESI, C. Avaliação da aprendizagem escolar. 17. ed. Cortez, 2005.
 MOREIRA, Ruy. O que é geografia. 2.ed. São Paulo: Brasiliense, 2010.
 PASSINI, E. Y. Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado. São Paulo: Contexto, 2007.
 PASSINI, E. Y. Alfabetização cartográfica e aprendizagem em geografia. São Paulo: Cortez, 2012.
 SOUZA, J. G.; KATUTA, A. M. Geografia e conhecimento cartográficos: cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância do uso de mapas. São Paulo: UNESP, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão
--

INFORMAÇÕES BÁSICAS			
GEOMORFOLOGIA I			

Período	5°	Carga Horária		
		Teórica	Prática	Total
Noturno		34	20	54

EMENTA

Desenvolvimento e natureza da Geomorfologia. Teorias geomorfológicas. Geomorfologia estrutural: conceito. Fatores endógenos e o papel da estrutura geológica na evolução do relevo. Os grandes conjuntos estruturais do relevo terrestre. Introdução a Geomorfologia Climática. Cartografia Geomorfológica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASSETI, Valter. CARTOGRAFIA GEOMORFOLÓGICA. Disponível em:
https://observatoriogeogoiias.iesa.ufg.br/up/215/o/Casseti_valter_cartografia_geomorfol_gica.pdf
 CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia. 1ª Ed. Edgard Blucher, 1980.
 CUNHA, S. B. da.; GUERRA, A. J. T. Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. 2ªed. Bertrand Brasil, 1995.
 CUNHA, S. B. da.; GUERRA, A. J. T. Geomorfologia e Meio Ambiente. 1º Ed. Bertrand Brasil, 1996.
 FLORENZANO, T. G. Geomorfologia: Conceitos e técnicas atuais. 1º Ed. Oficina de Textos, 2008.
 JATOBÁS, L.; LINS, R. C. Introdução à geomorfologia. 5ª Ed. Recife: Bagaço,
 ROCHA, P. C. (Orgs). Geomorfologia: aplicação e metodologia. São Paulo: Expressão Popular/UNESP, 2008.
 SUGUIO, K. A Importância da Geomorfologia em Geociências e Áreas Afins. Revista Brasileira de Geomorfologia, v. 1, n. 1. p. 80-87. 2000. Disponível em:
<http://www.lsie.unb.br/rbg/index.php/rbg/article/view/72/64>
 TEIXEIRA, W. Decifrando a Terra. 2º Ed. IBEP Nacional, 2009.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BENJAMIN, B. de B. N. Glossário de Geotectônica. São Paulo: Oficina de Textos, 2011.
 CUNHA, Sandra Baptista da; (Org). Geomorfologia do Brasil. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010
 GUERRA, A. J. T. Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico. 1º Ed. Bertrand Brasil, 1997.
 ROSS, J. L. S. Geomorfologia: ambiente e planejamento. São Paulo: Contexto, 1990.
 SUGUIO, K. Geologia Sedimentar. São Paulo: Edgard Blucher, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão
--

INFORMAÇÕES BÁSICAS			
SOCIOLOGIA CONTEMPORÂNEA			

Período	5°	Carga Horária		
		Teórica	Prática	Total
Noturno				

		72	-	72
--	--	----	---	----

EMENTA

Refletir sobre a problemática da construção do conhecimento sociológico contemporâneo: culturas e sociedades. Compreender a racionalidade constitutiva do pensamento moderno dentro da perspectiva local/global. Enfocando de maneira privilegiada, os debates fecundos sobre pós-colonialismo, questões identitárias, modernidade e pós-modernidade. Igualmente, propõem-se discutir a partir de tais pensamentos, as relações entre dominação, poder e violência simbólica, bem como, as formas de participação coletiva e organização social na contemporaneidade e diálogos com a educação.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. Tradução de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.
 GIDDENS, A. As consequências da Modernidade. Trad. De Raul Fiker, São Paulo: Unesp, 1991.
 LANDER, Edgard(org). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino americanas. Buenos Aires, 2005.
 ORTIZ, R. Cultura brasileira e identidade nacional. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BECK, Ulrich; GIDDENS, Anthony; LASH, Scott. Modernização reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna. Tradução: Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1997, p. 11-71.
 ELIAS, Norbert, O Processo Civilizador, 2 vols. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.
 FERNANDES, Florestan. A integração do negro na sociedade de classes. São Paulo: Globo, 2008. 2v
 Classificação: 326(81) F363i Ac.39479.
 NOGUEIRA, M. Alice; CATANI, Afrânio. (Orgs.) Escritos de Educação, 9. Ed. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2007.
 SANTOS, B. S. S. Epistemologia do Sul. São Paulo: Cortez, 2010.
 SAID, E. Orientalismo Como Invenção do Ocidente. Tradução, Losaura Eichenberg. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

6º PERÍODO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS

ESTÁGIO I

Período		Carga Horária		
		Teórica	Prática	Total
Noturno	6º	30	70	100

EMENTA

Concepções de formação de professores e as bases do estágio supervisionado. A profissão, a profissionalização de professor de Geografia e seus espaços de atuação. A escola, o projeto pedagógico, a organização e a dinâmica escolar. As observações da escola-campo de estágio e da sala de aula de geografia.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAVALCANTI, L. de S. O ensino de geografia na escola. Campinas, SP: Papirus, 2012.
 PASSINI, E. Y. Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado. São Paulo: Contexto, 2007.
 VEIGA, I. P. A.; RESENDE, L. M. G. Escola: espaço do projeto político-pedagógico. 7. ed. Campinas: Papirus, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, J. P. Estágio supervisionado: contribuições na formação do professor de geografia. Maceió: Edufal, 2015.
 CANDAU, V. M. (org.). Reinventar a escola. Petrópolis: Vozes, c2000.
 GADOTTI, M.; ROMÃO, J. E. (org.). Autonomia da escola: princípios e propostas. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2004.
 LIBÂNEO, J. C.; OLIVEIRA, J. F.; TOSCHI, M. S. Educação escolar: políticas, estruturas e

organização. 4. ed. Cortez, 2007.
 VEIGA, I. P. A.; FONSECA, M. (org.). As dimensões do projeto político-pedagógico: novos desafios para a escola. 4. ed. Papirus, 2001.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS
PESQUISA EDUCACIONAL

Período		Carga Horária		
Noturno	6°	Teórica	Prática	Total
		36	18	54

EMENTA

Estudo das diferentes abordagens teórico-metodológicas da pesquisa em educação, compreendendo as fontes e etapas de produção do projeto de pesquisa educacional visando a elaboração do Trabalho de Conclusão de Curso (anteprojeto de pesquisa).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

GERALDI, C. M.; FIORENTINI, D.; PEREIRA, E. (Orgs). Cartografia do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a). Campinas/SP: Mercado das Letras, 1998.
 LAVILLE, C.; DIONNE, J. A construção do saber. Porto Alegre: ARTMED, 1999.
 MINAYO, M. C. S. (Org). Pesquisa social. Petrópolis: Vozes, 1999.
 SANTOS-FILHO, José e GAMBOA, Silvio. (Orgs.) Pesquisa educacional: quantidade-qualidade. SP: Cortez, 1995.
 SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. ed. São Paulo: Cortez, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANDRÉ, Marli E. D. A. Etnografia da prática escolar. Campinas: Papirus, 1995.
 FAZENDA, Ivani (Org.) Metodologia da pesquisa educacional. SP: Cortez, 1989.
 FAZENDA, Ivani A. Novos enfoques da pesquisa educacional. SP: Cortez, 1992.
 GATTI, Bernadete. A construção da pesquisa em educação no Brasil. Brasília: Plano, 2002.
 GIL, Antonio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
 ZAGO, Nadir; CARVALHO, Marília Pinto de; VILELA, Rita Amélia Teixeira (Org.). Itinerários de pesquisa: perspectivas qualitativas em sociologia da educação. 2. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2011.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS
GEOGRAFIA DO BRASIL

Período		Carga Horária		
Noturno	6°	Teórica	Prática	Total
		34	20	54

EMENTA

Organização do espaço brasileiro. A população brasileira: povoamento, crescimento, estrutura, distribuição e mobilidade espacial do trabalho. O espaço econômico brasileiro: condições e características da infraestrutura econômica, organização, funcionamento e problemas; relações sociais de produção e mercado. A estrutura agrária brasileira. O Brasil urbano. Problemas ambientais brasileiros. Participação na Divisão Internacional do Trabalho. Periferia, Dependência e Subimperialismo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, M. C. de. A questão do território no Brasil. São Paulo-Recife: Hucitec/Ipespe, 1995.
 ANDRADE, M. C. de. Formação territorial e econômica do Brasil. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, 2006.
 ANDRADE, M. C. de. O Nordeste e a questão regional. São Paulo: Ática, 1988.
 CASTELLAR, S.; VILHENA, J. Ensino de Geografia. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010.
 COSTA, W. M. da. O estado e as políticas territoriais no Brasil. São Paulo: Contexto, 1988.

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
 HOLANDA, S. B. de. Raízes do Brasil. 3.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.
 MORAES, A. C. R.. Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no longo século XVI. São Paulo: Hucitec, 2000.
 MORAES, A. C. R. Geografia Histórica do Brasil: capitalismo, território e periferia. São Paulo: Annablume, 2011.
 SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L.. O Brasil: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2012.
 ROSS, J. L. S.. Geografia do Brasil. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA FILHO, N. Desenvolvimento e dependência: cátedra Ruy Mauro Marini. Brasília: Ipea, 2013. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/Downloads/Livro_Desenvolvimento%20e%20depend%C3%Aancia.pdf
 MOREIRA, R. Formação espacial brasileira: contribuição crítica aos fundamentos espaciais da geografia do Brasil. Rio de Janeiro: Consequência, 2014.
 CHARLOT, B. Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje. Porto Alegre, Artmed, 2005.
 FREYRE, G. Casa Grande e Senzala. São Paulo: Global, 2006.
 FREYRE, G. Sobrados e Mocambos. São Paulo: Global, 2003.
 BECKER, B. K. Geopolítica da Amazônia. In: Revista Estudos Avançados, v. 19, n. 53, 2005. Disponível em: <http://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10047/11619>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão
--

INFORMAÇÕES BÁSICAS

PRACC – HIDROGRAFIA

Período		
Noturno	6º	Carga Horária:54h

EMENTA

Como elaborar maquetes artesanais de bacias hidrográficas pelos alunos da disciplina para o ensino básico. Como caracterizar os acidentes geográficos da bacia com sinalização na maquete. Como trabalhar em grupo os aspectos ambientais, físicos e climatológicos da bacia. Apresentação das maquetes com exposição temática no Campus da universidade. Análise da camada líquida superficial da Terra. Origem, transformações, distribuição geográfica do elemento líquido. Interações físicas, químicas, biológicas e antrópicas e seus reflexos locais e globais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**.6. ed. Campinas/SP: Papirus, 2004.
 CAVALCANTI, Lana de Souza, (Org). **Temas da geografia na escola básica**. Campinas, SP: Papirus, 2015
 MARIANO DA R., J. S. Manual de manejo integrado de bacias hidrográficas. Santa Maria/RS: UFSM, 1991.
 MACHADO, Carlos José Saldanha (Org.). Gestão de águas doces. Rio de Janeiro: Interciência, 2004.
 MIRANDA, L. B. de; CASTRO, B. M. Princípios de oceanografia física de estuários. São Paulo: Edusp, 2002.
 POLETO, CRISTIANO. Bacias Hidrográficas e Recursos Hídricos. Editora Interciência, 2013.
 ROSA, L. P.; SIGAUD, L.; MIELINK, O. Impactos de grandes projetos hidroelétricos e nucleares: aspectos econômicos, tecnológicos, ambientais e sociais. São Paulo: Marco Zero, 1998.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

STRASKRABA, M.; TUNDISI, J. G. Diretrizes para o gerenciamento de lagos: gerenciamento da Qualidade da Água em Represas. Vol. 9, São Carlos: ILEC, 2000.
 REBOUÇAS, A.; TUNDISI, J. G. Águas doces no Brasil: capital ecológico, uso e conservação. São Paulo: Escrituras, 2000.
 SCHIEL, Dietrich, MASCARENHAS, Sérgio, VALEIRAS, Nora & SANTOS, Sílvia A. M.

(Orgs.). O estudo de bacias hidrográficas: Uma estratégia para educação ambiental. São Carlos: RIMA, 2003.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS

PRACC – GEOMORFOLOGIA II

Período		Carga Horária: 54H
Noturno	6º	

EMENTA

Práticas e saberes sobre os principais sistemas erosivos da paisagem terrestre. As regiões morfoclimáticas e sua classificação. Como abordar os aspectos morfoclimáticos do Nordeste brasileiro a partir da articulação do saber local e científico. Fundamentos de geomorfologia fluvial: construindo estratégias de ensino para a educação básica. Período Quaternário e as mudanças da paisagem no Brasil. Antropogeomorfologia. Análise e reflexão sobre o conteúdo de Geomorfologia nos livros didáticos da educação básica. Como desenvolver metodologias e materiais didáticos para o ensino de geomorfologia na educação básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 6. ed. Campinas/SP: Papirus, 2004.

CAVALCANTI, Lana de Souza, (Org). **Temas da geografia na escola básica**. Campinas, SP: Papirus, 2015

CHRISTOFOLETTI, A. **Geomorfologia**. 1ª Ed. Edgard Blucher, 1980.

CUNHA, S. B. da.; GUERRA, A. J. T. **Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos**. 2ºed. Bertrand Brasil, 1995.

CUNHA, S. B. da.; GUERRA, A. J. T. **Geomorfologia e Meio Ambiente**. 1º Ed. Bertrand Brasil, 1996.

FLORENZANO, T. G. **Geomorfologia: Conceitos e técnicas atuais**. 1º Ed. Oficina de Textos, 2008.

JATOBÁS, L.; LINS, R. C. **Introdução à geomorfologia**. 5ª Ed. Recife: Bagaço, 2008.

KIMURA, Shoko. **Geografia no ensino básico: questões e propostas**. São Paulo: Contexto, 2009

OLIVEIRA, A. O. S. A. **Contribuição teórico-metodológica para o ensino de Geomorfologia**. 2010. 299 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia – UNESP, Presidente Prudente, SP, 2010. Disponível em https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105065/oliveira_aosa_dr_prud.pdf;jsessionid=ED74061F55AC57133508F218D78D9A77?sequence=1

RIBEIRO, S. C. ETNOGEOMORFOLOGIA SERTANEJA: proposta metodológica para a classificação das paisagens da sub-bacia do rio Salgado/CE. **Tese de Doutorado**. Rio de Janeiro: UFRJ/PPGG, 2012. 278 p. Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/16/teses/786204.pdf>

ROSS, J. L. S. **Geomorfologia: ambiente e planejamento**. São Paulo: Contexto, 1990.

SOUZA, C. J. O.; VALADAO, R. C. . Visualização e representação espaciais no ensino de geomorfologia. **TERRA E DIDÁTICA**, v. 09, p. 105-113, 2013. Disponível em: https://www.ige.unicamp.br/terraedidatica/v9_2/PDF92/Td76-Souza.pdf

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CUNHA, Sandra Baptista da; (Org). **Geomorfologia do Brasil**. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010

GUERRA, A. J. T. **Novo Dicionário Geológico-Geomorfológico**. 1º Ed. Bertrand Brasil, 1997.

NUNES, J. O. R.; ROCHA, P. C. (Orgs). **Geomorfologia: aplicação e metodologia**. São Paulo: Expressão Popular/UNESP, 2008.

SUGUIO, K. **Geologia Sedimentar**. São Paulo: Edgard Blucher, 2003.

SUGUIO, K. **Geologia do Quaternário e mudanças ambientais: passado + presente = futuro?** São Paulo: Paulo's Comunicação e Artes Gráficas,

SALGADO-LABOURIAU, M. L. **História ecológica da Terra**. São Paulo: Edgard Blücher, 1994

TEIXEIRA, W. **Decifrando a Terra**. 2º Ed. IBEP Nacional, 2009.

7º PERÍODO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS**ESTÁGIO II**

Período		Carga Horária		
Noturno	7º	Teórica	Prática	Total
		30	70	100

EMENTA

Preparação, execução e avaliação de projeto de ensino/aprendizagem. Vivência direta da prática de ensino em Geografia, através da regência de classe nos anos finais do Ensino Fundamental.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CANDAÚ, V. M. (org). Reinventando a escola. Petrópolis: Vozes, 2000.
CASTROGIVANNI, A. Et al (org). Geografia em sala de aula. Porto Alegre: AGB, 1998.
CAVALCANTI, L. Geografia e práticas de ensino. Goiânia: Alternativa, 2002.
OLIVEIRA, A. U. (org). Para onde vai o ensino de geografia?. São Paulo: Contexto, 1989.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CARLOS, A. F. A.; OLIVEIRA, A. U. (org). Reformas no mundo da educação. Parâmetros Curriculares e Geografia. São Paulo: Contexto, 1999.
CARVALHO, M. I. Fim de século: a escola e a Geografia. 2.ed. Ijuí: Unijuí, 2003.
KAERCHER, N. A. Iconoclastia constante na (de) formação de professores de Geografia. IN: DALLA ZEN, M. I. H.; SOUZA, N. G. S. de. Práticas de ensino na UFRGS. Porto Alegre: UFRGS, 2002.
MOREIRA, A. F. B. (org). Currículo: questões atuais. 2.ed. Campinas: Papyrus, 2000.
PONTUSCHKA, N. N.; OLIVEIRA, A. U. (org). Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. São Paulo: Contexto, 2002.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS**PRACC – GEOGRAFIA REGIONAL**

Período		Carga Horária: 54h
Noturno	7º	

EMENTA

Práticas de ensino sobre os conceitos de região: diferenças entre região como entidade real e região como método de análise. Como abordar os estudos regionais contemporâneos em sala de aula. Aspectos didático-pedagógicos do ensino de região, regionalização e regionalismos em sala de aula. Como fomentar uma aprendizagem de região articulada à ideia de processo e de totalidade social. O ensino de região na contemporaneidade. Elaboração de plano de aula com enfoque nos estudos da região. Apresentação de miniaulas pelos discentes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BENKO, G. Economia, espaço e globalização: na aurora do século XXI. 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1999.
CASTELLAR, S.; VILHENA, J. Ensino de Geografia. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010.
CAVALCANTI, L. de. S. Geografia, escola e construção de conhecimentos. Campinas: Papyrus, 2004.
CORRÊA, R, L. Região e organização espacial. São Paulo: Ática, 1986.
HAESBAERT, R. Regional-Global: dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
LENCIONI, S. Região e geografia. São Paulo: Edusp, 2003.
SILVA, G. R. da; ALMEIDA, J. P. de (Orgs). Ensino e aprendizagem em geografia. Maceió:

EDUFAL, 2018.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEZZI, M. L. Região: uma (re)visão historiográfica – da gênese aos novos paradigmas. Santa Maria: UFSM, 2004.

CHARLOT, B. Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje. Porto Alegre, Artmed, 2005.

CORRÊA, R, L. Trajetória geográfica. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997.

HARVEY, D. A condição pós-moderna. São Paulo: Loyola, 1992.

SILVA, L. R. Do senso-comum à geografia científica. São Paulo: Contexto, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS				
BIOGEOGRAFIA				
Período		Carga Horária		
Noturno	7º	Teórica	Prática	Total
		34	20	54

EMENTA

Fundamentação teórica e procedimentos metodológicos. Os fatores ambientais e sua influência na caracterização fitogeográfica da paisagem e na distribuição passada e atual dos seres vivos. As classificações florísticas/faunísticas e fisionômica-ecológica da vegetação. A Biogeografia no planejamento ambiental e na conservação da natureza. As práticas são definidas pelos seminários temáticos em grupo sobre os biomas do Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

PASSOS, M. MODESTO. Biogeografia e Paisagem. São Paulo, FCT-UNESP- Presidente Prudente. 1998.

RIOS, ELOCI PERES; THOMPSON, MIGUEL. Biomas Brasileiros - Como Eu Ensino. Editora Melhoramentos, 2013.

RIZZINI, C. T. Tratado de fitobiogeografia do Brasil II. São Paulo: Ed. Hucitec-Edusp, 1976.

SANTOS, M. J. Z. Introdução à Biogeografia. Maringá: Boletim de Geografia, 1985.

SIMMONS, I. G. Biogeografia natural e cultural. Barcelona: Ed. Ediciones Omega S. A., 1982.

TROPMAIR, H. Biogeografia e Meio Ambiente. Rio Claro: UNESP, 1995.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DREW, David. Processos Interativos Homem-Meio Ambiente. Rio de Janeiro, 2ªEd., Ed. Bertrand Brasil. 1989.

FERNANDES, A. Fitogeografia Brasileira. 2ª edição. Multigraf Editora Fortaleza, 2000.

IBGE. Manual técnico da vegetação brasileira. 1992. IBGE. Número 1. Rio de Janeiro.

LARCHER, W. Ecofisiologia vegetal. 2000. Editora Rima Artes e Textos. SÃO Carlos, SP.

MARTINS, Celso. Biogeografia e Ecologia. São Paulo, 5ª Ed., Ed. Nobel. 1992.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS				
PRACC – REGIONALIZAÇÃO DO ESPAÇO MUNDIAL				
Período		Carga Horária		
Noturno	7º	54h		

EMENTA

Prática de ensino que aborde da bipolaridade à multipolaridade. Como apresentar as influências econômicas, políticas, sociais e culturais no processo de regionalização do espaço mundial. Ensino sobre os blocos internacionais de poder, sub-blocos regionais e áreas de influência e a disputa pela hegemonia

no espaço mundial. Aspectos didático-pedagógicos dos principais blocos econômicos: impasses e perspectivas. Como fomentar um ensino-aprendizagem que aborde a nova (des)ordem mundial: globalização / regionalização / fragmentação / exclusão. Elaboração de plano de aula com enfoque nos estudos de regionalização do espaço mundial. Apresentação de miniaulas pelos discentes.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CASTELLAR, S.; VILHENA, J. Ensino de Geografia. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010.
 CASTELLS, M. Fim de milênio. 5. ed. Paz e Terra, 2009.
 CHARLOT, B. Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje. Porto Alegre: Artmed, 2005.
 CHESNAIS, F. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.
 HARVEY, D. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Loyola, 2006.
 HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.
 HOBBSAWM, E. J. A era das revoluções: 1789-1848. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009
 IANNI, O. A era do globalismo. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.
 MAGNOLI, D. Terror global. São Paulo: Publifolha, 2008.
 MAGNOLI, D. (Org.). História das guerras. 4. ed. São Paulo: Contexto, 2009.
 RIBEIRO, D. As Américas e a civilização: processo de formação e causas do desenvolvimento desigual dos povos americanos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
 SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000.
 SOUZA, M. A. de. O novo mapa do mundo: natureza e sociedade de hoje : uma leitura geográfica. 3. ed. Hucitec : ANPUR, 1997

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARENDDT, H. Entre o passado e o futuro. Perspectiva, 2003.
 BORON, A. Nova hegemonia mundial: alternativas de mudança e movimentos sociais. Buenos Aires: Consejo Latino Americano de Ciencias Sociales, 2005.
 CAVALCANTI, L. de. S. Geografia, escola e construção de conhecimentos. Campinas: Papyrus, 2004.
 DUBY, G. ((org.)); MACHADO, M. L. ((org.)). História da vida privada: da Europa feudal à renascença. Companhia das Letras, 2009.
 HOBBSAWM, E. J. A era do capital: 1848-1875. 15. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.
 SCHAFF, A. A sociedade informática: as consequências sociais da segunda revolução industrial. 4. ed. Ed. da UNESP, 1993.
 VAÍSSE, M. As relações internacionais a partir de 1945. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS

CARTOGRAFIA TEMÁTICA

Período		Carga Horária		
Noturno	7º	Teórica	Prática	Total
		40	14	54

EMENTA

Cartografia e Geografia. Cartografia Temática: princípios e fundamentos. Teorias da comunicação Cartográfica. Semiologia Gráfica: mapas, gráficos e redes. Representações temáticas: qualitativas, ordenadas, quantitativas, dinâmicas. Cartografia Analítica e de Síntese. Análise e Interpretação de Mapas Temáticos. A Cartografia Temática Digital. Cartografia Temática e Ensino. Uso dos mapas temáticos na sala de aula: Livros Didáticos e Atlas. O Projeto Cartográfico Temático – Elaboração de Mapas Temáticos no Quantum Gis e Elaboração do Atlas Temático Municipal.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Rosângela; PASSINI, Elza Yasuko. O espaço geográfico: ensino e representação. 6. ed. São Paulo: Contexto, 1998. 90 p. (Repensando o ensino.) ISBN 858513447X (broch.).
 ALMEIDA, Rosângela Doin de. Do desenho ao mapa: iniciação cartográfica na escola. 3. ed. São Paulo: Contexto, 2004. 115 p. (Coleção Caminhos da Geografia) ISBN 8572441700 (broch.).
 ALMEIDA, Rosângela Doin de (Org.). Cartografia escolar. São Paulo: Contexto, 2007.. 224 p. ISBN 9788572443746 (broch.).

ALMEIDA, Rosângela Doin de (Org.). NOVOS rumos da cartografia escolar: currículo, linguagem e tecnologia. São Paulo: Contexto, c 2011. 192 p. ISBN 9788572446389 (broch.).

BARTHES, Roland. Semiótica como ciência auxiliar da filologia. Estudo da filologia através de escritos, etc. BARTHES, Roland. Inéditos. São Paulo: Martins Fontes, [200?]. 4 v. (Coleção Roland Barthes.) ISBN 8533620195 (broch.: v.1

DAMIANI, Amélia Luisa; PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de ((org.)). Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. 2. ed. Contexto, c 2002. 383 p. ; ISBN 8572442030: (Broch.).

GERALDI, Corinta Maria Grisolia ((org.)). Cartografias do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a). Campinas: Mercado de Letras, 1998.. 335 p. (Leituras no Brasil) ISBN 8585725346 (broch.).

LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. (Marli Elisa Dalmaz de). Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, SP: EPU, c1986.. 99 p. (Temas básicos de educação e ensino ISBN 8512303700 (broch.).

MARTINELLI, Marcello. Mapas da geografia e cartografia temática. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2011.. 142 p. ISBN 9788572442183 (broch.).

NOGUEIRA, Ruth E. Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009. 327p. ISBN 9788532804730 (broch.).

PASSINI, Elza Yasuko. Alfabetização cartográfica e a aprendizagem de geografia. São Paulo: Cortez, 2012. 215 p. ISBN 9788524919077 (broch.).

SOUZA, José Gilberto de. Geografia e conhecimento cartográficos: cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância do uso de mapas. São Paulo: UNESP, 2001. 162 p. ISBN8571393524 (broch.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BLACK, Jeremy Black. Mapas e história: construindo imagens do passado. Bauru: EDUSC, 2005 423 p. (História) ISBN 8574602523: (Broch.).

FITZ, Paulo Roberto. Cartografia básica. São Paulo: Oficina de Textos, c2008.. 143 p. ISBN 9788586238765 (broch.).

JOLY, Fernand. A cartografia. 14.ed. São Paulo, SP: Papirus, 2011. 112 p. ISBN 8530801156 (broch.). Classificação: 528.9

MENEZES, Paulo Marcio Leal de; FERNANDES, Manoel do Couto. Roteiro de cartografia. São Paulo, SP: Oficina de Textos, 2013. 288 p. ISBN 9788579750847 : (broch.).

ZUQUETTE, Lázaro Valentin; GANDOLFI, N. Cartografia geotécnica. São Paulo: Oficina de Textos, c2004. 190 p. ISBN 8586238384 : (broch.).

8º PERÍODO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS

PRACC – GEOGRAFIA DOS SOLOS

Período		
Noturno	8º	Carga Horária: 54h

EMENTA

Práticas e saberes sobre a ciência do solo. Fatores e processos de formação dos solos: construindo estratégias de ensino para a educação básica. O Sistema Brasileiro de Classificação de Solos. Características e distribuição dos solos do estado de Alagoas: práticas e experiências de manejo e conservação. Como articular o saber local e científico com foco no uso e manejo sustentável dos solos. Análise e reflexão sobre o conteúdo de solos nos livros didáticos da educação básica. Como desenvolver metodologias e materiais didáticos para o ensino de solos na educação básica.

OBJETIVOS: Entender os fatores e processos envolvidos na formação e distribuição dos diferentes tipos de solos na paisagem. Possibilitar o reconhecimento e classificação dos principais tipos de solos, bem como seu manejo e uso. Reconhecer os solos do estado de Alagoas. Desenvolver estratégias de

ensino-aprendizagem sobre solos e refletir sobre sua importância na educação básica. Analisar o conteúdo de solos nos livros didáticos da educação básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BRADY, NYLE C. e WEIL, R. R. **Elementos da Natureza e Propriedades dos Solos**. São Paulo: Editora: Bookman, 2012

CAVALCANTI, Lana de Souza. **Geografia, escola e construção de conhecimentos**. 6. ed. Campinas/SP: Papyrus, 2004.

CAVALCANTI, Lana de Souza, (Org). **Temas da geografia na escola básica**. Campinas, SP: Papyrus, 2015

GUERRA, Antonio José Teixeira; SILVA, Antonio Soares da; BOTELHO, Rosângela Garrido Machado (org.). **Erosão e conservação dos solos: conceitos, temas e aplicações**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999.

KIMURA, Shoko. **Geografia no ensino básico: questões e propostas**. São Paulo: Contexto, 2009

LEPSCH, I. F. **Formação e conservação dos solos**. São Paulo: Oficina de Textos, 2002

LEPSCH, I. F. 19 Lições de Pedologia. **São Paulo: Oficina de Textos, 2011.**

MUGGLER, C. C. de. SOBRINHO, F. A. P.; MACHADO, V. A.; Educação em solos: princípios, teoria e métodos. **Revista Brasileira de Ciência do Solo**, n. 30, 2006, p.733-740, 2006. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0100-06832006000400014&script=sci_abstract&tlng=pt

PRADO, Helio do. **Atalho pedológico: para classificar solos no campo**. Piracicaba, SP: 2013.

PRESS, F. Para Entender a Terra. 4º Ed. Artmed, 2006

SANTOS, J. A. A. dos. **Saberes de solos em livros didáticos da educação básica**. 2011. 53f. Dissertação (Mestrado em Solos e Nutrição de plantas), Universidade Federal de Viçosa, Viçosa, Minas Gerais, 2011. Disponível em <http://www.locus.ufv.br/bitstream/handle/123456789/5496/texto%20completo.pdf?sequence=1>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

DOURADO, M. V. S. O chão sob nossos pés: uma abordagem prática de ensino sobre solos a partir da experiência e do mundo vivido. *InterSciencePlace*, v. 12, n. 2, p.01-14, 2017. Disponível em: www.interscienceplace.org/isp/index.php/isp/article/download/642/396

RESENDE, M. et al. Mineralogia de solos brasileiros: interpretação e aplicações. 2ªed. Lavras/MG: Ed. da UFLA, 2011.

CUNHA, S. B. da.; GUERRA, A. J. T. Geomorfologia e Meio Ambiente. 1º Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

SCHUMANN, W. Guia dos minerais. São Paulo: Disal, 2008

SUGUIO, K. Geologia Sedimentar. São Paulo: Edgard Blucher, 2003

WICANDER, R & MONROE, J. S. Fundamentos de Geologia. São Paulo: Cengage, 2009.

LINK:

<https://www.embrapa.br/solos/sibcs/classificacao-de-solos>

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS

GEOGRAFIA DE ALAGOAS

Período		Carga Horária		
Noturno	8º	Teórica	Prática	Total
		30	24	54

EMENTA

A formação territorial de Alagoas. A produção do espaço geográfico de Alagoas. Aspectos de sua história. A estrutura agrária. Mobilidade espacial do trabalho. Movimentos Socioterritoriais. O quadro socioeconômico contemporâneo. Perspectivas de desenvolvimento.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALBUQUERQUE, C. F. de; CANIELLO, M. de M. Migração: a amarga vida de canavieiro do camponês do Semiárido. In: ALBUQUERQUE, C. F. de; LUSA, M. G.; SILVA, M. E. F. (Orgs).

Olhares: uma abordagem multidisciplinar sobre o Semiárido Alagoano. Maceió: Edufal, 2015.

ALMEIDA, L. S. de. Terra e pastoral em Alagoas: conflito e liberdade. Maceió: Edufal, 2014.

ALMEIDA, L. S. de; SILVA, A. H. L. da. (Orgs). Índios de Alagoas: cotidiano, terra e poder. Maceió: Edufal, 2009.

ALTAVILA, J. História da civilização das Alagoas. 5. ed. Maceió: Edufal, 1998.

ANDRADE, M. C. de. A terra e o homem no Nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 5. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

CASTELLAR, S.; VILHENA, J. Ensino de Geografia. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010.

DIEGUES, J. M. I. O bangüê nas Alagoas: traços da influência do sistema econômico do engenho de açúcar na vida e na cultura regional. Maceió: Edufal, 1980.

FERNANDES, E. N. S. A formação agrária brasileira e alagoana: breves considerações. In: SOUZA, D. et al. Questão social em Alagoas: expressões da sociabilidade erguida sob o comando do capital. Maceió: Edufal, 2016.

LIMA, I. F. Ocupação espacial do estado de Alagoas. Maceió: Catavento, 2001.

LIMA, L. G; SILVA, G. M. da; FEITOZA, G. do N. Mobilidade espacial do trabalho: redundantes do Sertão de Alagoas como parte da reprodução do capital. In: Revista Caderno de Geografia, Belo Horizonte, v. 28, n. 55, p. 1103-1121, 2018. Disponível em: <<http://periodicos.pucminas.br/index.php/geografia/article/view/17646/13839>>

LIMA, L. G.; SANTOS, F dos. No Semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas. In: Revista Nera, Presidente Prudente, ano 21, n. 21, p. 192-217, abr. 2018. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5260>>

LIRA, F. Formação da riqueza e da pobreza de Alagoas. Maceió: Edufal, 2007.

PASSINI, E. Y. Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado. São Paulo: Contexto, 2007.

PÉRICLES, C. Formação Histórica de Alagoas. Maceió: Edufal, 1982.

VIEIRA, J. L. G. et al. Quilombolas em Alagoas: as raízes africanas e o direito à demarcação dos territórios. In: Revista Cescmac, Maceió, n. 1, p. 1-18, 2013. Disponível em: <[file:///C:/Users/Usuario/Downloads/188-695-1-PB%20\(7\).pdf](file:///C:/Users/Usuario/Downloads/188-695-1-PB%20(7).pdf)>

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALMEIDA, L. S. de. Índios do Nordeste: etnia, política e história. Maceió: Edufal, 2002.

CAVALCANTI, S. B. et al. A situação do trabalhador no corte da cana de açúcar nos canaviais de Alagoas. In: Revista Cadernos de Graduação: Ciências Humanas e Sociais, Maceió, v. 2, n. 3, p. 39-56, 2015. Disponível em: <https://periodicos.set.edu.br/index.php/fitshumanas/article/view/2082>.

CHARLOT, B. Relação com o saber, formação dos professores e globalização: questões para a educação hoje. Porto Alegre, Artmed, 2005.

CPT. Tabuleiro de cana, xadrez de cativo. Documentário. Maceió, 2012. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=lgxcAn4b32Q>

LIMA, I. F. Geografia de Alagoas. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 1965.

MACHADO, F. D.; LIMA, M. C. O. História econômica de Alagoas: a indústria cloroquímica alagoana e a modernização da dependência. Maceió: Edufal, 2016.

PÉRICLES, C. Economia Popular: uma via de modernização para Alagoas. Maceió: Edufal, 2010.

SILVA, W. M. M. da. Territorialidades do uso da água ao longo do Canal do Sertão em Alagoas. 2016. 115f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS

ESTÁGIO III

Período		Carga Horária		
Noturno	8º	Teórica	Prática	Total
		30	70	100

EMENTA

Preparação, execução e avaliação de projeto de ensino/aprendizagem. Vivência direta da prática de ensino em Geografia, através da regência de classe no Ensino Médio.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CANDAUI, Vera Maria (Org.). Reinventar a escola. Petrópolis: Vozes, c2000. 259 p. ISBN

9788532623324 (broch.).
 CARLOS, Ana Fani A ((org.) ... [et al.]). A geografia na sala de aula. São Paulo: Contexto, 1999. 144 p. (Repensando o ensino) ISBN 9788572441087: (Broch.)
 CASTELLAR, Sonia; VILHENA, Jerusa. Ensino de Geografia. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010.- 161 p. (Idéias em ação.). ISBN 9788522106707 (broch.).
 DAMIANI, Amélia Luisa; PONTUSCHKA, Nídia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de ((org.)). Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. 2. ed. Contexto, c2002. 383 p. ; ISBN 8572442030 : (Broch.)
 MASETTO, Marcos T. (Marcos Tarcisio). Didática: a aula como centro. 4. ed. São Paulo: FTD, 1997. 111 p. (Coleção aprender e ensinar.). ISBN 8532211720 (broch.).
 PASSINI, Elza Yasuko. Prática de ensino de Geografia e estágio supervisionado. São Paulo: Contexto, 2007. 221p.
 REGO, Nelson; CASTROGIOVANNI, Antonio Carlos; KAERCHER, Nestor André ((org.)). Geografia: práticas pedagógicas para o ensino médio. Porto Alegre: Artmed, 2007. 148 p. ISBN 9788536309163 (broch.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CANDAU, Vera Maria (Org.). A didática em questão. 23. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2004. 2011. 128 p ISBN 853260093X (broch.).
 CARVALHO, Maria Inez. Fim de século: a escola e a geografia. 3. ed. Ijuí: UNIJUÍ, 2007. 163 p. (Ciências sociais) ISBN 9788574295923 (broch.).
 EDUFAL - ESTÁGIO supervisionado: contribuições na formação do professor de geografia. Maceió: Edufal, 2015. 235 p. ISBN 9788571778689 (broch.).
 MOREIRA, Antonio Flavio Barbosa (Org.). Currículo: questões atuais. 18.ed. Campinas: Papirus, 2011. 143 p (Magistério: formação e trabalho pedagógico.) ISBN 8530804422 (broch)
 OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de (Org). Para onde vai o ensino de geografia ? São Paulo: Contexto, 1994.. 144 p. (Repensando o Ensino .) ISBN 8585134321 (Broch.).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS

GEOGRAFIA REGIONAL DA AMÉRICA LATINA

Período		Carga Horária		
Noturno	8º	Teórica	Prática	Total
		34	20	54

EMENTA

A formação territorial: povos originários, invasão colonial e lutas pela independência. População e sua dinâmica espacial. Estrutura agrária. O processo de industrialização. Desigualdades socioespaciais. Imperialismo, ditadura e populismo. Blocos econômicos e políticos. Revoluções e resistência política: guerrilhas e mobilizações de massa. As dimensões da cultura: língua, costumes e identidade dos países.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, M. C. d. O Brasil e a América Latina. São Paulo: Contexto, 1990.
 AYERBE, L. F. A revolução cubana. São Paulo: Unesp, 2004.
 BORON, A. Estado, capitalismo e democracia na América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1994.
 FURTADO, C. A economia latino-americana: formação histórica e problemas contemporâneos. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
 GALEANO, E. H. As veias abertas da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008.
 HALPERIN DONGHI, T. História da América Latina. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.
 PRADO, M. L. A formação das nações latino-americanas. São Paulo: Atual, 1994.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ARAÚJO, G. D. S. Soberania alimentar e políticas públicas para a agricultura familiar na América Latina: o caso do Brasil e da Argentina. Revista Nera, a. 19, n. 32, 72-90, 2016.
 ARCARY, V. América Latina: dilemas da esquerda em perspectiva histórica. Revista Pegada, v. 10, n. 1, p. 147-157, 2009.
 BEZERRA, L. M. B. Cooperação internacional e a disputa do desenvolvimento no Haiti. Revista Nera, a. 19, n. 34. P. 107-118, 2016.

DRUMOND, N. A guerra da água na Bolívia: a luta do movimento popular contra a privatização de um recurso natural. Revista Nera, a. 18, n. 28, p. 186-205, 2015.

GALLUP, J. L.; GAVIRIA, A.; LORA, E. Geografia é destino? Lições da América Latina. São Paulo: UNESP, 2005.

GENNARI, E. EZLN: passos de uma rebeldia. Revista Pegada, v. 5, n. 1 e 2, p. 43-76, 2004.

LIMA, L. G. Duas décadas de TLCAN: a soberania alimentar do México sob ameaça. Revista Okara: geografia em debate, v. 11, n. 2, p. 274-285, 2017.

NEIBURG, F. Os intelectuais e invenção do peronismo: estudos de antropologia social e cultural. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1997.

NOGUEIRA, A. P. F. A luta dos movimentos sociais do campo na América Latina pelo acesso à educação: uma questão de autonomia. Revista Pegada, v. 12, n. 2, p. 95-106, 2011.

PASSINI, E. Y. Prática de ensino de geografia e estágio supervisionado. São Paulo: Contexto, 2007.

ZIMERMAN, A. Terra e conflitos na América Latina redemocratizada. Revista Brasileira de Políticas Públicas e Internacionais – RPPI, v. 1, n. 1, p. 152-188, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão	
--	--

INFORMAÇÕES BÁSICAS				
GEOGRAFIA POLÍTICA				
Período		Carga Horária		
Noturno	8º	Teórica	Prática	Total
		34	20	54
EMENTA				
Geografia Política e Geopolítica. Espaço, poder e território. Estado, Nação, Fronteiras. O papel desempenhado pelo território na organização política da sociedade humana. Os conflitos mundiais contemporâneos e a conformação dos novos territórios de poder. Nacionalismos e regionalismos no mundo contemporâneo. Leitura geopolítica de questões atuais nas escalas global, nacional, regional e local.				
BIBLIOGRAFIA BÁSICA				
ALTHUSSER, L. Aparelhos ideológicos de Estado: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado. Rio de Janeiro: 2012.				
COSTA, W. M. Geografia política e geopolítica. São Paulo: Hucitec, 1992.				
CASTRO, I. E. de. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.				
DREIFUSS, R. A. 1964: a conquista do estado, ação política, poder e golpe de classe. 7.ed. Petrópolis: Vozes, 2008.				
FOUCAULT, M. Microfísica do poder. 23. ed. Rio de Janeiro: Graal, 2007.				
LACOSTE, Y. A geografia, isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra. 12. ed. Rio de Janeiro: Papius, 2006.				
REMOND, R. Por uma história política. 2. ed. Rio de Janeiro: Ed. UFRJ, Ed. da FGV, 2003.				
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR				
ARENDDT, H.; KOHN, J. A promessa da política. 3. ed. Rio de Janeiro (RJ): DIFEL, 2010.				
ARRIGHI, G. O longo século XX: dinheiro, poder e as origens de nosso tempo. Rio de Janeiro: Contraponto; São Paulo: UNESP, 1996.				
BECKER, B. K. A geopolítica na virada do milênio: logística e desenvolvimento sustentável. In: CASTRO, I. E. de, GOMES, P. C. da C., CORRÊA, R. L. (orgs.). Geografia: Conceitos e Temas. Rio de Janeiro: Bertrand Russel, 1995. 353 p. p. 271-307.				
SANTOS, M. Economia espacial: críticas e alternativas. 2.ed. São Paulo: Edusp, 2003.				

9º PERÍODO

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS**SEMIÁRIDO BRASILEIRO**

Período		Carga Horária		
		Teórica	Prática	Total
Noturno	9º	20	16	36

EMENTA

Ecosistemas do semiárido brasileiro; Contradições das políticas de combate à seca: DNOCS, Frentes de Emergência e Megaobras hídricas; Desertificação; Coronelismo; Estrutura fundiária e conflitos por terra e água; Povos tradicionais do semiárido; Políticas de Convivência com a seca: sementes crioulas e tecnologias sociais; Movimentos Sociais do semiárido brasileiro; A participação do semiárido na divisão territorial do trabalho e da produção no Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

AB'SABER, A. N. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. Cotia: Ateliê, 2003.
 ANDRADE, M. C. D. A terra e o homem no nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2005.
 CUNHA, E. da. Os Sertões. Maceió: Cepal, 2010.
 LEAL, V. N. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997.
 MALVEZZI, R. Semi-árido: uma visão holística. Brasília: Confea, 2007. Disponível em: <<http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/semi%20arido.pdf>>
 SILVA, R. M. A. D. Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido: políticas públicas e transição paradigmática. In: Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 38, n. 3, p. 466-485, 2007.
 VILLA, M. A. Vida e morte no sertão: história das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ALOUFA, M. A. I; MEDEIROS, J. A. D. Valorização e preservação da faveleira (*C. quercifolius*) para o desenvolvimento sustentável do semiárido brasileiro. Revista Okara: geografia em debate, João Pessoa, v. 10, n. 3, p. 453-476, 2016.
 FUNARI, J. N.; PEREIRA, M. C. D. B. Caminhos das águas no Sertão do Pajeú: contribuições e lutas das mulheres camponesas na construção de uma convivência transformadora com o semiárido brasileiro. Revista Pegada, Presidente Prudente, v. 18, n. 3, p. 124-152, 2017.
 LIMA, L. G. Despindo o estratagema das políticas de desenvolvimento territorial no Alto Sertão Sergipano: o (des)mascaramento da territorialização do capital por meio da sociabilidade reificante. 2010. Dissertação (Mestrado em Geografia), Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão. Disponível em: <<https://ri.ufs.br/handle/riufs/5622>>
 LIMA, L. G; SANTOS, F. D. No Semiárido de Alagoas, a resistência germina na terra: a luta territorial em defesa das sementes crioulas. Revista Nera, Presidente Prudente, a. 21, n. 41, - 192-217, 2018.
 MOREIRA, E. D. R. F. et al. A luta por água no estado da Paraíba: contradições e conflitos. Revista Nera, Presidente Prudente, a. 19, v. 34, p. 61-81, 2016.
 RIGOTTO, R. M. et al. Perímetros irrigados e direitos violados no Ceará e Rio Grande do Norte: “Por que a água chega e a gente tem que sair?”. Revista Pegada, Presidente Prudente, v. 17, n. 2, p. 122-144, 2016.
 SOUZA, R. A. D. D. O Estado e a parceria público-privada no espaço rural. Revista Pegada, Presidente Prudente, v. 16, n. 2, p. 136-153, 2015.
 TRAVASSOS, I. S; SOUZA, B. I. D; SILVA, A. B. D. Secas, desertificação e políticas públicas no semiárido nordestino brasileiro. Revista Okara: geografia em debate, João Pessoa, v. 7, n. 1, p. 147-164, 2013.
 TROILO, G; ARAÚJO, M. N. R. D. O papel da juventude camponesa na construção de economias de resistência no semiárido nordestino. Revista Nera, Presidente Prudente, a. 19, v. 34, p. 144-156, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

--	--

INFORMAÇÕES BÁSICAS			
ESTÁGIO IV			
Período		Carga Horária	
Noturno	9º	Teórica	Prática
		30	70
		Total	
		100	
EMENTA			
Ação-reflexão-ação sobre projetos pedagógicos desenvolvidos em movimento sociais. Análise do processo de ação pedagógica. Planejamento e avaliação de projetos desenvolvidos no âmbito de instituições escolares da EJA ou em movimentos sociais. Vivência de atividades pedagógicas no local do estágio.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
FREIRE, P. Educação e mudança. 2ª.ed. São Paulo: Paz e Terra, 2011. GANDIN, D. A prática do planejamento participativo: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. 18ª ed. Petrópolis: Vozes, 2011. GOMES NETO, J. B. F. Educação rural: lições do edurural. São Paulo: Edusp, 1994. MELO, A. A. S. de; PRADO, E. C. do (Orgs). Educação, história, política e educação de jovens e adultos. Maceió: EDUFAL, 2012. PASSINI, E.; PASSINI, R.; MALVSZ, S. T. Prática de ensino de Geografia e estágio supervisionado. São Paulo: Contexto, 2007.			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
CASTELLAR, S; VILHENA, J. Ensino de Geografia. São Paulo: CENGAGE Learning, 2010 DAMIANI, A. L; PONTUSCHKA, N. N; OLIVEIRA, A. U. de (Orgs). Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. 2ª. ed. São Paulo: Contexto, 2002. MORAN, Jose Manoel. A educação que desejamos: novos desafios e como chegar lá . 5ª. ed. Campinas, SP: Papirus, 2012. VERÇOSA, E. de G.; CARVALHO, C. P. de. Cultura e educação nas Alagoas: história, histórias. 4ª. ed. Maceió EDUFAL, 2006. WEISZ, T. O diálogo entre o ensino e a aprendizagem. 2ª. ed. São Paulo: Ática, 2009			

5.2 Disciplinas Eletivas de Conteúdo Específico

EMENTAS: DISCIPLINAS ELETIVAS

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão DISCIPLINAS ELETIVAS	
---	--

INFORMAÇÕES BÁSICAS			
GEOMORFOLOGIA DO SEMIÁRIDO			
Período		Carga Horária	
Noturno	o	Teórica	Prática
		20	16
		Total	
		36	
EMENTA			
O meio morfoclimático e as regiões secas na superfície do globo. Os processos morfogenéticos das regiões secas. Feições geomórficas do domínio morfoclimático semiárido do Nordeste brasileiro. Processos pretéritos e atuais responsáveis pela gênese do modelado.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
AB'SABER, A. N. Os Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003. CHRISTOFOLETTI, A. Geomorfologia. 1ª Ed. Edgard Blucher, 1980. CUNHA, S. B. da.; GUERRA, A. J. T. Geomorfologia e Meio Ambiente. 1º Ed. Bertrand Brasil, 1996			

FLORENZANO, T. G. Geomorfologia: Conceitos e técnicas atuais. 1º Ed. Oficina de Textos, 2008.
 JATOBÁS, L.; LINS, R. C. Introdução à geomorfologia. 5ª Ed. Recife, Bagaço.
 TRICART, J. Ecodinâmica. Rio de Janeiro: IBGE, 1977.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

AB'SABER, A. N. Brasil, paisagens de exceção. São Paulo: Ateliê Editorial, 2006.
 GUERRA, A. J. T.; CUNHA, S. B. Geomorfologia: uma Atualização de Conceitos e Bases. Rio de Janeiro: Bertrand, 1995.
 ROSS, J. L. S. (org). Geografia do Brasil. São Paulo: EDUSP, 1996.
 ROSS, J. L. S. Ecogeografia do Brasil: subsídios para o planejamento ambiental. São Paulo: Oficina de Textos, 2006.
 SUGUIO, K. Geologia do Quaternário e Mudanças Ambientais. São Paulo: Paulo's, 2001.
 TEIXEIRA, W. Decifrando a Terra. 2º Ed. IBEP Nacional, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS

Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS

GEOMORFOLOGIA DO QUATERNÁRIO

Período		Carga Horária		
		Teórica	Prática	Total
Noturno	o	30	24	54

EMENTA

Geomorfologia do Quaternário: histórico, características e aplicações. Cronologia e os desafios metodológicos do Quaternário. Mudanças e flutuações paleoclimáticas do Quaternário no mundo e no Brasil. Registros sedimentológicos e geomorfológicos das mudanças e flutuações climáticas do Quaternário. Quaternário do Nordeste brasileiro.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CORRÊA, A. C. B. & MENDES, I. A. O problema das superfícies de erosão: novas abordagens conceituais e metodológicas. Revista de Geografia, v. 19, n. 2, p. 17-28, 2002.
 CORRÊA, A. C. B. História geomorfológica dos compartimentos elevados do Planalto da Borborema, NE do Brasil: a perspectiva da etchplanação. Revista de Geografia, v. 20, n. 1, p. 16-24, 2003.
 CORRÊA, A. C. de B.; SILVA, D. G. da. e MELO, J. S. Utilização dos depósitos de encostas dos brejos pernambucanos como marcadores paleoclimáticos do quaternário tardio no semi-árido nordestino. Mercator, Fortaleza, CE, v. 7, n. 14, p. 99-125, 2008.
 MOURA, J. R. da S. Geomorfologia do Quaternário. In: Geomorfologia: uma atualização de bases e conceitos. GUERRA, A. J. T e CUNHA, S. B. da (Orgs). 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998/2003. p. 335-364.
 MOURA, J. R. da S. e SILVA, T. M. da. Complexo de rampas de colúvio. In: CUNHA, S. B. de; GUERRA, A. J. T. (Org.). Geomorfologia do Brasil. 7. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011. p: 144-180.
 SUGUIO, KENITIRO; SUZUKI, UKO. A evolução geológica da terra e a fragilidade da vida. 2. ed. São Paulo: Blücher, 2010. xi, 152 p.
 SUGUIO, K. Geologia do Quaternário e mudanças ambientais – passado + presente = futuro?. São Paulo, Paulo's Comunicações e Artes Gráficas, 1999. 366p.
 SUGUIO, K. Geologia Sedimentar. São Paulo: Edgard Blucher, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BEZERRA, F. H. R.; BRITO NEVES, B. B.; CORRÊA, A. C. B., BARRETO, A. M. F.; SUGUIO, K. Late Pleistocene tectonic-geomorphological development within a passive margin - The Cariata trough, northeastern Brazil. Geomorphology, v.97.p.555-582. 2008.
 CAMARGO FILHO, M. & BIGARELLA, J. J. Correlação de parâmetros estatísticos de sedimentos de vertentes, rampas de colúvio-alúvio e terraço de várzea da bacia do Bananas – Guarapuava – PR. Geosul, v. 14, p. 438-442, 1998
 CUNHA, S. B. da.; GUERRA, A. J. T. Geomorfologia e Meio Ambiente. 1º Ed. Bertrand Brasil, 1996
 FERREIRA, B.; CORRÊA, A. C. B.; BARRETO, A. M. F. Depósitos eólicos inativos do sub-médio São Francisco, evidências de atividade eólica durante o Pleistoceno, Pernambuco, nordeste do Brasil. Sociedade & Natureza, Uberlândia, v. 25, n. 2, p. 363-378, 2013.

MAIA, R. P.; BEZERRA, F. H. R.; CLAUDINO-SALES, V. Geomorfologia do Nordeste: concepções clássicas e atuais acerca das superfícies de aplainamento nordestinas. Revista de Geografia. Recife: UFPE – DCG/NAPA, v. especial VIII SINAGEO, n. 1, 2010
 NUNES, J. O. R.; ROCHA, P. C. (Orgs). Geomorfologia: aplicação e metodologia. São Paulo: Expressão Popular/UNESP, 2008.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS

TÓPICOS ESPECIAIS EM GEOGRAFIA FÍSICA

Período		Carga Horária		
		Teórica	Prática	Total
Noturno	o	26	10	36

EMENTA

Epistemologia da Geografia Física e seus desdobramentos. Paisagem, tipologias de áreas, mensuração de processos físicos. Cartografia da paisagem e a abordagem geossistêmica. Ensino de Geografia física.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CARDOSO, C; OLIVEIRA, L. D. de. (Orgs) Aprendendo geografia: reflexões teóricas e experiências de ensino na UFRRJ. Seropédica, RJ: Ed. Da UFRRJ, 2012. 180 p. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/250309768_Geografia_Fisica_Reflexoes_sobre_o_seu_ensino.

CAVALCANTI, L. C. de S. e CORRÊA, A. C. de B. Geossistemas e Geografia no Brasil. Rio de Janeiro, v. 61, n. 2, p. 3-33, jul./dez. 2016. Disponível em: <https://rbg.ibge.gov.br/index.php/rbg/article/view/82>

CAVALCANTI, L. C. de S. Cartografia de paisagens. São Paulo: Oficina de textos, 2014.

CORRÊA, A. C. B. Geografia Física: uma pequena revisão dos seus enfoques. RIOS. n.1, p. 170-180, 2005. Disponível em: <http://www.cchla.ufrn.br/geoesp/arquivos/artigos/ArtigoTeoriaGeografiaFisica.pdf>

SILVA, E. V. da. Geografia física, geoecologia da paisagem e educação ambiental aplicada: interações interdisciplinares na gestão territorial. Revista Geonorte, Edição Especial, V.4, N.4, p.175-183, 2012.

SUERTEGARAY, D. M. A.; NUNES, J. O. R. A Natureza da Geografia Física na Geografia. Terra Livre. n. 17, p.11-24, 2001. Disponível em: <http://www.agb.org.br/publicacoes/index.php/terralivre/article/view/337/319>

TROPMAIR, H. e GALINA, M. H. Geossistemas. Revista de Geografia da UFC (Mercator), ano 05, n. 10, p 79-89, 2006

VITTE, A. C. O desenvolvimento do conceito de paisagem e a sua inserção na geografia física. Revista de Geografia da UFC (Mercator), ano 06, n. 11, p 71-78, 2007

VITTE, A. C.; GUERRA, A. J. T. Reflexões sobre a Geografia Física no Brasil. São Paulo: Bertrand Brasil, 2004.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

SOUZA, M. de; MARIANO, Z. de F. Geografia física e a questão ambiental no Brasil. GEOUSP, n. 23, p. 77 - 98, 2008.

COLANGELO, A. C. Geografia Física, Pesquisa e Ciência Geográfica. GEOUSP. n.16, p.09-16, 2004. Disponível em: <http://www.geografia.fflch.usp.br/publicacoes/Geosp/Geosp16/Artigo1f.pdf>

NASCIMENTO, F. R.; SAMPAIO, J. L. Geografia Física, Geossistemas e Estudos Integrados da paisagem. Revista da Casa da Geografia de Sobral. V. 6/7, n.1, p. 167-179, 2004/2005.

VITTE, A. C. Influências da filosofia kantiana na gênese da geografia física. Revista de Geografia da UFC (Mercator), ano 07, n. 14, p.57-66, 2008

SUERTEGARAY, D. M. A geografia física e geografia humana: uma questão de método, um ensaio a partir da pesquisa sobre arenização. GEOgraphia. v. 12, n. 23, p. 8-29, 2010

LINKS – disponíveis no <http://cartadepaisagem.blogspot.com.br/p/paisagem.html>
 A Cartografia das Unidades de Paisagem: Questões Metodológica - Marcelo Martinelli
 Paisagem e Geografia Física Global: Esboço Metodológico - Georges Bertrand
 Paisagens do Semiárido do Nordeste Brasileiro - Antonio Carlos de Barros Corrêa
 As Unidades de Paisagem como uma Categoria de Análise Geográfica - Raul Reis Amorim, Regina Célia

de Oliveira.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS

EDUCAÇÃO DO SEMIÁRIDO

Período	o	Carga Horária		
		Teórica	Prática	Total
Noturno		20	16	36

EMENTA

Semiário: definições e contradições; Estado e as políticas públicas educacionais no Semiárido; Educação do/no campo; Educação e movimentos sociais no/do Semiárido; Educação para a convivência com o semiárido.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANDRADE, Jailton dos Santos; FERNANDES, Sílvia Aparecida de Sousa. A importância da educação contextualizada para o desenvolvimento do semiárido. In: Revista Nera, Presidente Prudente, ano 19. n. 34, 157-178, 2016.

AZEVEDO, Janete Maria Lins de. A educação como política pública. Campinas: Autores Associados, 2008.

DUARTE, Ana Paula Mendes; CARNEIRO, Vera Maria Oliveira. (Org.). Contribuições para a construção de um currículo contextualizado para o semiárido. Feira de Santana: Movimento de Organização Comunitária, 2013.

GOHN, Maria da Glória. Movimentos sociais na contemporaneidade. In: Revista Brasileira de Educação, Rio de Janeiro, v. 16, n. 47, p. 333-361, ago. 2011.

MALVEZZI, Roberto. Semi-árido: uma visão holística. Brasília: Confea, 2007. Disponível em: <<http://www2.ufersa.edu.br/portal/view/uploads/setores/241/semi%20arido.pdf>>

MATOS, Beatriz Helena Oliveira de Mello. Educação do campo e práticas educativas de convivência com o semiárido: a escola família agrícola Dom Fragoso. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2011.

SANTOS, Claudio Felix dos; ALMEIDA, Cassiana Mendes; BARRETO, Mirla Oliveira. (Org.). A educação escolar no Semiárido Brasileiro: crítica ao princípio da convivência e do desenvolvimento sustentável na formação humana. In: Revista FACEVV, Vila Velha, n. 6, 17-30, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. O que é Educação. São Paulo, Brasiliense, 2007.

CALDART, Roseli Saleti. Educação do campo: notas para uma análise de percurso. In: Revista trabalho, educação e sociedade, Rio de Janeiro, v. 7, n.1, p. 35-64, jun. 2009.

ERIBERTO, José Lessa de Moura; LIMA, Marcos Ricardo de. Educação e semiárido: expressões do desenvolvimento tardio de Alagoas. In: 'Questão social' em Alagoas: expressões da sociabilidade erguidas sob o comando do capital. SOUZA, Diego et al. Maceió: Edufal, 2016.

LIMA, Lucas Gama. Despindo o estratagema das políticas de desenvolvimento territorial no Alto Serão Sergipano: o (des)mascaramento da territorialização do capital por meio da sociabilidade reificante. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012.

MACÊDO, Maria do Socorro Barbosa. A cor do invisível: o movimento de discurso no/sobre o semiárido no espaço escolar sertanejo alagoano. 2011. 129f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2011.

MAGALHÃES, Belmira Rita da Costa; BERTOLDO, Maria Edna de Lima. (Org.). Trabalho, educação e formação humana. Maceió: EDUFAL; PPGE/CEDU, 2005.

MARQUES, Leônidas de Santana. As comunidades de fundo de pasto e o processo de formação de terras de uso comum no Semiárido Brasileiro. In: Revista Sociedade e Natureza, Uberlândia, n. 28, p. 347-359, dez. 2016.

MÉSZÁROS, István. A educação para além do capital. São Paulo: Boitempo, 2008.

MOREIRA NETO, Mariana. Outro Sertão: fronteiras da convivência com o semiárido. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2013.

PERES, Marcos Augusto de Castro. Velhice e Analfabetismo, uma relação paradoxal: a exclusão educacional em contextos rurais da região Nordeste. In: Revista Sociedade e Estado, Brasília, v. 26, n. 3, 2011.

ROSAR, Maria de Fátima Felix. Educação e Movimentos Sociais: Avanços e Recuos Entre o Século XX

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS

PLANEJAMENTO E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Período		Carga Horária		
Noturno	o	Teórica	Prática	Total
		30	24	54

EMENTA

Poder político e organização territorial. Modernização tecnológica e reestruturação do território. As grandes corporações e a gestão do território. Ação política e aspectos éticos e metodológicos sobre a intervenção na realidade social e ambiental nas esferas pública e privada.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, F. G. de. Ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.
CASTRO, I. E. de. Geografia e política: território, escalas de ação e instituições, Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005.
HARVEY, D. O novo imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.
ORTEGA, A. C. Território, políticas públicas e estratégias de desenvolvimento. Campinas: Alínea, 2007.
SANTOS, M; BECKER, B. Território, territórios: ensaios sobre o ordenamento territorial. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

CASTRO, I. E. de. Brasil: questões atuais da reorganização do território. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
FERNANDES, B. M. Entrando nos territórios do Território. In: PAULINO, E. T.; FABRINI, J. E. (Orgs). Campesinato e territórios em disputa. São Paulo: Expressão Popular, 2008. Disponível em: <<http://www2.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo/BIBLIOGRAFIA%20DISCIPLINAS%20POSGRADUACAO/BERNARDO%20MANCANO%20FERNANDES/campesinato.pdf>>.
MORAES, A. C. R. Bases da formação Territorial do Brasil. São Paulo: Hucitec, 2000.
SANTOS, M; SILVEIRA, M. L. Brasil território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2008.
SAQUET, M. A. Abordagens e concepções de Território. São Paulo: expressão popular, 2007.
SAQUET, M. A.; SOUZA, E. B. C. de. Leituras do conceito de território e de processos espaciais. São Paulo: expressão popular, 2009.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS

GEOGRAFIA DO CAMPESINATO E DOS MOVIMENTOS SOCIOTERRITORIAIS

Período		Carga Horária		
Noturno	o	Teórica	Prática	Total
		30	24	54

EMENTA

Gênese do campesinato e dos movimentos socioterritoriais no Brasil. Vertentes teóricas do campesinato e dos movimentos socioterritoriais. Produção camponesa e relações sociais de produção no campo. Processos e formas do campesinato e dos movimentos socioterritoriais no espaço agrário brasileiro. Agronegócio X Campesinato X Agricultura Familiar. Políticas públicas de reforma agrária e Movimentos socioterritoriais no campo brasileiro. Território, territorialidades, Conflitos, Resistências e Identidades camponesas em Alagoas. Elaboração de material didático a partir dos trabalhos de campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007. 294 p.

ANDRADE, M. C. D. A terra e o homem no nordeste: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. São Paulo: Cortez, 2005.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do oprimido. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1970.

GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 255 p.

GEOGRAFIA agrária, território e desenvolvimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 254 p.

MORAES, Antonio Carlos Robert. Bases da formação territorial do Brasil: o território colonial brasileiro no "longo" século XVI.. São Paulo: Hucitec, 2000. 431p.

SILVA, José Graziano da. O que é questão agrária. São Paulo: Brasiliense, 1980. 109 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. 4. ed. Porto Alegre: Globo, 2008.. 929 p.

FERLINI, Vera Lucia Amaral. Açúcar e colonização. São Paulo: Alameda, 2010. 267p.

FURTADO, Celso. Formação econômica do Brasil. 34. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2007. 351 p.

PRADO JÚNIOR, Caio. Formação do Brasil contemporâneo: colônia. São Paulo: Companhia das Letras, c 2011. 446 p.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS

HISTÓRIA GERAL E FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

Período	o	Carga Horária		
		Teórica	Prática	Total
Noturno		54	-	54

EMENTA

Estudo de elementos teóricos, historiográficos e temáticos concernentes à história geral e formação econômica do Brasil.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

FURTADO, C. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

OLIVEIRA, F. de. Elegia para uma re(li)gião. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PRADO JUNIOR, C. História Econômica do Brasil. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1984.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

IANNI, O. Estado e planejamento econômico no Brasil: 1930 a 1970. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1971.

MARINI, R. M. Dialética da dependência: uma antologia da obra de Ruy Mauro Marini. Petrópolis: Vozes; Buenos Aires: CLACSO, 2000.

REGO, J. M.; MARQUES, R. M. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Saraiva, 2011.

SODRE, N. W. História militar do Brasil. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

VERÍSSIMO, J. História da literatura brasileira: de Bento Teixeira (1601) a Machado de Assis (1908). Rio de Janeiro: J. Olympio, 1969.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS

GEOGRAFIA CULTURAL

Período	o	Carga Horária		
		Teórica	Prática	Total
Noturno		30	24	54

EMENTA

Conceitos e temas da Geografia Cultural. Gênese e Evolução da Geografia Cultural. Geografia Cultural, o Urbano e o Rural. Geografia da Religião. Geografia Cultural, poder e Território. Espaços local e global no mundo contemporâneo. Ensino de Geografia Cultural.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

CORRÊA, R. L.. Introdução à Geografia Cultural. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010.
 ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L. (org.). Espaço e Cultura. Rio de Janeiro: Eduerj, 2008.
 ROSENDAHL, Z; CORRÊA, R. L. (org.). Espaço e Religião. Rio de Janeiro: Eduerj, 2002.
 CORRÊA, R. L. et ROSENDAHL, Z. (org.). Manifestações da Cultura no Espaço. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999.
 ALMEIDA, M. G. de et RATTTS, Alecsandro JP. Geografia: Leituras Culturais. Goiânia: Alternativa, 2003.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GOMES, Paulo César da Costa. Geografia e Modernidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.
 BARRIOS, Angel-B Espina. Manual De Antropologia Cultural. Recife: Massangana, 2005.
 ROSAS, Suzana Cavani. Os Sertões: Espaços, tempos, movimentos. Recife, UFPE, 2010.
 FREYRE, G. Nordeste. São Paulo: Global Editora, 2004.
 CLAVAL, Paul. A Geografia Cultural. Florianópolis: Edusc, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS

A GEOGRAFIA DOS GRANDES PROJETOS DE DESENVOLVIMENTO

Período		Carga Horária		
Noturno	o	Teórica	Prática	Total
		20	16	36

EMENTA

Abordagens do desenvolvimento. Políticas Públicas de Desenvolvimento Rural no Brasil. Território e Desenvolvimento. Novas Configurações do Espaço Agrário Brasileiro. Projetos de Desenvolvimento no espaço agrário da América Latina, Brasil e Nordeste. Impactos Socioambientais e Territoriais. Processos e Formas de Conflitos, Resistências e Territorialidades. Elaboração de material didático a partir dos trabalhos de campo.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ABRAMOVAY, Ricardo. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. 3. ed. São Paulo: UNESP, 2007. 294 p.
 GUIMARÃES, Alberto Passos. Quatro séculos de latifúndio. 6. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989. 255 p.
 GEOGRAFIA agrária, território e desenvolvimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 254 p.
 SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) Epistemologias do Sul. São. Paulo; Editora Cortez. 2010. Disponível em <http://cvc.instituto-camoes.pt/conhecer/biblioteca-digital-camoes/pensamento-e-ciencia/2106-2106/file.html>
 GEOGRAFIA agrária, território e desenvolvimento. São Paulo: Expressão Popular, 2010. 254 p.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

GÓMEZ, J. R. M. Desenvolvimento em desconstrução: narrativas escalares sobre desenvolvimento territorial rural. Disponível em https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/105042/montenegrogomez_jr_dr_prud.pdf?sequence=1&isAllowed=y
 MIGNOLO, Walter. A colonialidade de cabo a rabo: o hemisfério ocidental no horizonte conceitual da modernidade. Disponível em http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624094657/6_Mignolo.pdf
 QUIJANO, Anibal. Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina Disponível em http://biblioteca.clacso.edu.ar/clacso/sur-sur/20100624103322/12_QUIJANO.pdf
 VASCONCELOS, F. M. T; OLIVEIRA, M. A. C. F. Grandes projetos, sujeitos sociais e conflitos: metodologias e experiências de pesquisa em geografia. In: Saberes Compartilhados: múltiplos olhares na contemporaneidade/Francisca Maria N GRANDES PROJETOS, SUJEITOS SOCIAIS E CONFLITOS:

metodologias e experiências de pesquisa em Geografia
 Eta; José Adelson Lopes Peixoto. Recife: Libertas, 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS
GEOGRAFIA DO TURISMO

Período		Carga Horária		
		Teórica	Prática	Total
Noturno	o	30	24	54

EMENTA

Estudo dos componentes da demanda e da oferta turística. Compreensão das relações entre as regiões emissoras, os espaços de deslocamento e as destinações turísticas. Estudo do turismo como instrumento de desenvolvimento. Análise da noção de turistificação do espaço. Estudo dos impactos ambientais do turismo. O sentido pedagógico da prática turística em relação ao espaço geográfico.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

BARROS, N. C. C. de. Manual de geografia do turismo: meio ambiente, cultura e paisagens. Recife: UFPE, s.d.
 CRUZ, R. C. A. da. Política de turismo e território. São Paulo: Contexto, 2000.
 CRUZ, R. C. A. da. Introdução à geografia do turismo. 2.ed. São Paulo: Roca, 2003.
 PEARCE, D.G. Geografia do turismo: fluxos e regiões no mercado de viagens. São Paulo: Aleph, 2003.
 RODRIGUES, A. A. B. Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar. São Paulo: Hucitec, 1997.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

RUSCHMANN, D. Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente. São Paulo: Papirus, 1997.
 BARRETO, M. Manual de iniciação ao estudo do turismo. Campinas: Papirus, 1995.
 CARLOS, A. F. A.; CRUZ, R. C. A. (Orgs.). Turismo: espaço, paisagem e cultura. São Paulo: Hucitec, 1996.
 LAGE, B. H. G.; MILONE, P. C. Turismo: teoria e prática. São Paulo: Atlas, 2000.
 RODRIGUES, A. B. Turismo e Geografia. São Paulo: Hucitec, 2001.
 MORAES, C. M. dos S. et al. Turismo pedagógico. Rio de Janeiro: Cederj, 2016.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
 Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão

INFORMAÇÕES BÁSICAS
CARTOGRAFIA ESCOLAR

Período		Carga Horária		
		Teórica	Prática	Total
Noturno	o	20	16	36

EMENTA

Conceitos, temas e práticas da Cartografia Escolar, problematizando suas implicações na formação na Educação Básica, de modo a fazê-los perceber as variações desta área pela constituição de deveres possíveis ao pensamento geográfico, atravessados pela criação de outras cartografias.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ALMEIDA, Rosângela Doin de (Org.). Cartografia escolar. São Paulo: Contexto, 2007.. 224 p. ISBN 9788572443746 (broch.).
 ALMEIDA, Rosângela Doin de (Org.). NOVOS rumos da cartografia escolar: currículo, linguagem e tecnologia. São Paulo: Contexto, c 2011. 192 p. ISBN 9788572446389 (broch.).
 DAMIANI, Amélia Luisa; PONTUSCHKA, Nidia Nacib; OLIVEIRA, Arioaldo Umbelino de ((org.)). Geografia em perspectiva: ensino e pesquisa. 2. ed. Contexto, c 2002. 383 p. ; ISBN 8572442030:

(Broch.).
 GERALDI, Corinta Maria Grisolia ((org.)). Cartografias do trabalho docente: professor(a)-pesquisador(a). Campinas: Mercado de Letras, 1998.. 335 p. (Leituras no Brasil) ISBN 8585725346 (broch.).
 MARTINELLI, Marcello. Mapas da geografia e cartografia temática. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2011.. 142 p. ISBN 9788572442183 (broch.).
 NOGUEIRA, Ruth E. Cartografia: representação, comunicação e visualização de dados espaciais. 3. ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2009. 327p. ISBN 9788532804730 (broch.).
 PASSINI, Elza Yasuko. Alfabetização cartográfica e a aprendizagem de geografia. São Paulo: Cortez, 2012. 215 p. ISBN 9788524919077 (broch.).
 SOUZA, José Gilberto de. Geografia e conhecimento cartográficos: cartografia no movimento de renovação da geografia brasileira e a importância do uso de mapas. São Paulo: UNESP, 2001. 162 p. ISBN 8571393524 (broch.).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

BLACK, Jeremy Black. Mapas e história: construindo imagens do passado. Bauru: EDUSC, 2005 423 p. (História) ISBN 8574602523: (Broch.).
 FITZ, Paulo Roberto. Cartografia básica. São Paulo: Oficina de Textos, c2008.. 143 p. ISBN 9788586238765 (broch.).
 JOLY, Fernand. A cartografia. 14.ed. São Paulo, SP: Papirus, 2011. 112 p. ISBN 8530801156 (broch.). Classificação: 528.9
 LUDKE, Menga; ANDRÉ, Marli E. D. A. (Marli Elisa Dalmaz de). Pesquisa em educação: abordagens qualitativas. São Paulo, SP: EPU, c1986.. 99 p. (Temas básicos de educação e ensino ISBN 8512303700 (broch.).
 MENEZES, Paulo Marcio Leal de; FERNANDES, Manoel do Couto. Roteiro de cartografia. São Paulo, SP: Oficina de Textos, 2013. 288 p. ISBN 9788579750847 : (broch.).
 ZUQUETTE, Lázaro Valentin; GANDOLFI, N. Cartografia geotécnica. São Paulo: Oficina de Textos, c2004. 190 p. ISBN 8586238384 : (broch.).

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS			
Coordenação do Curso de Geografia – Campus do Sertão			
INFORMAÇÕES BÁSICAS			
ANÁLISE E AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS - AIA			
Período	Carga Horária		
Noturno	Teórica	Prática	Total
	30	24	54
EMENTA			
Compreensão do surgimento e desenvolvimento da questão ambiental. Estudo da relação das sociedades humanas com a natureza. Análise das implicações espaciais dos problemas ambientais. Compreensão das instituições de gestão ambiental. Estudo das abordagens teóricas e técnico-científicas de análise ambiental. Legislação ambiental.			
BIBLIOGRAFIA BÁSICA			
ACIESP. Glossário de ecologia. São Paulo: ACIESP, 1987. ALMEIDA, J. R. de (Coord.). Planejamento ambiental: caminho para participação popular e gestão ambiental para nosso futuro comum, uma necessidade, um desafio. Rio de Janeiro: Thex, 1993. BECKER, B.K. et al. (Orgs.). Geografia e meio ambiente no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1995. TORNISIELO-TAUK, Sâmia Maria e Outros. Análise Ambiental - Estratégias e Ações. Rio de Janeiro, Ed. T. A Queiroz Ltda. 1995..			
BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR			
CUNHA, S. B. da ; J. T. GUERRA. (Orgs.). Avaliação e perícia ambiental. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2000 GUERRA, A. J. T. e CUNHA, S. B. (Orgs). Impactos ambientais urbanos no Brasil. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2001. IAP. Manual de avaliação de impacto ambiental. (MAIA) Convênio de Cooperação Técnica Brasil-Alemanha (Instituto Ambiental do Paraná - GTZ). TORNISIELO-TAUK, Sâmia Maria e Outros. Análise Ambiental - Estratégias e Ações. Rio de Janeiro,			

6 TECNOLOGIAS DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC

A implantação de plataforma de ensino e a capacitação dos docentes da UFAL para o uso das ferramentas da Tecnologia da Informação e da Comunicação têm sido pontos estruturantes para a transformação das aulas tradicionais, levando a universidade para um novo patamar de interação e facilitando a acessibilidade e a melhor integração de docentes e discentes às atividades acadêmicas.

Para essa consolidação a UFAL está se comprometendo com duas ações básicas preponderantes: a) a substituição dos seus sistemas informatizados acadêmicos e administrativos; b) reestruturação da rede lógica, em especial o aumento de velocidade e o alcance da rede, permitindo salas de aula verdadeiramente eletrônicas. Está, portanto, atenta a novas tendências e desafios para a sociedade em um mundo contemporâneo e buscando sempre novas práticas pedagógicas.

As ferramentas de Tecnologia da Informação e da Comunicação estão disponibilizadas por meio de Ambientes Virtuais de Aprendizagem, a Plataforma Moodle, para aulas na modalidade a Distância e ou semipresenciais não ultrapassando os 20% (vinte por cento) da carga horária total do curso, conforme orienta a Portaria MEC Nº 4.059, de 10 de dezembro de 2004.

O Ambiente Virtual de Aprendizagem, apresenta materiais, recursos e tecnologias apropriadas que permitem desenvolver tanto a cooperação entre tutores, discentes e docentes, quanto a reflexão sobre o conteúdo das disciplinas. Além disso, também proporciona a acessibilidade metodológica, instrumental e comunicacional. O AVA passa por avaliações periódicas devidamente documentadas, que resultam em ações para sua melhoria.

O uso das TICs, por parte dos estudantes com necessidades educacionais favorece não só o aprendizado, mas a participação, com autonomia, na vida acadêmica. Assim, a UFAL possui o Núcleo de Assistência Educacional – NAE – visando promover e facilitar a acessibilidade pedagógica, metodológica de informação e comunicação conforme previstas na Política de Acessibilidade. Desta forma, os docentes são incentivados a buscar junto a esses núcleos orientações sobre o uso devido dessas tecnologias.

7 AVALIAÇÃO NO CONTEXTO INSTITUCIONAL

A avaliação conforme concebida no Projeto Pedagógico Institucional – PPI – é um fator de gestão no sentido de possibilitar correções, reorientar práticas pedagógicas, refletir sobre os projetos pedagógicos, delimitar os obstáculos administrativos e se processa no âmbito do curso pelo acompanhamento do Projeto Pedagógico e pela avaliação do processo ensino/aprendizagem. Deste modo, ela se explicita, de forma clara e objetiva, no Projeto Pedagógico de Curso que, deverá prever tempo amplo para o processo de sua auto-avaliação pedagógica.

A avaliação é um mecanismo que contribui para as respostas dadas às demandas da sociedade e da comunidade científica e deve ser entendida como um processo amplo e participativo, respeitando os critérios estabelecidos no regulamento geral dos cursos de graduação.

Ela transcende a concepção de avaliação da aprendizagem e deve ser integrada ao PPC como dado que interfira consistentemente na ação pedagógica do curso, de maneira que garanta a flexibilização curricular e que permita a adequação do desenvolvimento acadêmico à realidade na qual se insere a UFAL. A avaliação requer, portanto, por parte de todos os atores envolvidos com o processo educacional, uma permanente aferição avaliativa do Projeto Pedagógico em relação aos fins pré-constituídos, às metas e às ações definidas. Assim, a avaliação deve ser percebida como movimento de reflexão sobre os constitutivos do processo de ensino-aprendizagem, do plano político-pedagógico e das atividades curriculares.

7.1 Procedimentos de avaliação no processo de ensino-aprendizagem

A avaliação do processo ensino-aprendizagem insere-se na própria dinâmica curricular. A avaliação é, portanto, uma atitude de responsabilidade da instituição, dos professores e dos alunos acerca do processo formativo. A avaliação que aqui se propõe não é uma atividade puramente técnica, ela deve ser processual e formativa; e, manter coerência com todos os aspectos do planejamento e execução do Projeto Pedagógico do Curso.

A avaliação da aprendizagem considera os aspectos legais determinados na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN) no que concerne à aferição quantitativa do percentual de 75% de presença às atividades de ensino previstas pela carga horária de cada disciplina e no total da carga horária do curso e qualitativa em relação ao total de pontos obtidos pelo aluno em cada disciplina.

No plano interno, a avaliação da aprendizagem atende ao Art. 9º. da Resolução 25/05 – CEPE que determina que o regime de aprovação do aluno em cada disciplina será efetivado mediante a apuração da frequência às atividades didáticas e do rendimento escolar.

Neste entendimento, o Art. 10 afirma que: “Será considerado reprovado por falta o aluno que não comparecer a mais de 25% (vinte e cinco por cento) das atividades didáticas realizadas no semestre letivo.

Parágrafo Único - O abono, compensação de faltas ou dispensa de frequência, só será permitido nos casos especiais previstos nos termos do Decreto-Lei no 1.044 (21/10/1969), Decreto-Lei no 6.202 (17/04/1975) e no Regimento Geral da UFAL.

A mesma resolução apresenta um capítulo detalhando como se efetiva a apuração do rendimento escolar.

Art. 11 - A avaliação do rendimento escolar se dará através de:

- (a) Avaliação Bimestral (AB), em número de 02 (duas) por semestre letivo;
- (b) Prova Final (PF), quando for o caso;
- (c) Trabalho de Conclusão de Curso (TCC).

§ 1º – Somente poderão ser realizadas atividades de avaliação, inclusive prova final, após a divulgação antecipada de, pelo menos, 48 (quarenta e oito) horas, das notas obtidas pelo aluno em avaliações anteriores.

§ 2º - O aluno terá direito de acesso aos instrumentos e critérios de avaliação e, no prazo de 02 (dois) dias úteis após a divulgação de cada resultado, poderá solicitar revisão da correção de sua avaliação, por uma comissão de professores designada pelo Colegiado do Curso.

Art. 12 - Será também considerado, para efeito de avaliação, o Estágio Curricular Obrigatório, quando previsto no PPC.

Art. 13 - Cada Avaliação Bimestral (AB) deverá ser limitada, sempre que possível, aos conteúdos desenvolvidos no respectivo bimestre e será resultante de mais de 01 (um) instrumento de avaliação, tais como: provas escritas e provas práticas, além de outras opções como provas orais, seminários, experiências clínicas, estudos de caso, atividades práticas em qualquer campo utilizado no processo de aprendizagem.

§ 1º - Em cada bimestre, o aluno que tiver deixado de cumprir 01 (um) ou mais dos instrumentos de avaliação terá a sua nota, na Avaliação Bimestral (AB) respectiva, calculada considerando-se a média das avaliações programadas e efetivadas pela disciplina.

§ 2º - Em cada disciplina, o aluno que alcançar nota inferior a 7,0 (sete) em uma das 02 (duas) Avaliações Bimestrais, terá direito, no final do semestre letivo, a ser reavaliado naquela em que obteve menor pontuação, prevalecendo, neste caso, a maior

Art. 14 - A Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais será a média aritmética, apurada até centésimos, das notas das 02 (duas) Avaliações Bimestrais.

§ 1º - Será aprovado, livre de prova final, o aluno que alcançar Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, igual ou superior a 7,00 (sete).

§ 2º - Estará automaticamente reprovado o aluno cuja Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais for inferior a 5,00 (cinco).

Art. 15 - O aluno que obtiver Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais igual ou superior a 5,00 (cinco) e inferior a 7,00 (sete), terá direito a prestar a Prova Final (PF).

Parágrafo Único - A Prova Final (PF) abrangerá todo o conteúdo da disciplina ministrada e será realizada no término do semestre letivo, em época posterior às reavaliações, conforme o Calendário Acadêmico da UFAL.

Art. 16 - Será considerado aprovado, após a realização da Prova Final (PF), em cada disciplina, o aluno que alcançar média final igual ou superior a 5,5 (cinco inteiros e cinco décimos).

Parágrafo Único - O cálculo para a obtenção da média final é a média ponderada da Nota Final (NF) das Avaliações Bimestrais, com peso 6 (seis), e da nota da Prova Final (PF), com peso 4 (quatro).

Art. 17 - Terá direito a uma segunda chamada o aluno que, não tendo comparecido à Prova Final (PF), comprove impedimento legal ou motivo de doença, devendo requerê-la ao respectivo Colegiado do Curso no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a realização da prova.

Parágrafo Único - A Prova Final, em segunda chamada, realizar-se-á até 05 (cinco) dias após a realização da primeira chamada, onde prevalecerá o mesmo critério disposto no Parágrafo único do Art. 16.

Ao nível do PPC do curso de Geografia Licenciatura a avaliação da aprendizagem é condizente com a concepção de ensino aprendizagem que norteia a metodologia adotada para a consecução da proposta curricular, de forma a fortalecer a perspectiva da formação integral dos (as) alunos (as) respeitando a diversidade e a pluralidade das suas formas de manifestação e participação nas atividades acadêmicas, sem se distanciar, entretanto, das determinações legais e institucionais.

7.2 Avaliação do Curso

De acordo com a Lei do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES (Lei 18.861/2004) a avaliação institucional deve ocorrer, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos de graduação. Explicita, também, que a avaliação das instituições de educação superior e de seus cursos deve prezar pela utilização de procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a auto-avaliação.

Em âmbito interno, a Resolução nº 53/2012, aprovada no Conselho Superior da UFAL, regulamentou o funcionamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA), atribuindo-lhe, meridianamente, princípios, finalidades e objetivos para o exercício pleno da avaliação institucional, em parceria com as Comissões de Auto Avaliação (CAA's) nas Unidades Acadêmicas, Unidades de Educacionais ou Campi fora da sede.

A avaliação permanente do Projeto Pedagógico do Curso é importante para aferir a adequação do novo currículo, como também para certificar-se da necessidade de alterações futuras que possam contribuir para a otimização do mesmo, considerando-se tanto a sua dinamicidade como a dinamicidade histórica, exterior a ele. Esta avaliação é feita pelo colegiado do curso e pelo NDE, tomando como instrumento base os relatórios da CAA – Comissão de Autoavaliação e os relatórios acadêmicos relativos à evasão, retenção e aproveitamento escolar dos discentes.

Os mecanismos a serem utilizados deverão permitir tanto uma avaliação institucional como uma avaliação do desempenho acadêmico – ensino e aprendizagem – de acordo com as normas vigentes, viabilizando uma análise diagnóstica e formativa durante o processo de implementação do projeto. Deverão ser utilizadas estratégias que possam garantir uma discussão ampla do projeto, mediante um conjunto de questionamentos organicamente ordenados que facilitem a identificação de possíveis deficiências e/ou de mudanças históricas que atuem dinamicamente sobre a estrutura curricular, forçando a sua adequação.

O Curso será também avaliado pela sociedade, através da ação/intervenção docente/discente expressa na produção e nas atividades concretizadas no âmbito da extensão universitária, em parceria com instituições, a partir do momento que suas ações e procedimentos serão divulgados por vias do site e da Unidade Acadêmica.

Desse modo, em respeito às determinações da legislação nacional e da regulamentação interna, o curso de Geografia Licenciatura adota os seguintes instrumentos permanentes de auto-avaliação:

- a) reuniões periódicas do Colegiado de Curso e Núcleo Docente Estruturante (NDE) para apreciação dos indicadores insatisfatórios do Relatório ENADE do último ciclo avaliativo;
- b) aplicação de questionários junto aos alunos e docentes do curso, acerca da estrutura oferecida, adequação das ementas das disciplinas à realidade do campus e da região, associação entre teoria e prática nos conteúdos das disciplinas, currículo flexível, interdisciplinar e significativo e condições para a realização de pesquisa e extensão e;
- c) realização de debates, com a participação de estudantes e sua representação estudantil, técnico-administrativos, representantes da direção do Campus do Sertão e de sua Comissão de Auto-Avaliação (CAA), bem como, os docentes, sobre a importância das dimensões diagnóstica e formativa da avaliação institucional para a correção de incongruências e alcance de melhorias progressivas no curso.

7.3 Avaliação do Projeto Pedagógico do Curso

Tem como objetivo a auto avaliação do processo, gerando dados para elaboração/reelaboração ou implementação do PPC e, ainda, a previsão de ações que implicam melhorias para o curso, que podem gerar dados para o Plano de Ação Pedagógica (PAP) do curso. A gestão do projeto pedagógico requer um acompanhamento sistemático, realizado de forma contínua por uma equipe designada pelo colegiado de curso e pelo Núcleo Docente Estruturante (NDE). Esta é uma condição para a concretização dos objetivos propostos. O processo deverá envolver professores, alunos, funcionários e, quando possível, profissionais interessados na realização de reuniões, encontros e oficinas, visando analisar o seu desempenho, fazer os ajustes necessários e o planejamento de ações que favoreçam o aperfeiçoamento da proposta.

7.4 Colegiado do Curso

O Regimento Geral da Universidade Federal de Alagoas normatiza o funcionamento do Colegiado do curso de Geografia, conforme os Artigos abaixo:

Art. 25. O Colegiado de Curso de Graduação é órgão vinculado à Unidade Acadêmica, com o objetivo de coordenar o funcionamento acadêmico de Curso de Graduação, seu desenvolvimento e avaliação permanente, sendo composto de:

I) 05 (cinco) professores efetivos, vinculados ao Curso e seus respectivos suplentes, que estejam no exercício da docência, eleitos em Consulta efetivada com a comunidade acadêmica, para cumprirem mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução;

II) 01 (um) representante do Corpo Discente, e seu respectivo suplente, escolhido em processo organizado pelo respectivo Centro ou Diretório Acadêmico, para cumprir mandato de 01 (um) ano, admitida uma única recondução;

III) 01 (um) representante do Corpo Técnico-Administrativo, e seu respectivo suplente, escolhidos dentre os Técnicos da unidade acadêmica, eleito pelos seus pares, para cumprir mandato de 02 (dois) anos, admitida uma única recondução.

Parágrafo Único – O Colegiado terá 01 (um) Coordenador e seu Suplente, escolhidos pelos seus membros dentre os docentes que o integram.

Art. 26. São atribuições do Colegiado de Curso de Graduação:

I) Coordenar o processo de elaboração e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso, com base nas Diretrizes Curriculares Nacionais, no perfil do profissional desejado, nas características e necessidades da área de conhecimento, do mercado de trabalho e da sociedade;

II) Coordenar o processo de ensino e de aprendizagem, promovendo a integração docente-discente, a interdisciplinaridade e a compatibilização da ação docente com os planos de ensino, com vistas à formação profissional planejada;

III) Coordenar o processo de avaliação do Curso, em termos dos resultados obtidos, executando e/ou encaminhando aos órgãos competentes as alterações que se fizerem necessárias;

IV) Colaborar com os demais Órgãos Acadêmicos;

V) Exercer outras atribuições compatíveis;

7.5 Núcleo Docente Estruturante (NDE)

Em atendimento à Portaria 147/2007, ao Parecer CONAES 04/2010 e a Resolução CONAES 01/2010 a UFAL instituiu, através da Resolução 52/2012 no âmbito de seus cursos de graduação os Núcleos Docentes Estruturantes – NDE – em conformidade com as especificações legais.

Neste sentido, os NDE são compostos pelo mínimo de cinco membros, todos docentes com titulação de pós-graduação strito senso e formação na área do curso. Considera-se, igualmente, a afinidade da produção científica com o eixo do curso e sua dedicação ao mesmo.

O **Núcleo Docente Estruturante (NDE)** do Curso de Geografia deve seguir o constante na RESOLUÇÃO Nº 52/2012-CONSUNI/UFAL, de 05 de novembro de 2012, no que se refere sobremaneira:

Art. 2º - O NDE de cada Curso de Graduação da UFAL é o órgão consultivo e propositivo em matéria acadêmica, de apoio e assessoramento ao Colegiado, sendo formado por docentes da respectiva Unidade Acadêmica para acompanhar e atuar no processo de concepção, consolidação, avaliação e contínua atualização do Projeto Político Pedagógico do Curso.

Art. 3º - O NDE terá as seguintes atribuições: I. Contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; II. Zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo; III. Indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e consoantes com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; IV. Zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

Art. 4º - O NDE será composto por docentes indicados pelo Colegiado do Curso, garantindo-se a representatividade das diversas áreas de conhecimento, com posterior aprovação pelo Conselho da Unidade Acadêmica ao qual o curso esteja vinculado.

Art. 5º - A composição do NDE deverá observar as seguintes proporções: I. Ser constituído por um mínimo de 05 (cinco) professores pertencentes ao corpo docente do curso, preferencialmente graduados na área do respectivo curso; II. Ter pelo menos 60% (sessenta por cento) de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação Stricto Sensu; III. Ter pelo menos 20% (vinte por cento) de seus membros em regime de trabalho de tempo integral. Parágrafo Único - Os membros integrantes do NDE serão designados em Portaria do Reitor.

Art. 6º - Os membros do NDE devem ter mandato de, pelo menos, 03 (três) anos, sendo adotadas estratégias de renovações parciais, de modo a assegurar a continuidade no pensar pedagógico do curso.

Art. 7º - O Coordenador do NDE será escolhido por seus pares, cabendo-lhe as seguintes atribuições: I. Convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive o de

qualidade; II. Encaminhar as propostas do NDE; III. Designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser tratada pelo NDE; IV. Designar um representante do NDE para secretariar e lavrar as atas.

Art. 8º - O NDE deverá reunir-se, ordinariamente, ao menos uma vez a cada bimestre e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo seu Coordenador, por dois terços dos seus membros ou pelo Colegiado de Curso.

O Curso de Geografia possui Núcleo Docente Estruturante (NDE) formado pelos seus pares.

7.6 Políticas de Apoio aos Docentes e Técnicos

Com a promulgação da Constituição Federal de 1988, o Estado Brasileiro passou a ter uma nova configuração, privilegiando os deveres sociais e repercutindo prontamente na Administração Pública. Entre seus princípios - legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência -, este último, traduzido no aperfeiçoamento da prestação do serviço público de qualidade, diz respeito diretamente às ações institucionais das IFES, para o apoio ao seu quadro de pessoal. Desta feita, a UFAL, produtora e disseminadora do conhecimento e do desenvolvimento econômico e social no estado de Alagoas, precisa abraçá-lo e materializá-lo em suas ações cotidianas.

Considerando a previsão legal expressa na Lei 5707/06, que dispõe sobre a Política e as Diretrizes para o Desenvolvimento de Pessoal da Administração Pública Federal, a UFAL ajusta seu PDI a este novo paradigma, tendo como objetivo, sem prejuízo de outros, o desenvolvimento permanente do seu servidor.

A UFAL considera o desenvolvimento do servidor como uma atividade essencial para a melhoria de seu desempenho profissional, bem como de seu crescimento pessoal. Realizando ações de desenvolvimento, a Política de Gestão de Pessoas busca, principalmente, melhorar a qualidade dos serviços prestados ao cidadão e orienta-se pelo alinhamento da competência do servidor com os objetivos da instituição, pela divulgação e gerenciamento das ações de capacitação e pela racionalização e efetividade dos gastos com treinamentos (2013, p.71).

O PDI dos Servidores compõe-se de eixos integrados: Dimensionamento das Necessidades Institucionais de Pessoal, Capacitação, Avaliação de Desempenho e Qualidade de Vida no Trabalho, recortados por diretrizes e princípios, muitos deles, diretamente relacionados à atividade docente.

No que concerne ao dimensionamento das necessidades institucionais, diz respeito à otimização dos Recursos Humanos, a fim de garantir o cumprimento dos objetivos institucionais. A capacitação, por seu turno, atua em duas frentes: por um lado, melhorar o desempenho do servidor e, por outro, assegurar um quadro mais confiante, motivado e conseqüentemente, mais satisfeito. A capacitação é realizada em diferentes momentos e modalidades: Iniciação ao serviço público, formação geral, educação formal, gestão, inter-relação entre os ambientes e formação específica.

Outra ação voltada para o servidor é a avaliação de desempenho que objetiva redimensionar as ações desenvolvidas pelos servidores no exercício do cargo e auferir seu desempenho, deixando-o ciente de suas fragilidades e potencialidades e oferecendo subsídios para a organização do plano de capacitação.

No plano social, o Programa de Qualidade de Vida no Trabalho (PQVT), promove ações embasadas na Política de Atenção à Saúde do Servidor (PASS), baseadas no conceito de prevenção de doenças como garantia de condições mais justas de trabalho, valorizando o servidor e garantindo o pleno exercício de suas funções. Dentre as políticas de apoio ao servidor, uma se destaca por ter como enfoque o docente: o Programa de Formação Continuada em Docência do Ensino Superior (PROFORD), que consiste em um plano de capacitação contemplando desde os docentes recém empossados, até aqueles com mais tempo na Instituição. O objetivo é incentivá-los à reflexão sobre suas práticas, estabelecendo uma intersecção entre ensino, pesquisa e extensão, dentro de dois enfoques: a prática docente e a atuação destes profissionais na gestão acadêmica e institucional.

Esta Política de Apoio ao Docente consolidada é objeto contínuo de avaliação, a fim de garantir a satisfação do professor e o respeito ao Princípio Constitucional da Eficiência, do qual nenhuma Instituição de Ensino Superior pode se furtar.

O Campus do Sertão possui uma política de qualificação docente que estabelece uma porcentagem de 20% do total de docentes do Campus que podem ser afastados para qualificação. O Curso de Geografia é beneficiado por essa política de qualificação.

7.7 Políticas de Apoio aos Discentes

As políticas de apoio aos discentes se fundamentam nos princípios e diretrizes estabelecidos pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES, que objetiva viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os estudantes e contribuir para a melhoria do desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão (Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010). Apoia, prioritariamente,

a permanência de estudantes em situação de vulnerabilidade e risco social matriculados em cursos de graduação presencial das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES. Sua instância de discussão e resolução é o Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis – FONAPRACE, realizado anualmente e no qual a UFAL tem assento. Na ocasião são feitos diagnósticos e reflexões sobre a realidade estudantil nas IFES e se estabelecem as diretrizes e linhas de ação das Pró-Reitorias em nível nacional.

De acordo com o PDI/UFAL as políticas discentes da instituição vão além do PNAES, pois trabalham também com a perspectiva de universalidade no atendimento dos estudantes que frequentam o espaço universitário. Assim, podem ser identificadas:

- a) Apoio pedagógico – buscam reforçar e/ou orientar o desenvolvimento acadêmico; apoio ao acesso às tecnologias de informação e línguas estrangeiras, com a oferta de cursos para capacitação básica na área. Atenção aos discentes como forma de orientá-los na sua formação acadêmica e/ou encaminhá-los/as a profissionais específicos para atendimento através da observação das expressões da questão social. Articulação com as Coordenações de Curso sobre dificuldades pedagógicas desses alunos e planejamento para superação das mesmas. Ex.: Monitoria, Tutoria.
- b) Estímulo à permanência – atendimento às expressões da questão social que produzem impactos negativos na subjetividade dos estudantes e que comprometem seu desempenho acadêmico; atendimento psicossocial realizado por profissionais qualificados, com vistas ao equilíbrio pessoal para a melhoria do desempenho acadêmico; atendimento do estudante na área da saúde através da assistência médico odontológica; fomento à prática de atividade física e de esporte; promoção de atividades relacionadas à arte e cultura no espaço universitário; implementação de bolsas institucionais que visam ao aprimoramento acadêmico. Ex.: Bolsa Permanência (Pró-Graduando).
- c) Apoio financeiro – disponibilização de bolsa institucional a fim de incentivar os talentos e potenciais dos estudantes de graduação, mediante sua participação em projetos de assuntos de interesse institucional, de pesquisa e/ou de extensão universitária que contribuam para sua formação acadêmica; disponibilização de bolsas aos discentes em situação de risco e vulnerabilidade social, prioritariamente, a fim de ser provida uma condição favorável aos estudos, bem como ser uma fonte motivadora para ampliação do conhecimento, intercâmbio

cultural, residência e restaurante universitários. Ex.: PIBID, PIBIC, PROCCAEXT, PET.

- d) Organização estudantil – ação desenvolvida por intermédio de projetos e ações esportivos, culturais, políticos e acadêmico-científicos quer sejam promovidos pela universidade quer sejam promovidos pelos estudantes. Alguns espaços físicos são reservados para as atividades dos centros acadêmicos, vindo a colaborar com a ampliação dos espaços de discussão e diálogo que contribuam para a formação política dos estudantes. Ex.: Centros Acadêmicos, DCE.
- e) Plano de acompanhamento do assistido – proporciona uma maior segurança para o aluno quanto à sua possibilidade de sucesso na instituição, evitando assim um aumento da retenção e/ou da evasão. Evita também a acomodação do mesmo ao longo do curso. Busca a reorientação e a preparação para a saída dos mesmos, diminuindo a ansiedade entre a academia e o mercado de trabalho. Ex.: Estágios.

O Campus do Sertão possui uma equipe multiprofissional que busca identificar e acompanhar as situações pedagógicas, psicológicas, sociais e outras, que possam conduzir à situação de retenção ou evasão, que realiza as seguintes ações:

I. Acompanhamento de desempenho acadêmico, com levantamento de dados e análise referente à assiduidade e coeficiente de rendimento acadêmico do/a estudante contemplado/a com modalidades da assistência estudantil, a ser realizada a cada semestre letivo;

II. Desenvolvimento de ações de caráter preventivo, que incidam sobre as condições geradoras de retenção e evasão;

III. Orientações individuais e grupais, visando a identificação de problemas e intervenções nas situações que produziram dificuldades no desempenho acadêmico;

IV. Articulação com a PROGRAD, as Coordenações de Cursos e Projetos/Programas de Pesquisa e Extensão nesta área para atuação conjunta, visando o desenvolvimento de ações pedagógicas, que contribuam para o sucesso do desempenho acadêmico;

V. Realização de investigação sobre condições promotoras de melhorias no desempenho acadêmico;

VI. Promoção de debates sobre determinantes e condicionantes do desempenho acadêmico.

No âmbito do curso de Geografia Licenciatura, o Colegiado de Curso se destaca como instância de discussão, suporte e acompanhamento do discente, visando reduzir o índice de evasão, retenção e maximizar o processo de aprendizagem e vivência. As ações do Colegiado destinadas ao apoio discente são desenvolvidas em consonância com as demais ações institucionais do curso, objetivando impactar positivamente os índices de sucesso discente. Para isso, a cada ano letivo um cronograma de atividades é discutido e aprovado pelo Colegiado, envolvendo as ações a serem desenvolvidas com ampla participação dos/das estudantes na forma de palestras, minicursos e reuniões.

As palestras ou minicursos visam à atualização discente e devem prioritariamente versar sobre temas (ou abordagens) contemporâneos, contemplando temáticas diversas e circulantes no mundo presente, em escalas local e global, não devendo se restringir apenas à área de formação. Por isso, outros docentes e pesquisadores externos podem ser convidados para essa ação. São proferidas duas palestras a cada semestre.

As reuniões têm a função precípua de atuar como um espaço permanente de promoção de diálogo entre o(a)s estudantes e o(a)s docentes acerca da organização do curso e da situação do(a) discente. As reuniões são coordenadas pelo(a) Coordenador(a) de Curso, possuem fins consultivos e podem envolver todo(a)s estudantes ou as lideranças das turmas e a representação discente (Centro Acadêmico). As propostas apresentadas durante as reuniões são registradas em ata e apresentadas na reunião seguinte do Colegiado de Curso de Geografia Licenciatura, para apreciação de seus membros.

7.8 Infraestrutura

As atividades pedagógicas e técnico-administrativas do Curso de Geografia – Licenciatura – são realizadas no espaço do Campus Sertão – Delmiro Gouveia, num prédio independente, inaugurado em 13 de dezembro de 2013. O prédio principal é composto por dois pisos, contendo salas de aula, sala de pranchetas, dois auditórios, laboratórios, salas de professoras/es, sala da coordenação dos cursos, biblioteca, Secretaria de cursos, Coordenação de Registro e Controle Acadêmico – CRCA, sala de apoio psicológico, Núcleo de Assistência Estudantil – NAE, Centros Acadêmicos, Núcleo de Tecnologia da informação – NTI, sanitários acessíveis e cantina. Além deste, o *campus* conta com o Restaurante Universitário e com o prédio anexo “Mandacaru”, onde funcionam salas destinadas a projetos, pesquisas e ao uso coletivo de docentes e discentes, além dos laboratórios de solos e geologia. Todos os prédios possuem acesso para cadeirantes.

8 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Decreto nº 6096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI. Diário Oficial, Brasília, DF, 25 jun. 2007. Seção 1, p. 7.

BRASIL. IBGE. Estimativas da população residente nos municípios brasileiros, 2015. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas-novoportal/sociais/populacao/9103-estimativas-de-populacao.html?edicao=9113&t=resultados>> Acesso em: 4 de maio de 2018.

BRASIL. IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, 2017. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/pesquisa_resultados.php?id_pesquisa=149> Acesso em: 3 de maio de 2018.

BRASIL. Lei 18.861/2004, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e dá outras providências.

BRASIL. Lei 13.005/2014, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação – PNE e dá outras providências.

BRASIL. Ministério do Trabalho. Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, 2018. Disponível em: <<http://pdet.mte.gov.br/caged>> Acesso em: 23 de abril de 2018.

CARVALHO, M. I. Fim de século: a escola e a geografia. 2.ed. Ijuí/RS: Unijuí, 2002

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia. Resolução CNE/CES 14, de 13 de março de 2002.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. Diretrizes Curriculares Nacionais dos Cursos de Filosofia, História, Geografia, Serviço Social, Comunicação Social, Ciências Sociais, Letras, Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. Parecer CNE/CES 492/2001. Relator: Eunice Ribeiro Durham, Silke Weber e Wilma de Mendonça Figueiredo. Brasília, DF, abril de 2001.

IDEB 2015 – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica. INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. Disponível em: <<http://ideb.inep.gov.br/resultado/home.seam?cid=3697062>> Acesso em: 4 de maio de 2018.

Ministério da Educação (MEC). Referenciais curriculares nacionais dos cursos de bacharelado e licenciatura. Brasília, 2010.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Brasília: Organização das Nações Unidas. Atlas do desenvolvimento humano no Brasil. Organização das Nações Unidas. Disponível em: <http://atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_uf/alagoas> Acesso em: 21 de abril de 2018.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS. Aprova a reformulação do regimento interno da Comissão Própria de Avaliação Institucional – CPA/UFAL. Resolução nº 53/2012, de 5 de novembro de 2012.

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 38/2013-CONSUNI/UFAL, DE 03 DE JUNHO DE 2013. Homologa a resolução nº. 33/2013 Consuni/Ufal que aprovou, “Ad Referendum”, o Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI/Ufal (2013-2017).

RESOLUÇÃO Nº 52/2012 DE 05 DE NOVEMBRO DE 2012 - CONSUNI/UFAL. Institui o Núcleo Docente Estruturante (NDE) no âmbito da Ufal.

RESOLUÇÃO Nº 69/2010-CONSUNI/UFAL, DE 12 DE NOVEMBRO DE 2010. Modifica os dispositivos da Resolução nº 25/2005- Cepe/Ufal que regulamenta o regime acadêmico dos cursos de graduação da Ufal.

RESOLUÇÃO Nº 36/2008-CONSUNI/UFAL, DE 11 DE JUNHO DE 2008. Altera dispositivo da resolução nº 71/2006- Consuni/Ufal, que disciplina os estágios curriculares dos cursos de graduação da Ufal.

RESOLUÇÃO Nº 25/2005 - CEPE, DE 26 DE OUTUBRO DE 2005. Institui e regulamenta o funcionamento do Regime Acadêmico Semestral nos Cursos de Graduação da Ufal a partir do ano letivo de 2006.

RESOLUÇÃO Nº 71/2006 - CONSUNI/UFAL, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2006. Disciplina os estágios curriculares dos cursos de graduação da Ufal.

RESOLUÇÃO CNE/CES Nº14/2002, DE 14 DE MARÇO DE 2002. Estabelece as Diretrizes Curriculares para os cursos de Geografia.

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 17 DE JUNHO DE 2004. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

RESOLUÇÃO Nº 113/95 – CEPE, DE 13 DE NOVEMBRO DE 1995. Estabelece normas para o funcionamento da parte flexível do sistema seriado dos cursos de graduação.

RESOLUÇÃO CNE/CP 1 DE 18 DE FEVEREIRO DE 2002. Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

RESOLUÇÃO Nº 06/2018, CONSUNI-UFAL, 19 DE FEVEREIRO DE 2018, que define os componentes curriculares comuns aos Cursos de formação de professores na educação básica no âmbito da UFAL

RESOLUÇÃO Nº 59/2014-CONSUNI/UFAL, DE 06 DE OUTUBRO DE 2014. Atualiza os Componentes Curriculares Comuns aos Cursos de Formação de Professores para a Educação Básica, no âmbito da Universidade Federal de Alagoas.

RESOLUÇÃO Nº 04/2018, CONSUNI-UFAL, 19 DE FEVEREIRO DE 2018, que regulamenta as ações de extensão como componente curricular obrigatório.

RESOLUÇÃO Nº 2, DE 1º DE JULHO DE 2015. Define as Diretrizes curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

RESOLUÇÃO Nº 1, DE 30 DE MAIO DE 2012. Estabelece Diretrizes Nacionais para a Educação em Direitos Humanos.

RESOLUÇÃO Nº 03/2014 – COLEGIADO DO CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA, DE 22 DE JANEIRO DE 2014. Dispõe sobre normas para aferição de até 200 (duzentas) horas obrigatórias de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) para os alunos do curso de Licenciatura em Geografia.

RESOLUÇÃO Nº 001 DE 26 DE NOVEMBRO DE 2013. REVISADA E APROVADA EM 07 DE ABRIL DE 2017, Regulamenta o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, e dá outras providências.

ANEXOS

ANEXO 1 – Normatização do Estágio Supervisionado

A lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, define o estágio como uma vivência educativa escolar supervisionada cuja prática deve ocorrer no ambiente de trabalho e promover a integração do estudante, das escolas campos de estágio, da comunidade e da universidade em consonância com o projeto pedagógico do curso. Portanto, a experiência de estágio supervisionado tem como objetivo principal formar profissionais críticos, resilientes e protagonistas para atuar no Ensino Fundamental e Médio. Igualmente, estes futuros profissionais devem ser capazes de intervir na sociedade de forma transformadora, compromissada e ética, com responsabilidade social e educacional. Assim, este regulamento apresenta as normas gerais e específicas que regem o período de Estágio Supervisionado em Geografia - Licenciatura da UFAL – Campus do Sertão.

CAPÍTULO I

DA NATUREZA

Art. 1º O Estágio está regulamentado de acordo com que Lei 11.788, de 25 de setembro de 2008.

CAPÍTULO II

DAS FINALIDADES

Art. 2º São finalidades do Estágio Supervisionado:

I – integrar o estudante e futuro profissional com a realidade educacional vigente na região e no país;

II – enriquecer a formação acadêmica do aluno, promovendo a integração das várias disciplinas cursadas, permitindo que esse conjunto resulte na formação de um profissional crítico e comprometido com a formação escolar;

III – despertar no estagiário, por meio da supervisão docente e da orientação pedagógica, novas habilidades e aptidões para o exercício pleno da profissão;

IV – possibilitar a formação de um banco de dados que ofereça subsídios à Universidade para a revisão dos currículos e atualização de metodologias de ensino;

V – servir de instrumento que estimule o intercâmbio da UFAL com outras instituições e

com a comunidade em geral.

CAPÍTULO III

DAS ÁREAS DE ESTÁGIO

Art. 3º O Estágio Supervisionado deverá ser cumprido sob a forma de:

- I- Encaminhamento Teórico para a prática docente;
- II- Estágio prático de docência no Ensino Fundamental;
- III- Estágio prático de docência no Ensino Médio e
- IV- Redação do Relatório Final

CAPÍTULO IV

DO LOCAL DE ESTÁGIO

Art. 4º As atividades que integram o Estágio serão realizadas na Universidade e na comunidade em geral, junto às escolas da rede pública da região do Alto Sertão Alagoano conveniadas à UFAL.

Art. 5º A realização dos estágios fora do município de Delmiro Gouveia fica condicionada à viabilidade de supervisão por parte do professor responsável pela disciplina de Estágio Supervisionado.

CAPÍTULO VI

DA CARGA HORÁRIA

Art. 6º O estagiário de Geografia - Licenciatura da UFAL / Campus do Sertão é subordinado ao sistema nacional vigente de assiduidade, o que representa o dever de assistir a um mínimo de 75% das aulas das disciplinas de Estágio Supervisionado, visto que as mesmas são propostas, efetivamente, em caráter presencial.

Art. 7º As atividades programadas para as etapas de Observação e de Regência devem seguir a carga horária estipulada no Projeto Pedagógico, sendo distribuída da seguinte forma:

30% Carga Teórica e

70% Carga Prática

Parágrafo Único: As atividades teóricas e práticas estão descritas no Art. 8º e compreendem a tarefa do estagiário em todos os níveis.

DA REGÊNCIA

Parágrafo Único. A UFAL estabelece que a etapa da regência poderá ser cumprida nas seguintes modalidades: participação junto ao titular de turma; monitoria; reforço; oficina; minicurso; projetos de extensão dentre outras modalidades que a UFAL julgar pertinente. Quando a etapa de regência for desenvolvida sob a modalidade de um curso de extensão a ser oferecido para a comunidade interna da UFAL (professores, funcionários e discentes de outras graduações), a carga horária desta etapa deverá compreender um total mínimo de 30 horas de execução, independentemente da habilitação.

CAPÍTULO VII

DAS ATIVIDADES DE ESTÁGIO

Art. 8º As atividades de Estágio deverão ser organizadas de forma que se proporcione aos alunos uma experiência enriquecedora tanto no que se refere às especificidades de sua habilitação como no âmbito mais amplo de sua formação de professor, devendo as atividades, dependendo da habilitação, compreenderem:

- a) execução e audição de palestras;
- b) freqüência às aulas teóricas;
- c) execução de aulas práticas em forma de mini-cursos e/ou oficinas;
- d) observação e análise do ambiente escolar (aspecto físico, administrativo e dos recursos humanos);
- e) produção de trabalhos escritos;
- f) confecção e entrega, no prazo estipulado, do Relatório Final de Estágio.

Art. 9º A programação do Estágio deverá ser feita em comum acordo entre o estagiário e o supervisor do Estágio.

Art. 10º A orientação dos estágios será feita pelo professor da disciplina de Estágio Supervisionado em seus diferentes níveis.

CAPÍTULO VIII

DA COMISSÃO DE ESTÁGIO SUPERVISIONADO

Art. 11º A Comissão do Estágio Supervisionado do Curso de Geografia – Licenciatura da UFAL/ Campus do Sertão em conformidade com o que prescreve o Regimento da UFAL, compreendendo os seguintes membros:

I – Professores supervisores de estágio da UFAL, que são membros permanentes desta comissão;

II – Coordenador do Curso de Geografia - Licenciatura;

III – Um representante discente titular e um suplente.

§ 1º A Comissão elegerá entre seus membros docentes um Presidente cuja designação será oficializada pelo Conselho.

§ 2º A Comissão poderá ser convocada para reunião, pelo seu presidente ou pelo coordenador de curso, sempre que se fizer necessário.

§ 3º O quorum para decisões será por maioria simples.

Art. 12º São atribuições da Comissão:

I – prestar assessoramento à Coordenação do Curso;

II - elaborar o regulamento do Estágio Supervisionado do Curso de Geografia - Licenciatura e submetê-lo à aprovação do Conselho;

III – aprovar, acompanhar e avaliar o desenvolvimento das atividades na disciplina Estágio Supervisionado constantes no Plano de Ensino;

IV – avaliar e decidir sobre matéria relacionada ao Estágio encaminhada pela Coordenação do Curso de Geografia - Licenciatura e pelo Conselho;

V – propor aos docentes envolvidos na disciplina medidas para a consecução dos objetivos da Comissão;

VI – manter atualizada a documentação referente à disciplina de Estágio Supervisionado e a organização da mesma;

VII – eleger entre seus membros docentes um Presidente cuja designação deverá ser feita por meio de resolução do Conselho;

VIII – dar conhecimento sobre o andamento do estágio aos órgãos que o solicitarem;

IX – contatar as Secretarias de Educação e Coordenadores Pedagógicos das escolas, a fim de viabilizar a realização do Estágio Supervisionado.

Art. 13º São atribuições do Presidente da Comissão de Estágio Supervisionado:

I – solicitar à Direção os recursos materiais necessários à execução do Estágio Supervisionado;

II – coordenar as atividades gerais desenvolvidas durante a realização do Estágio Supervisionado e os recursos humanos envolvidos na execução da disciplina;

III – propor ao Conselho convênios que facilitem o desenvolvimento das atividades do Estágio Supervisionado, depois de consultados os membros da Comissão;

IV – convocar e/ou coordenar as reuniões da Comissão junto ao coordenador de curso;

V – encaminhar as correspondências necessárias em nome da Comissão;

VI - propor ao Conselho, depois de consultados os membros da Comissão e a Coordenadoria do Curso, a criação de comissão, sempre que necessário, visando alterações no regulamento da disciplina de Estágio Supervisionado.

Art. 14º Como atividade curricular necessária para complementar a formação do licenciado, a Prática de Ensino (sob a forma de Estágio Supervisionado) do Curso de Geografia – Licenciatura terá os seguintes objetivos e pressupostos:

I – introduzir o futuro professor no meio profissional e oportunizar-lhe contato com a realidade educacional na qual deverá atuar;

II – aplicar os conhecimentos adquiridos nas disciplinas componentes da Estrutura Curricular por intermédio da vivência em situações de sala de aula;

III – oportunizar, através de um trabalho orientado por professores qualificados, atividades práticas durante o Estágio Supervisionado na Universidade, nas escolas das redes pública e/ou em outras instituições de ensino que se prestem às atividades. Acrescente-se que, com o advento das novas tecnologias, as vídeo-aulas e as tele-aulas devem ser aproveitadas como forma de os acadêmicos estarem atentos para outras possibilidades e formas reais de ensino-aprendizagem mediadas por TV e vídeo (vídeo conferências);

IV - desenvolver nas disciplinas da área de Estágio Supervisionado um relatório final que dê continuidade ao desenvolvido em Didática, com o propósito maior de interligar, sempre que possível, a pesquisa, o ensino e a extensão;

V – estabelecer, dentro dos recursos humanos e materiais disponíveis, formas e oportunidades de interlocução continuada com instituições de ensino para encaminhar discussões e levantamentos de necessidades de ambas as partes acerca de questões de ensino.

CAPÍTULO IX

DA SUPERVISÃO DO ESTÁGIO

Art. 15º Compreende-se por supervisão a assessoria dada ao aluno no decorrer do Estágio, respectivamente, por docentes da UFAL, pelos supervisores de cada uma das disciplinas de Estágio Supervisionado e por profissionais das escolas campo de Estágio, tais como professores, coordenadores e diretores de escolas nas quais o aluno desenvolve suas atividades de estágio, de forma que se propicie ao estagiário condições de elaboração do programa e execução do Estágio com o máximo de aproveitamento.

Parágrafo Único. A supervisão do plano de estágio é considerada atividade de ensino, constando no plano da faculdade e no plano individual do professor

Art. 16º A prática de Estágio deve ser feita de comum acordo entre o estagiário e seu supervisor.

CAPÍTULO X

DAS ATIVIDADES DE SUPERVISÃO À DISTÂNCIA

Art. 17º Faculta-se ao professor da disciplina de Estágio a concessão da supervisão da regência realizada pelo aluno em outros municípios, à distância, através dos meios eletrônicos apropriados, e desde que estes estejam disponibilizados e autorizados pela Universidade, em complemento aos encontros presenciais entre estagiários e professor orientador, obedecidas as seguintes condições:

- a) Que as mensagens trocadas entre supervisor e estagiário estejam seguramente mantidas por ambos, preferencialmente mediante o uso de programas (ambientes) para criação, participação e administração de cursos via internet, autorizados e mantidos pela UFAL.
- b) Na impossibilidade do uso de tais programas (ambientes), faculta-se ao professor e ao aluno, de comum acordo, realizar as atividades de supervisão à distância por meio de correio eletrônico. Para tal finalidade, o professor deverá utilizar seu endereço eletrônico fornecido pela UFAL.

Ambos, professor e aluno, devem se comprometer em guardar todas as mensagens trocadas ao longo da supervisão, por um período mínimo de 06 meses após o término da supervisão.

Parágrafo Único. Fica a cargo do supervisor de estágio e do estagiário, em comum acordo, decidir a quantidade de horas destinadas para a supervisão da regência à distância.

DAS FASES DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO E DAS ATRIBUIÇÕES DO SUPERVISOR

Art. 18º O Estágio Supervisionado deve se desenvolver através da execução de atividades relacionadas à Orientação, Monitoria e Regência.

§ 1º A Orientação contará com exposições teóricas a serem realizadas pelo supervisor do Estágio e da participação dos estagiários em atividades teóricas e práticas oferecidas pela UFAL.

§ 2º A Monitoria contará com a atuação do estagiário na escola, em atividades variadas, podendo compreender tanto a execução de atividades em sala, junto ao professor, como atividades gerais de reconhecimento e análise do âmbito escolar como um todo.

§ 3º A Regência constará do desenvolvimento de aulas práticas;

§ 4º Nenhum aluno ficará isento do Estágio Supervisionado – aquele que já exerce o Magistério poderá requerer autorização junto a Comissão para realizar o Estágio Supervisionado na escola onde estiver lotado.

Art. 19º São atribuições do supervisor (Professor da disciplina de Estágio Supervisionado):

- a) participar da elaboração do Programa de Estágio junto do discente;
- b) zelar pela qualidade das atividades do Estágio;
- c) orientar a elaboração do relatório final;
- d) participar da avaliação de desempenho dos estagiários;
- e) armazenar, nas dependências da UFAL, todos os relatórios finais de estágio supervisionado.

CAPÍTULO XI

DO ESTAGIÁRIO

Art. 20º São considerados estagiários os alunos regularmente matriculados nas disciplinas de Estágio Supervisionado.

Art. 21º São direitos dos estagiários:

I - receber orientação e assessoramento da Comissão e do supervisor durante o período de realização do Estágio;

II - dispor dos elementos básicos necessários à execução de suas atribuições, dentro das possibilidades científicas, técnicas e financeiras da escola/instituição onde realizar o Estágio;

III - recorrer, mediante fundamentação de petição, de qualquer decisão do supervisor;

IV - ser esclarecido sobre os convênios firmados para realização do seu Estágio e apresentar sugestões que sirvam para aprimorar o desenvolvimento do estágio.

Parágrafo Único. A Universidade Federal de Alagoas, através de seus órgãos competentes, assegurará assistência de seguro de acidente pessoal em favor dos estagiários.

Art. 22º São deveres dos estagiários:

I – conhecer e cumprir o regulamento de Estágio;

II – participar da elaboração do Programa de Estágio;

III – cumprir o Programa de Estágio e respeitar suas normas de funcionamento e datas estabelecidas pelo supervisor;

IV – manter sigilo sobre as atividades e informações a que tiver acesso em razão de suas atividades no Estágio;

V – comunicar imediatamente ao supervisor sua ausência ou quaisquer fatos que venham a interferir no desenvolvimento do Estágio;

VI – zelar pelo equipamento e material da UFAL e da instituição onde se realiza o estágio;

VII – elaborar e submeter à apreciação do supervisor o relatório final exigido para as disciplinas de estágio no tempo previsto;

VIII – cumprir toda a carga horária prescrita para o estágio supervisionado;

IX – aceitar as escolas campo de estágio conveniadas;

X – anexar ao relatório final todos os documentos e registros pertinentes ao estágio supervisionado;

XI – entregar nas escolas campo de estágio uma carta de apresentação advinda da UFAL em nome do supervisor de estágio;

XII – ter assiduidade nas aulas das disciplinas de estágio;

XIII – respeitar e adequar-se às normas disciplinares e regimentais da UFAL e das instituições de ensino onde prestar estágio;

XIV – ter ética e comportamento social adequado em todos os ambientes que envolvem o

estágio supervisionado;

XV – refazer planos, projetos e relatórios sempre que solicitado pelo supervisor;

XVI – registrar todas as atividades desenvolvidas no período de estágio;

XVII – entregar a versão definitiva do relatório final de estágio ao supervisor, no prazo pré-fixado, como requisito final de aprovação.

CAPÍTULO XI

DA AVALIAÇÃO

Art. 23º A avaliação dos estagiários deverá garantir a realimentação dos currículos do Curso de Geografia - Licenciatura, bem como indicar caminhos para a melhoria da qualidade do ensino que a Universidade oferece.

§ 1º A verificação da aprendizagem nas disciplinas da área de Estágio Supervisionado será composta de, no mínimo, 04 (quatro) avaliações assim distribuídas para cada disciplina de Estágio:

- a) avaliação contínua, feita através do acompanhamento semanal das atividades desenvolvidas pelos alunos, verificando a participação de cada um deles e/ou de grupos de alunos nas aulas teóricas e nas demais atividades programadas durante o Estágio, tais como discussões, seminários, participação em palestras, entrevistas e observações feitas nas escolas;
- b) trabalhos escritos (artigo, ensaio, resenhas);
- c) prática docente (regência, palestras, mini-cursos, oficinas);
- d) provas escritas e/ou relatórios parciais;
- e) relatório final.

§ 2º Considerada a natureza das disciplinas de estágio supervisionado, NÃO haverá a possibilidade de provas substitutivas.

§ 3º Será considerado aprovado o estagiário que obtiver, na média final das disciplinas de Estágio Supervisionado, nota igual ou superior a 7,0.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 24º O Regulamento de Estágio Curricular Supervisionado está subordinado à Comissão e à Coordenação de Geografia – Licenciatura da UFAL.

Art. 25º Os casos omissos serão dirimidos pela Comissão.

ANEXO 2 - RESOLUÇÃO Nº 03/2014: Normas para aferição de até 200 (duzentas) horas obrigatórias de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC)

RESOLUÇÃO Nº 03/2014 – Colegiado do Curso de Licenciatura em Geografia, de 22 de janeiro de 2014.

Dispõe sobre normas para aferição de até 200 (duzentas) horas obrigatórias de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) para os alunos do curso de Licenciatura em Geografia.

O COORDENADOR DO CURSO DE GEOGRAFIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS – CAMPUS DO SERTÃO,

Faço saber que o Colegiado do Curso de Geografia, usando de atribuições e, CONSIDERANDO a exigência do curso, em cumprimento por parte dos discentes, alternativamente, de 200 horas de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC);

CONSIDERANDO as diretrizes estabelecidas pelo projeto pedagógico do curso, formar licenciados em Geografia em condições de atuarem nas escolas das redes públicas e privadas, de acordo com as atuais exigências pedagógicas;

CONSIDERANDO a necessidade de padronização das regras de contabilização da AACC, bem como a sua divulgação para professores e alunos do curso de Geografia;

RESOLVE

Aprovar os critérios para aferição de até 200 (duzentas) horas obrigatórias de Atividades Acadêmico-Científico-Culturais (AACC) para os alunos do Curso de Licenciatura em Geografia;

A presente Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Coordenação do Curso de Licenciatura em Geografia,
em Delmiro Gouveia, 22 de janeiro de 2014

Profa. Dra. Danielle Gomes da Silva
Coordenadora do Curso de Licenciatura em Geografia

Profa. Msc. Francisca Maria Teixeira Vasconcelos
Vice-coordenadora do Curso de Licenciatura em Geografia

Anexo da Resolução nº 03/2014 – Colegiado do Curso de Geografia, de 22 de janeiro de 2014.

CRITÉRIOS PARA AFERIÇÃO DAS ATIVIDADES ACADÊMICO-CIENTÍFICO-CUTURAS (AACC) – CURSO DE LICENCIATURA EM GEOGRAFIA – CAMPUS DO SERTÃO

Capítulo I

Disposições Preliminares

Art. 1º - Esta resolução estabelece os critérios para a aferição das 200 (duzentas) horas obrigatórias de Atividades Acadêmico-Científico-Cultural (AACC) para os alunos do Curso de Licenciatura em Geografia – Campus do Sertão.

Capítulo II

Aferição das Horas de AACC

Art. 2º - O aluno poderá cumprir sua carga horária de AACC realizando atividades no mínimo em duas das seguintes modalidades: ensino, pesquisa e extensão. As atividades que serão computadas, bem como suas respectivas cargas horárias equivalentes são as seguintes:

I. ATIVIDADES DE ENSINO		
Atividades	Pontuação por atividade	Pontuação máxima
1. Bolsa de monitoria em disciplina ligada ao Curso de Geografia da UFAL.	Semestre = 40 h AACC	80 horas
2. Bolsa de monitoria em outros cursos da UFAL.	Semestre = 35 h AAC	70 horas
3. Projeto de monitoria voluntária no curso de Geografia.	Semestre = 50 h AACC	100 horas
4. Participação como docente em projetos de natureza educacional, no âmbito da UFAL, tais como: redução do analfabetismo, educação de adultos, educação inclusiva, nas modalidades a seguir. 4.1. Curso de aperfeiçoamento (mínimo de 40 h/a). 4.2. Curso de atualização (mínimo de 40 h/a). 4.4. Oficinas e minicursos (mínimo de 3h/a).	1 h = 2 h AACC 1 h = 2 h AACC 1 h = 2 h AACC	100horas 80 horas 60 horas
5. Participação como auxiliar, assistente ou monitor em projetos de natureza educacional. 5.1. Curso de aperfeiçoamento (mínimo de 180 h/a). 5.2. Curso de atualização (mínimo de 40 h/a). 5.3. Minicursos e oficina (mínimo de 3 h/a).	1 h = 1 h AACC 1 h = 2 h AACC 1 h = 2 h AACC	100 horas 80 horas 60 horas
6. Produção, de material didático-pedagógico, resultante de projeto ligado a uma instituição educacional pública ou privada. 6.1. Livro, vídeo ou mídia digital . Autor . Co-autor 6.2. Texto ou artigo. . Autor	Obra = 60 h AACC Obra = 30 h AACC Obra = 30 h AACC	120 horas 60 horas 30 horas

. Co-autor	Obra = 15 h AACC	15 horas
7. Participação como auxiliar ou assistente na produção de material didático pedagógico, resultante de projeto ligado a uma instituição educacional pública ou privada: 7.1. Livro, vídeo ou mídia digital. 7.2. Texto ou artigo	Obra = 30 h AACC Obra = 15 h AACC	60 horas 30 horas
8. Apoio ao ensino: 8.1. Bolsa de apoio técnico 8.2. Voluntário de apoio técnico	1 h = 1 h AACC 1 h = 1 h AACC	60 horas 80 horas
9. Premiação de trabalho acadêmico de ensino por parte de instituição pública ou privada. 9.1. Âmbito internacional 9.2. Âmbito nacional 9.3. Âmbito regional ou local	Prêmio = 40 h AACC Prêmio = 30 h AACC Prêmio = 25 h AACC	40 horas 30 horas 25 horas

II. PESQUISA		
Atividades	Pontuação por atividade	Pontuação máxima
1. Bolsistas de iniciação científica e do Programa de Educação Tutorial (PET) atuando em projeto de pesquisa registrado na UFAL.	Semestre = 40 h AACC	80 horas
2. Voluntário em projeto de iniciação científica atuando em projeto de pesquisa registrado na UFAL.	Semestre = 50 h AACC	100 horas
3. Participante em projeto de pesquisa, credenciado por órgão de fomento, vinculado a outras instituições públicas.	Semestre = 35 h AACC	70 horas
4. Trabalhos acadêmicos na área de Geografia ou em área correlata, inéditos, em publicações a seguir. 4.1. Periódico indexado internacionalmente. 4.2. Periódico indexado nacionalmente. 4.3. Periódico de circulação regional ou local.	Obra = 80 h AACC Obra = 60 h AACC Obra = 50 h AACC	80 horas 60 horas 100 horas
5. Produção de livro técnico, publicado na área de Geografia ou correlata, que tenha sido aprovado por comissão editorial. 5.1. Autoria de livro técnico 5.2. Autoria de capítulo de livro técnico	Obra = 80 h AACC Obra = 50 h AACC	100 horas 80 horas
6. Apresentação de trabalho em congressos ou atividades semelhantes. 6.1. Âmbito internacional. 6.2. Âmbito nacional. 6.3. Âmbito regional ou local.	Atividade = 40 h AACC Atividade = 25 h AACC Atividade = 20 h AACC	80 horas 100 horas 80 horas
7. Trabalho completo publicado em Anais de congresso ou atividade semelhante 7.1. Âmbito internacional.	Obra = 40 h AACC	80 horas

7.2. Âmbito nacional.	Obra = 35 h AACC	70 horas
7.3. Âmbito regional ou local.	Obra = 30 h AACC	90 horas
8. Resumo em anais de congressos ou atividades semelhantes.		
8.1. Âmbito internacional.	Obra = 20 h AACC	60 horas
8.2. Âmbito nacional.	Obra = 15h AACC	60 horas
8.3. Âmbito regional ou local	Obra = 10 h AACC	60 horas
9. Monografia premiada em concurso público		
9.1. Âmbito internacional.	Obra = 80 h AACC	80 horas
9.2. Âmbito nacional.	Obra = 60 h AACC	60 horas
9.3. Âmbito regional ou local.	Obra = 50 h AACC	50 horas
10. Premiação de trabalho acadêmico de pesquisa por parte de instituição pública ou privada.		
10. 1. Âmbito internacional.	Prêmio = 40 h AACC	40 horas
10.2. Âmbito nacional.	Prêmio = 30 h AACC	30 horas
10.3. Âmbito regional ou local.	Prêmio = 25 h AACC	25 horas
III. EXTENSÃO		
Atividades	Pontuação por atividades	Pontuação máxima
1. Participação em eventos acadêmicos na área de Geografia ou em área correlata, tais como: cursos, congressos, seminários, conferências, simpósios e colóquio:		
1.1. Âmbito internacional.	Atividade = 20 h AACC	40 horas
1.2. Âmbito nacional.	Atividade = 15 h AACC	45 horas
1.3. Âmbito regional ou local.	Atividade = 10 h AACC	50 horas
2. Estágio “não curricular” na área de Geografia ou correlata, realizado em instituição pública ou privada.	3 h = 1 h AACC	100 horas
3. Representação estudantil		
3.1. Colegiados superiores da UFAL (por cada plenária).	Plenária = 4 h AACC	20 horas
3.2. Plenária Departamental e no Colegiado do Curso de Geografia (por cada plenária).	Plenária = 2 h AACC	30 horas
3.3. Membro eleito para o DCE da UFAL (por semestre).	Semestre = 20 h AACC	40 horas
3.4. Membro eleito para o CA de Geografia (por semestre).	Semestre = 10 h AACC	20 horas
4. Trabalhos específicos do profissional de Geografia realizados em museus, arquivos, centros de documentação e semelhantes.		
4.1. Por cada hora de trabalho	1 h = 1h AACC	100 horas
5. Participação em apresentações artísticas em instituições públicas ou privadas, tais como espetáculo de teatro, música, poesia, dança, exposição de pinturas e fotografias. As apresentações devem estar vinculadas a projetos acadêmicos sócio-ambientais, ligados à Geografia.		
5.1. Por montagem	Atividade = 10h AACC	60 horas
6. Promoção e/ou participação em atividades culturais regulares, tais como, grupo de cinema e outros, em instituições públicas e privadas, ligadas à Geografia (por semestre).	Atividade = 10 h AACC	40 horas

7. Bolsista de Extensão cadastrado na UFAL.	Semestre =40 h AACC	80 horas
8. Bolsista voluntário registrado em projeto de Extensão cadastrado na UFAL	Semestre = 50 h AACC	100 horas
9. Colaborador voluntário em atividade de Extensão	2 h = 3 h AACC	60 horas
10. Participação em minicurso, oficina e similares na área de Geografia ou em área correlata.		
10.1. Âmbito internacional.	1 h = 2 h AACC	40 horas
10.2. Âmbito nacional.	1 h = 1 h AACC	40 horas
10.3. Âmbito regional ou local.	1 h = 1 h AACC	40 horas
11. Participação como ouvinte em conferência, palestras e similares na área de Geografia ou correlata.	Atividade = 1 h AACC	40 horas
12. Visita técnica a instituições culturais patrimoniais, vinculada a projeto acadêmico e não a atividades disciplinares regulares.	Atividade = 6 h AACC	60 horas
13. Premiação de trabalho acadêmico de extensão por parte de instituições pública ou privada:		
13.1. Âmbito internacional.	Prêmio = 40 h AACC	40 horas
13.2. âmbito nacional.	Prêmio = 30 h AACC	30 horas
13.3. Âmbito regional ou local.	Prêmio = 25 h AACC	25 horas

Capítulo 3

Computação das horas de AACC nos registros individuais dos alunos

Art 1º – Para obterem o registro das horas de AACC, os alunos do curso de Geografia deverão entregar à Coordenação do Curso, no prazo legalmente fixado a cada semestre, um requerimento solicitando a validação das atividades desenvolvidas com os respectivos documentos comprobatórios.

Parágrafo único – Cada documento só poderá ser contabilizado uma única vez, ainda que possa ser abrigado em mais de um critério.

Art 2º – A cada semestre letivo o coordenador do Curso de Geografia determinará o período para entrega dos relatórios de AACC e a data da divulgação dos resultados.

Art 3º – O Coordenador do Curso encaminhará os processos a membros do Colegiado de Curso para análise e respectivo parecer que serão votados na plenária do Colegiado.

Art. 4º – Após aprovada a computação das horas de AACC pelo Colegiado, o Coordenador do Curso fará o devido registro no SIEWEB e arquivará o processo.

Art 5º – O Colegiado do Curso de Geografia poderá definir normas complementares para cada tipo de atividade, bem como exigir documentos que julgar necessários para computar horas de AACC.

Art 6º – Só serão contabilizadas as atividades realizadas durante o período em que o aluno estiver vinculado ao curso de Licenciatura em Geografia - Campus do Sertão.

Capítulo 4

Disposições finais e transitórias

Art. 7º – Os casos omissos serão analisados e decididos pelo Colegiado de Curso de Geografia – Campus do Sertão.

Art. 8º – Esta resolução entra em vigor na data de sua aprovação pelo Colegiado de Curso de Geografia – Campus do Sertão.

Coordenação do Curso de Geografia,
em Delmiro Gouveia, 22 de janeiro de 2014.

Profa. Dra. Danielle Gomes da Silva
Coordenadora do Curso de Licenciatura em Geografia

Profa. Msc. Francisca Maria Teixeira Vasconcelos
Vice-coordenadora do Curso de Licenciatura em Geografia

ANEXO 3 – RESOLUÇÃO Nº 001/2013 (Revisada em 12 de junho de 2019):
Regulamenta o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) do Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, e dá outras providências.

RESOLUÇÃO Nº 001 de 26 de novembro de 2013. Revisada e aprovada em 12 de junho de 2019.

Regulamenta o Trabalho de Conclusão de Licenciatura (TCC) do Curso de Geografia da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, e dá outras providências.

O Colegiado de Curso de Licenciatura em Geografia da Universidade Federal de Alagoas, Campus do Sertão, no uso de suas atribuições, passa a regulamentar a elaboração e apresentação dos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) **DE CARÁTER MONOGRÁFICO**, segundo as seguintes disposições:

Art. 1º – As normas que regem as Monografias do Curso de Geografia se encontram nesta Resolução, cujo objetivo é nortear alunas, alunos, professoras e professores sobre as suas disposições, orientando-as/os quanto às normas de funcionamento, programas e disciplinas a serem cumpridas pelos mesmos, a fim de favorecer o processo de formação profissional e articular ensino, pesquisa e extensão.

Art. 2º – A elaboração dessa regulamentação está de acordo com as Diretrizes do Curso de Geografia, conforme Projeto Político Pedagógico (PPC) aprovado em maio de 2018 pelo Colegiado de Curso de Graduação em Geografia.

Art. 3º – Os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) deverão ser orientados por docentes efetivos da Universidade Federal de Alagoas – UFAL.

§ 1º – As professoras e os professores substitutos poderão orientar Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC).

§ 2º – Os discentes deverão ter ciência que a orientação e/ou coorientação do TCC realizada por professora e professor substituto só poderá ocorrer durante a vigência do contrato do mesmo, cabendo ao discente desenvolver e apresentar o TCC no respectivo período.

§ 3º – Em caso de desligamento do professor ou professora substituta, o/a discente deverá procurar outro docente, que seja vinculado a UFAL.

§ 4º – Os professores e professoras efetivos e substitutos poderão rescindir o compromisso de orientação, caso o discente não cumpra os prazos e metas estabelecidas pelos mesmos.

Art. 4º – O trabalho Monográfico deve propiciar a complementação do ensino e da aprendizagem da aluna e do aluno, devendo ser executado por ela/ele, acompanhado, orientado e avaliado por um(a) docente da Universidade, em conformidade com o currículo, programas e calendários escolares, sendo condição para obtenção do diploma de Conclusão de Curso.

§ 1º – Há possibilidade de coorientação de docentes de instituição pública Federal ou Estadual, desde que o/a coorientador/a apresente titulação de Especialista, Mestre ou Doutor, e que haja autorização do orientador ou orientadora. Todo pedido de coorientação

deverá ser justificado e encaminhado para apreciação do colegiado do curso, podendo ser deferido ou não.

Art. 5º – Fica estabelecido que o limite máximo de trabalhos por orientador seja 05 (cinco), salvo nos casos em que haja o interesse particular do/a orientador/a em exceder este limite.

Art. 6º – Ao final do 8º período, a Monografia deverá ser apresentada à Banca Examinadora para defesa com, no mínimo, 40 laudas.

§ 1º – Apresentar o trabalho final dentro do cronograma de atividades estabelecido pela comissão de TCC, colegiado de curso e NDE.

§ 2º – O orientando ou a orientanda que não cumprir em tempo máximo o cronograma de atividades terá que solicitar ao Colegiado do Curso de Geografia uma ampliação de prazo para defesa. Esta solicitação deverá ser encaminhada ao Colegiado do Curso de Geografia, mediante justificativa; podendo o Colegiado denegar o pedido.

Art. 7º – Compete à Comissão de TCC, entre outras atribuições:

§ 1º – Coordenação acadêmica das Monografias do curso de Geografia;

§ 2º – Acompanhar e orientar periodicamente as atividades docentes e discentes vinculadas as Monografias;

§ 3º – Elaborar e manter atualizado, juntamente com a Coordenação do Curso de Geografia e o Colegiado do Curso de Geografia, a Regulamentação do Trabalho de Conclusão de Licenciatura, aprovada por estas instâncias;

§ 4º – Mediar com os discentes, ao final do 6º semestre, a escolha das linhas de pesquisa e do/a docente que irá lhe orientar;

§ 5º – Organizar reuniões para dialogar sobre a construção das Monografias;

§ 6º – Disponibilizar para divulgação, em local público, a relação contendo o nome das alunas e dos alunos e a respectiva data da apresentação das Monografias à Banca Examinadora;

§ 7º – Enviar a Coordenação de curso, em até 05 (cinco) dias úteis após a entrega das versões definitivas do TCC, a ata de defesa do TCC para lançamento da nota do(a) aluno(a) e posterior arquivamento.

Art. 8º – A disciplina Pesquisa Educacional tem por objetivo instrumentalizar o/a aluno(a) no processo de construção do Projeto de Pesquisa para a efetiva elaboração da Monografia.

§ 1º – Deverá o aluno e a aluna se subsidiar na disciplina Pesquisa Educacional para a escolha do tema e conhecimento das regras desta regulamentação para assim dar início à execução do trabalho Monográfico.

§ 2º – A aprovação na disciplina Pesquisa Educacional é condição para o/a discente dar início à elaboração do trabalho Monográfico e, por conseguinte, obter, em caso de aprovação, diplomação de conclusão do Curso de Geografia.

§ 3º – O Projeto de Pesquisa deverá ser elaborado pelo(a) aluno(a) durante a execução da disciplina Pesquisa Educacional, que se realizará no 6º período, e seu desempenho deverá ser avaliado, pelo/a professor/a da disciplina no transcorrer desse período, respeitando os objetivos da disciplina.

Art. 9º – O trabalho Monográfico poderá ser definido pelo/pela discente a partir de temas oriundos das experiências vivenciadas no campo de estágio e/ou outro campo, desde que relacionados às áreas da Ciência Geográfica.

Art. 10 – O aluno e a aluna compete a escolha da temática que será abordada no trabalho Monográfico, com exclusiva responsabilidade sobre esta escolha, sob orientação da professora ou professor da disciplina de Pesquisa Educacional e/ou sob orientação do Professor ou professora Orientador/a, conforme disposto no Art. 09 dessa regulamentação.

Art. 11 – O(a) aluno(a) deverá convidar a professora ou o professor orientador(a) que irá orientar o seu trabalho Monográfico, conforme a área de trabalho de cada docente. A orientação será condicionada a aceitação por parte do(a) professor(a) orientador(a) convidado(a), mediante assinatura do Termo de Orientação de TCC (disponível no site) que deverá ser entregue à Comissão de TCC do curso de Licenciatura em Geografia.

Art. 12 - O trabalho Monográfico deverá ser realizado individualmente, apresentado e avaliado por Banca Examinadora.

Art. 13 – A defesa oral da Monografia deverá ser realizada pelo aluno ou aluna, em sessão pública, em tempo máximo de (20) minutos, cabendo tão somente ao monografando e aos membros da banca o mérito da discussão sobre o trabalho de monografia.

§ 1º – A apresentação da Monografia deverá obedecer rigorosamente aos prazos do calendário acadêmico da universidade;

§ 2º – A banca examinadora, após apresentação oral da Monografia, realizará as arguições julgadas necessárias, visando elucidar quaisquer aspectos que se fizerem necessários;

§ 3º – A nota do TCC será atribuída pela banca examinadora e deverá ser entre 0,0 (zero) e 10 (dez). Será considerado aprovada ou aprovado a(o) aluna(o) que obtiver a média igual ou superior a 7,0 (sete).

§ 4º – A nota final é resultante da média aritmética entre as notas atribuídas por cada membro da Banca Examinadora.

§ 5º – A avaliação da Banca Examinadora é soberana, não cabendo ao aluno ou a aluna recurso para revisão de nota.

§ 6º – No julgamento final do TCC, serão considerados necessariamente o trabalho propriamente dito (registro impresso) e a sua apresentação oral;

§ 7º – O aluno ou aluna, após a apresentação da Monografia, deverá ser informado do respectivo grau conferido pela banca examinadora;

§ 8º – A banca examinadora poderá exigir alterações na Monografia, cabendo a/ao discente realizar as correções no prazo máximo de 30 (trinta) dias corridos.;

Art. 14 – O trabalho Monográfico deverá caracterizar-se como pesquisa teórica, bibliográfica, empírica e teórica/bibliográfica/empírica. No caso da pesquisa empírica no trabalho Monográfico, orienta-se verificar a necessidade de submissão ao Comitê de Ética da UFAL, conforme Regimento Interno da Instituição.

Art. 15 – Fica estabelecido que cada professor e professora orientador/a deverá realizar orientação conforme calendário pré-estabelecido com o/a discente.

Art. 16 – É direito da orientadora ou do orientador do(a) orientador(a) desligar o/a discente de sua orientação caso o(a) mesmo(a) não cumpra o disposto no Art. 18 desta regulamentação.

Art. 17 – Durante o período de orientação do TCC, o(a) professor(a) orientador(a), com base nesta regulamentação, atenderá aos critérios, devendo:

§ 1º- Comunicar à Comissão de TCC a data da defesa por meio do Requerimento de TCC, indicando a data da defesa e os nomes dos professores que irão compor a Banca;

§ 2º – Agendar data e sala, (assim como os recursos a serem utilizados) para defesa da monografia do(a) discente;

§ 3º – Agendar as defesas de preferência no turno da noite;

§ 4º – Preparar e Imprimir os seguintes documentos para a defesa: Ata, Folha de aprovação e Declarações dos professores(as) da banca (docs disponíveis no site). Obs: as declarações devem ser assinada pela Comissão de TCC.

Art. 18 - A Banca Examinadora será composta pelo(a) professor(a) orientador(a), por um(a) professor(a) da Universidade Federal de Alagoas e por um(a) professor(a) convidado(a), atendendo-se ao seguinte critério:

§ 1º – Na composição da Banca deverá conter obrigatoriamente pelo menos 01 (um/a) docente da área de Geografia.

§ 2º – Poderá participar como avaliador e avaliadora de banca examinadora servidor/a de instituição pública Federal, Estadual ou Municipal de ensino ou pesquisa, desde que tenha título de especialista, mestre ou doutor/a.

§ 3º – Também poderá participar profissional que tenha título de especialista, mestre ou doutor/a.

§ 4º – Também poderá participar, estudantes vinculadas/os à programas de pós-graduação em Instituição reconhecida pelo MEC.

§ 5º – Em caso de coorientação, o mesmo poderá substituir o orientador no momento da defesa do TCC e/ou participar da banca como o quarto integrante da banca examinadora.

Art. 19 – É dever da/do discente:

§ 1º - Escolher a temática que será abordada na Monografia, com exclusiva responsabilidade sobre a escolha;

§ 2º – Ser aprovado(a), previamente, na disciplina de Pesquisa Educacional;

§ 3º – Ser assíduo(a) e pontual nos encontros agendados com o(a) professor(a) orientador(a);

§ 4º – Desenvolver as tarefas solicitadas pelo(a) professor(a) orientador(a), de acordo com o cronograma pré-estabelecido;

§ 5º – Entregar o TCC no prazo estabelecido e de acordo com os padrões e normas da UFAL vigentes, disponíveis com a Comissão de TCC;

§ 6º – Caso o TCC tenha sido reprovado, a/o discente deverá realizar uma nova matrícula para concluir o TCC em um novo semestre, se ainda estiver dentro do prazo para conclusão do curso;

§ 7º – Encaminhar à Banca Examinadora a Monografia em 03 (três) cópias impressas e encadernadas (espiral) antes da defesa;

§ 8º – Entregar na biblioteca do Campus do Sertão, até 30 (trinta) dias corridos após a aprovação do TCC pela Banca Examinadora, **01 (uma) cópia** da versão definitiva da Monografia **em capa dura** na cor preta com letras douradas, com mais **01 (uma) cópia**

em CD, para o acervo da biblioteca, conforme as normas vigentes da ABNT e padrão UFAL de normatização de Monografias.

§ 9º – Entregar na coordenação do curso **01 (uma) cópia** da versão definitiva do TCC **em capa dura** na cor preta com letras douradas, com mais **01 (uma) cópia em CD, para o acervo da coordenação**, juntamente com o comprovante de entrega das versões da biblioteca e a cópia da ata de aprovação, para que a nota do TCC possa ser inserida no sistema.

Art. 20 – O TCC reger-se-á pela presente Regulamentação de Trabalho de Conclusão de Licenciatura em Geografia.

Art. 21 – A presente regulamentação entrará em vigor a partir da data de sua aprovação pelo Colegiado do Curso de Geografia.

Art. 22 – Os casos omissos nesta regulamentação serão encaminhados por escrito à Comissão de TCC e ao Colegiado do Curso de Geografia a fim de serem deliberados em sessão extraordinária.

Coordenação do Curso de Geografia – Licenciatura

Colegiado do Curso de Geografia

Delmiro Gouveia, 12 de junho de 2019

APÊNDICES

Fluxograma do Curso de Geografia – Licenciatura

